

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**UMA PRINCESA CENTENÁRIA: DESEJOS, EXPECTATIVAS E
EXCLUSÕES NAS COMEMORAÇÕES DOS 100 ANOS DE CARUARU-
PE (1957)**

GUSTAVO HENRIQUE SILVA

CAMPINA GRANDE - PB

2014

GUSTAVO HENRIQUE SILVA

**UMA PRINCESA CENTENÁRIA: DESEJOS, EXPECTATIVAS E
EXCLUSÕES NAS COMEMORAÇÕES DOS 100 ANOS DE CARUARU-
PE (1957)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Cultura e Sociedade Campina Grande, 2014.

ORIENTADOR: PROF. DR. ALARCON AGRA DO Ó

Campina Grande

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586p

Silva, Gustavo Henrique.

Uma princesa centenária: desejos, expectativas e exclusões nas comemorações dos 100 anos de Caruaru – PE (1957) / Gustavo Henrique Silva. – Campina Grande, 2014.

121 folhas f. il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof. Dr^a. Alarcon Agra do Ó".

Referências.

1. História Urbana. 2. Centenário. 3. Caruaru. I. Agra do Ó, Alarcon.
II. Título.

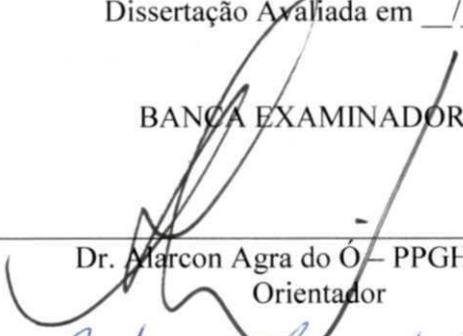
CDU 930.85(813.4)(043)

GUSTAVO HENRIQUE SILVA

UMA PRINCESA CENTENÁRIA: DESEJOS, EXPECTATIVAS E
EXCLUSÕES NAS COMEMORAÇÕES DOS 100 ANOS DE CARUARU
(1957)

Dissertação Avaliada em __/__/__

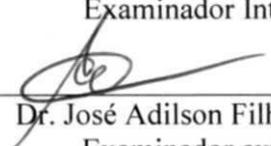
BANCA EXAMINADORA:



Dr. Marcon Agra do Ó – PPGH/UFCG
Orientador



Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza – PPGH/UFCG
Examinador Interno



Dr. José Adilson Filho - UEPB
Examinador externo

Aos meus pais, Orlando e Benilda, pelo suporte, incentivo e, sobretudo, pelo amor incondicional.

A Jessica Cordeiro, minha companheira, testemunha ocular desta busca pelo título de mestre. Mulher que não cabe em mim e, como música, preenche cada espaço ao meu redor com sua energia.

A Carlito, um novo amigo que ganhei no período do mestrado e que foi fundamental para a conquista deste título. Não há palavras que expressem minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Este é talvez o momento mais aguardado – e festejado – pela maioria daqueles que se comprometem a elaborar uma dissertação. Ao pensar naqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para esta pesquisa um belo filme passa por minha cabeça: momentos de alegria, medo, tristeza, emoção, satisfação ilustraram esta jornada.

Em primeiro lugar, agradeço imensamente à minha família: meus pais, Orlando e Benilda, casal que devotou parte de sua vida para realizar meus anseios, cada um ao seu modo mostrando o seu amor. Minha irmã, Mariana, pessoa que sempre poderei contar e que me orgulho muito pela mulher que se tornou. Minha companheira, amante e amiga Jessica, pessoa que me ensina tanto nesta vida, que amo tanto que não sei nem definir em palavras. Sem estas quatro pessoas minha vida não teria o mesmo sentido, estes são os meus alicerces.

Aos meus avós, origem de tudo. Aos meus tios Marcos e Vera, pela paz e sabedoria que sempre me transmitiram.

Quero também agradecer aos amigos que estiveram do meu lado nesta trajetória. Todos os companheiros de graduação que transformaram os meus anos em Campina Grande em um grande conjunto de histórias felizes, deixando em mim um sentimento de eterna saudade, especialmente neste momento, André Ouriques por ter cedido a casa e os ouvidos no processo de seleção do mestrado e Laís Medeiros, por ter dividido os momentos de intensidade nesses dois anos. Aos professores do curso de História da UFCG, dos quais boa parte posso considerar meus amigos.

Aos meus queridos orientadores, Alarcon, Clarindo e Adilson. Três pessoas que estimo e considero demais e que me edificaram não só academicamente, mas também em outros aspectos da vida, talvez até mais importantes.

Ao amigo Rodolfo Santiago, parceiro das horas difíceis e fáceis. Bira, por está sempre disposto quando também precisei. Ricardo Duque, amigo que sempre emprestou os ombros e os ouvidos nos momentos de dificuldade. Jéssica Ribeiro, por ter sido tão companheira e ter se revelado pra mim como uma valiosa amiga. Mandy, uma das minhas melhores aquisições dos últimos anos. Amanda, que além de cunhada é uma amiga que me deu suporte sempre que precisei. Diógenes Félix, pelas aventuras e pelo companheirismo de sempre. Carlito, umas das figuras mais bondosas e iluminadas que

conheci; me deu abrigo quando não tinha onde ficar em Campina, e me deu ouvidos quando precisei desabafar.

Aos parceiros da banda Cachorro da Duença, Alberto, Cássio e Pedro HC por construírem ao meu lado a plenitude que é tocar música extrema, além de compreenderem minhas ausências em ensaios quando precisei escrever a dissertação. À Diego Silva, por também ter ajudado a construir este sonho. À Zeca Marques, por ser este irmão que escolhi para a minha vida.

Aos amigos e colegas que contribuíram de maneira direta ou indireta para esta pesquisa. Josué Euzébio, por ser tão solícito ao permitir que pesquisasse na sua biblioteca. Luiz “Lula” Teófilo, um arquivo vivo de Caruaru. Daniel Silva, uma das pessoas que me inspirou a ser historiador. Daniel Gomes, grande tricolor e jornalista, companheiro de jogos no Mundão do Arruda. Almir Vila Nova, ou simplesmente Almir Freire, companheiro de utopias. Aos funcionários do jornal Vanguarda. Aos companheiros de turma do mestrado. Ao Colégio Antenor Simões, em especial a Andreza Rodrigues, por ter sido tão compreensiva em relação aos meus horários.

Ao maior movimento popular do Nordeste, Santa Cruz Futebol Clube, que neste ano completa 100 anos de glórias, sendo o símbolo da inclusão racial e das camadas sofridas deste país.

À esta energia que pulsa em mim e ao meu redor que muitos chamam de Deus!

RESUMO

Este trabalho busca analisar como as comemorações dos 100 anos de emancipação política de Caruaru-PE, ocorridas em 1957, acabaram se tornando um agente provocador de debates sobre a cidade. O centenário acabou reforçando discursos que pretendiam dar luz ao caráter progressista desta cidade do interior de Pernambuco e, ao mesmo tempo, servia como arma na reivindicação de novos símbolos do progresso, ou para o afastamento de pessoas e práticas consideradas dissonantes em relação ao desenvolvimento. As fontes mais requisitadas para a composição desta pesquisa foram os jornais de época, Vanguarda, A Defesa e O ditador, além de publicações comemorativas dos cem anos de Caruaru - patrocinadas pelo comércio local e pelo poder público – e algumas fotografias. O primeiro capítulo aborda a festa enquanto evento que movimentou a cidade, e como este momento foi aguardado e planejado pelos poderes públicos, Igreja Católica e cronistas. O segundo capítulo se preocupa em observar alguns símbolos do progresso sonhados por uma parte da população materializados a partir de conquistas materiais. O terceiro capítulo pretende voltar olhares as ambiguidades geradas pelo sonho de progresso: pessoas consideradas indesejadas, hábitos considerados antiquados e que deveriam ser combatidos em nome do desenvolvimento e, por último, alguns sonhos de progresso que foram frustrados naquele contexto.

Palavras-chave: Centenário - História Urbana – Caruaru

ABSTRACT

This work seeks to analyze how the celebrations of 100 years of political emancipation of Caruaru -PE, occurred in 1957, eventually becoming an agent provocateur of debate about the city. The Centenary reinforced discourses that sought to further the progressive character of this town in Pernambuco and at the same time, served as a tool in asserting the new symbols of progress, or the removal of persons and practices considered dissonant in relation to development. The most sought after sources for the composition of this research were the newspapers of the time, Vanguarda, A Defesa and O Ditador, also commemorative publications of centenary of Caruaru - sponsored by local businesses and public authorities - and some photographs. The first chapter discusses the party as an event which handled the city, and how this moment was anticipated and planned by government, Catholic Church and chroniclers. The second chapter is concerned to observe some symbols of progress dreamed up by some of the population materialized from material pursuits. The third chapter looks intends to return the ambiguities generated by the dream of progress: people considered unwanted, outdated habits that should be fought in the name of development and, finally, some dreams of progress were frustrated in that context.

Keywords: Centenary - Urban History - Caruaru

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM	DESCRIÇÃO	PÁGINA
Imagem 1:	Sizenando Guilherme ao lado de Juscelino Kubistchek	34
Imagem 2:	Procissão católica do dia do centenário	41
Imagem 3:	Estátua atribuída a José Rodrigues de Jesus	42
Imagem 4:	Desfile das tropas locais	44
Imagem 5:	Desfile das estudantes do Colégio Sagrado Coração	47
Imagem 6:	Cine Santa Rosa	62
Imagem 7:	Cine Caruaru	63
Imagem 8:	Avenida 15 de Novembro em um dia de feira	69
Imagem 9:	Propaganda do Bar Centenário	76
Imagem 10:	Propaganda do Hotel Centenário	78
Imagem 11:	Foto do Parque de Exposições de Animais de Caruaru	100

LISTA DE TABELAS

TABELA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
Tabela 1:	Dados sobre a população do Bairro do Lixo levantados pela Diocese de Caruaru	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - A FESTA E A CIDADE	24
1.1 O despertar de uma cidade centenária.....	24
1.2 Centenário como expectativa.....	27
1.3 Uma cidade em festa.....	34
CAPÍTULO 2 - CENTENÁRIO E PROGRESSO	52
2.1 Sizenando Guilherme: o prefeito do Centenário desenhado nas páginas do Vanguarda.....	53
2.2 Cidade centenária, cidade desenvolvida.....	57
2.2.1 Cidade centenária e o cinema.....	58
2.2.2 Cidade centenária, cidade do comércio.....	63
2.2.3 Cidade centenária, cidade iluminada.....	70
2.3 Bar, hotel e bairro: três formas de monumentalizar o centenário e o progresso de Caruaru.....	72
2.3.1 O Bar Centenário.....	74
2.3.2 Hotel Centenário.....	76
2.3.3 Bairro Centenário.....	79
CAPÍTULO 3 - CENTENÁRIO, EXCLUSÕES E CONTRADIÇÕES	83
3.1 Centenário e exclusão: os que não foram convidados para a festa.....	83
3.2. Saúde em crise: a centenária adoecida.....	91
3.3 Maldição bucólica: tentativas de rompimento com o rural.....	95
3.4 O sonho dos telefones automáticos.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
ANEXOS.....	112
FONTES.....	115
BIBLIOGRAFIA.....	117

INTRODUÇÃO

A cidade pode ser representada de várias formas; através da escrita de documentos, de obras literárias, de diários, de jornais, da oralidade, da música, da pintura, da fotografia do cinema etc. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, “ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade.¹”

O modo como estas representações acerca das cidades são forjadas ao longo do tempo passou a ser objeto de estudo de vários historiadores. Metrôpoles como Paris, Nova Iorque, São Paulo, Rio de Janeiro foram abordadas em diversas obras historiográficas, e através do advento da Nova História Cultural passaram a adquirir novas abordagens; A cidade passou a ser o próprio objeto de reflexão, e não apenas o cenário de atuação dos homens.

Desde o século XIX cada vez mais pensadores voltaram seus olhares para a compreensão do “viver urbano” e as complexidades que esta vida em sociedade gerava. Nomes das ciências humanas como Karl Marx, Georg Simmel, Max Weber, entre outros, passaram a ver as cidades como locais de conflitos, transformações comportamentais, palco da complexa vida em sociedade². A partir da revolução documental empreendida pela Escola dos Annales em 1929, historiadores incluíram a cidade como objeto de estudo de suas pesquisas. Esta abordagem se consolidou ainda mais a partir da chamada terceira geração dos Annales (1960-1989).

No Brasil o estudo sobre cidades foi recepcionado inicialmente sob a influência marxista. Nomes como Paul Singer, Raquel Rolnik e Lúcio Kowarick realizaram estudos sobre as relações de trabalho que se desenvolveram em algumas grandes cidades do país. Estas pesquisas foram iniciadas ainda na década de 1960 e 1970, publicadas na década seguinte, como expôs Barbara Freitag. A autora coloca que a escola que a escola francesa de estudos da cidade foi a mais bem recepcionada pelos historiadores brasileiros. Os franceses, principalmente a partir do século XIX, passaram a pensar a cidade a partir da sua funcionalidade e visando eliminar – ou minimizar – os seus problemas a partir de estudos práticos. A questão da reforma urbana parisiense realizada por Georges Haussmann influenciou administradores públicos do Brasil, como

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Ver. Bras. Hist., Jun 2007, vol.27, n°53, p.11-23. ISSN 0102-0188

² BARROS, José D’Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2012.

o prefeito do Rio de Janeiro Pereira Passos, que ao seu modo, promoveu o chamado “bota abaixo” na capital fluminense. Por sua vez, boa parte dos pensadores que se dispuseram a estudar a cidade no Brasil, passaram a se debruçar sobre as questões das reformas urbanas e as práticas higienistas que transformaram os centros urbanos do país³.

A partir da década de 1980 a historiografia brasileira sobre cidades aos poucos foi se tornado mais diversa, recepcionando novas abordagens, autores e conceitos. A cidade passou a comportar uma miríade temática, sendo estudada a partir de aspectos dos mais variados, como por exemplo: a cidade e sua relação com a modernidade, as formas de se divertir no mundo urbano, a relação entre os pobres/excluídos e a cidade, conflitos culturais, o cotidiano urbano, entre outras possibilidades de estudo.

Em maio de 2007 voltei meu olhar para Caruaru. Naquele momento já estava morando há quase um ano em Campina Grande, antes disso nunca tinha passado mais de um mês longe da minha terra natal.

Mas não só o fato de estar longe me fez olhar para Caruaru de maneira “diferente”. Em 2007 a cidade estava envolta em uma grande movimentação gerada pelas comemorações do seu Sesquicentenário de emancipação política. Monumentos foram inaugurados; periódicos foram impressos exibindo as transformações ocorridas nos últimos 150 anos; personagens como Vitalino, José Condé, entre outros, ganharam uma nova vida nos discursos políticos e de intelectuais preocupados em expor uma cidade celeiro de cultura. Caruaru estava repleta de signos não-verbais que compunha uma história.

A partir daí, fiquei muito curioso. Se no ano em que Caruaru completava 150 anos como cidade houve uma grande mobilização, eu agora queria saber como deveria ter sido 50 anos antes, as comemorações do centenário. No meu entender, 100 anos era uma cifra muito mais pomposa e fui consultar algumas fontes já esperando encontrar uma suntuosa festividade. Após alguns encontros e desencontros, escolhi abordar as comemorações do Centenário de Caruaru na minha monografia de conclusão do curso de bacharelado em História. Todavia, no meu relacionamento com as fontes, elas me conduziram por outro caminho.

Acabei levando um meu trabalho para um rumo um pouco diferente. Na minha monografia abordei os sonhos de modernidade que um personagem específico nutria

³ FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. Campinas: Papyrus, 2006.

para a cidade na década de 1950: o empresário e jornalista Aristides Veras desejava para Caruaru a emergência do novo, e conseqüentemente o rompimento com o que já estava sendo considerado antigo.

Veras, enquanto empresário, projetou na Zona Sul da cidade a partir do ano 1953 um bairro que de acordo com as fontes da época, seria o mais moderno da cidade até então. Se o comum para a cidade na década de 1950 eram ruas apertadas e sem nenhuma métrica no que diz respeito à disposição geométrica dos quarteirões, neste novo bairro, chamado Petrópolis, o contrário foi posto em prática: as ruas foram desenhadas largas e com quarteirões com formas retangulares.

Como Jornalista, ele usava as suas colunas no *Jornal Vanguarda*⁴ - uma das principais fontes que utilizo também neste trabalho - como um palanque de defesa de suas ideias; um lugar de exposição dos seus reclames contra o que considerava antiquado para a cidade naquele momento, como os fortes ataques ao Campo de Monta do Governo Estadual localizado nas imediações do seu bairro. Este local era uma espécie de curral onde animais eram mantidos “a céu aberto”, expondo características do mundo do campo exatamente no momento em que o urbano era cada vez mais fomentado. Inclusive eram raros neste jornal os textos que faziam menção a Zona Rural caruaruense, deixando claro que o periódico era produzido pela cidade e para a cidade.

Concluído este trabalho, senti que o tema do centenário deveria ser revisitado por mim, desta vez focando nas comemorações e como elas acabaram construindo um corpo escrito da cidade, ou seja, o conjunto de escritos e discursos que dão “forma” a cidade⁵. No desejo em se debruçar sobre esta cidade produzida e de perceber como foram moldadas as caminhadas/falas de Caruaru, recorri a alguns historiadores locais, sendo que elegi destacar três deles na produção da minha dissertação.

Sobre a historiografia caruaruense, o nome de Nelson Barbalho⁶ é lembrado como um dos mais tradicionais historiadores; ao longo dos seus quase vinte livros sobre Caruaru, Barbalho produz uma história de narrativa dita “tradicional” dos que eram considerados os principais fatos e nomes da cidade. O autor dedicava inclusive os títulos de vários livros em homenagem aos homens “mais importantes” da cidade,

⁴ Periódico fundado em 1932 por José Carlos Florêncio e que teve seu primeiro número distribuído no dia 1º de maio deste mesmo ano. Em 1952, foi arrendado à firma Pontes & Oliveira passando a ser um forte meio de divulgação das administrações. Em 1964, o jornal foi comprado por Gilvan Silva que o vendeu, em 1986, ao empresário João Lira Neto que o controla até os dias atuais.

⁵ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

⁶ Nascido no dia 2 de junho de 1918 em Caruaru, Nelson Barbalho além de historiador, era jornalista, lexicógrafo e compositor musical, sendo algumas destas músicas gravadas por Luis Gonzaga. Faleceu em Recife no dia 22 de outubro de 1993.

utilizando o tempo de influência destes, como espécie de marcos divisores da história da cidade, como por exemplo, “Caruaru do Cel. Neco Porto: visão histórica e social, 1901-1904”; “Caruaru do Cel. João Guilherme: visão histórica e social 1909-1912”; “Caruaru do Major José Martins: visão histórica e social, 1913-1916” e etc.

Barbalho utilizava uma linguagem popular em seus textos, levando para os seus livros uma escrita semelhante às crônicas de jornal que, aliás, o próprio também escrevia. Ainda era comum a tentativa de reprodução dos diálogos de seus personagens, tal qual eram falados na época.

Além do uso dos diálogos e alguns “causos” como fonte, Barbalho utilizava-se documentos ditos “oficiais” como suporte na construção de sua escrita, como por exemplo, no livro “Caruaru de vila à cidade” de 1980, onde através de atas de reunião da Câmara Municipal da cidade, leis e atos oficiais do período colonial e imperial, além de artigos da imprensa da capital pernambucana, busca elencar aspectos políticos e jurídicos que legitimaram a ocupação e a criação da vila e, posteriormente cidade de Caruaru.

A leitura de Nelson Barbalho enriqueceu meu trabalho no que diz respeito ao conhecimento da historiografia produzida sobre Caruaru no período do recorte no qual abordo esta cidade, já que as primeiras obras deste autor foram escritas na década de 1950. Estas produções ainda reforçaram o comparativo entre fontes e historiografia no desenvolvimento da minha pesquisa.

Partindo para uma perspectiva historiográfica localizada num momento posterior ao do autor acima citado, destaco o trabalho de José Veridiano do Santos, que problematiza em sua dissertação de mestrado como as estratégias de construção simbólicas e discursivas acabaram por constituir historicamente a cidade de Caruaru no período de 1950 a 1970. Para isso, o historiador se apropria da literatura, dos noticiários da época, dos memoriais entre várias outras fontes.⁷

No primeiro capítulo de seu escrito, Santos expõe os primeiros esforços em “fazer” Caruaru. Ele discute toda a construção do mito fundador que transita ao redor da figura de José Rodrigues de Jesus, dono da fazenda que deu origem à cidade de Caruaru, além de fazer um passeio filológico acerca dos vários nomes que foram dados à cidade até a escolha do atual “Caruaru”. O processo de modernização da cidade ocorrido no início do século XX também é problematizado neste momento do texto; a

⁷ SANTOS, José Veridiano. **Falas da cidade: um estudo sobre as estratégias discursivas que constituíram historicamente a cidade de Caruaru-PE (1950-1970)**. Recife: O autor, 2006.

cidade deixou de ser apenas um pequeno município do sertão para se constituir num ponto de convergência dos planos do governo estadual, da igreja católica, das oligarquias do Estado, e do capital nacional e internacional com a vinda de empresas como a *Great Western* e a *Boxuel & Cia*.

O autor finaliza o capítulo abordando o que ele chama de “vozes de uma cidade centenária”, onde elenca uma série de tentativas de criação de uma tradição sobre a cidade no marco do centenário a partir de cronistas, comemorações, solenidades, composições musicais, manifestações da imprensa local e estadual através de cadernos e periódicos, entre várias outras fontes. É justamente esta primeira parte de seu trabalho em que eu estabeleço uma aproximação, não apenas pelo recorte temporal no qual Santos se debruçou, mas também pelas tentativas de arregimentar um conjunto de produções sobre Caruaru a partir das comemorações do Centenário.

Também localizado num momento próximo ao de Santos está a dissertação de José Daniel da Silva. Ele refletiu sobre três festas da cidade, a Festa do Comércio, o Carnaval e o São João tendo perceber as formas como a população se relacionava com tais festas e como elas se resignificaram ao longo dos anos. Na pesquisa de Silva o centenário é pouco citado, mesmo assim destaco a importância do seu trabalho para compreender uma possível tradição festiva que Caruaru construiu ao longo de sua história. Tendo por base as formas de se festejar na cidade, meu olhar sobre as comemorações do centenário ficou mais rico, pois pude entender que a constituição desta festa muito tem a ver com as antigas festas sazonais que existiam na cidade e também, como as festas acabaram se torando um mote para a produção de discursos sobre a cidade, assim como ocorreu com o Centenário.

Outros historiadores e cronistas também se voltaram para a história de Caruaru como Josué Euzébio Ferreira, que tem como principal recorte temporal em suas obras o final do século XIX e início do século XX; Agnaldo Fagundes Bezerra e Humberto França que, assim como o próprio Nelson Barbalho, produzem uma escrita voltada para a história de personagens conhecidos da cidade, e de eventos considerados pitorescos e de importância para Caruaru. Assim, percebi que o centenário dentro do leque historiográfico local, ainda não foi abordado de maneira semelhante ao que me propus nesta dissertação.

Meu trabalho conta a história de uma festa na cidade e também de uma cidade imersa em uma festa. Conforme fui caminhando na minha pesquisa, percebi este duplo caráter da minha escrita: contar, de acordo com as minhas fontes, uma versão das

comemorações do centenário, ao mesmo tempo em que mostro uma Caruaru sedenta por mudanças internas, motivadas ainda mais por aquele momento festivo. Estas inquietações já existiam antes, mas foram ainda mais requisitadas neste período de tempo que rodeia o ano de 1957.

Como veremos ao longo dos capítulos, uma comemoração é também um instrumento de manipulação da memória coletiva. É um momento de se colocar em evidência tudo aquilo que era considerado importante para os que estão no poder⁸. Neste caso, os anseios da cidade centenária eram os desejos dos políticos e letrados da época que tinham a imprensa escrita como o principal palanque.

Mas o que esta parte da população caruaruense queria ver materializado em sua cidade? Eles queriam estar em confluência com o desenvolvimento que acreditava-se que o Brasil estava vivenciando na década de 1950, a partir do otimismo gerado em torno do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que configurava uma série de objetivos a serem esquematizados para o país no seu governo com a finalidade de apresentar resultados concretos e a curto prazo, principalmente nas áreas de infraestrutura, urbanismo e industrialização. Parte de Caruaru estava querendo abraçar o novo, queria se transformar. Marshall Berman considera a transformação como sendo a espinha dorsal da modernidade. Para ele, ser moderno é estar dentro de um ritmo de autotransformação e de transformação das coisas que estão ao redor⁹.

Para Caruaru da segunda metade da década de 1950, a autotransformação desejada se materializaria principalmente a partir de implementos concretos para a cidade, como a modernização¹⁰ de ruas, prédios comerciais, introdução de novos elementos de infraestrutura, manter a sintonia com as novidades tecnológicas.

A vontade de se transformar também implicava em romper com o antigo, com tudo aquilo que era considerado antiquado e destoante à nova lógica desenvolvimentista. Então práticas do mundo rural foram combatidas, a pobreza e o que era considerado sujo deveriam ser purgados ou, caso isso não fosse possível, afastados das áreas centrais da cidade. O próprio ato de comemorar também exclui da lembrança

⁸ SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História**. v. 22, nº 44, São Paulo, 2002. pg. 425-438

⁹ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁰ Enquanto modernidade remete à transformação, ao novo em termos mais gerais, o conceito de “modernização” diz respeito ao progresso de caráter econômico e técnico, não sendo necessário ser seguido por uma modernização social e cultural na mesma medida; é a modernidade posta em prática na camada econômica e tecnológica. Sobre esta diferenciação conceitual, Cf. SOUZA, Antonio Clarindo B. de. Perdidos nos Labirintos da Modernidade e da Pós-Modernidade. In: SOUZA, Antonio Clarindo B. de. **Textos Didáticos**. V.1, nº1. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

tudo aquilo que é considerado irrelevante, constrangedor ou não merecedor de menção. Só é selecionado aquilo que é tido como importante para o momento.

Entretanto, os termos “modernidade” ou “modernização” raramente eram utilizados pelos cronistas, escritores ou políticos da época. No período marcado pelo nacional-desenvolvimentismo, a palavra que significava o desejo pelo novo era “progresso”. É muito comum em textos da época o uso de adjetivos como “progressista” ou até mesmo “desenvolvida” ao se referirem a Caruaru enquanto cidade portadora dos avanços técnicos e estruturais existentes na década de 1950.

O termo latino *progressus* remete a avanços, um processo que desencadeia um caminhar para frente, mudança. Jacques Le Goff acredita que a ideia de progresso se desenvolveu entre o nascimento da imprensa no século XV e a Revolução Francesa, sendo um pensamento restrito à Europa e Estados Unidos até o final do século XVIII, e que depois de 1867 se estendeu ao Japão. A partir do século XX, associado a noção de progresso, surgiu a discussão acerca do desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo. Ele colocou que é importante distinguir o progresso científico e técnico e o progresso moral¹¹. Foi justamente a primeira categoria a mais mencionada nas fontes desta pesquisa.

No mundo pós Segunda Guerra Mundial a ideia de progresso moral e tecnológico seguiram caminhos opostos. Logo após o mundo tomar conhecimento dos campos de concentração nazistas, das gulags soviéticas, dos horrores da bomba atômica entre outras atrocidades, o progresso moral da humanidade passou a ser desacreditado. Como seria possível a espécie humana estar progredindo moralmente se toda esta destruição contra a sua própria espécie foi promovida?

Mas ao passo em que o progresso moral entrava em crise, o progresso econômico e tecnológico avançava. Le Goff acrescentou que “o progresso técnico era considerado a base de uma prosperidade excepcional, essencialmente econômica, que arrastava o desenvolvimento do setor das atividades terciárias não-produtivas”. Além disso, a grande novidade acerca do progresso teria sido o chamado despertar do Terceiro Mundo¹².

Neste contexto, A partir da eleição do presidente Juscelino Kubistchek em 1955, o discurso político do Brasil ficou centrado no nacional-desenvolvimentismo, que se

¹¹ LE GOFF, Jacques. Progresso/reação In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

¹² LE GOFF, Jacques. Progresso/reação In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003. Op. Cit. pg. 271-272

constituía em um sonho de progresso técnico e estrutural de maneira acelerada para o país, gerando um projeto de internacionalização da economia. Na época houve um grande avanço industrial e expansão dos setores privados e públicos¹³. Era este progresso que Caruaru queria provar que já vivenciava no centenário, ao mesmo tempo em que queria agregar ainda mais conquistas que consolidassem a cidade numa posição de desenvolvimento.

Caruaru, no século XX, como outras cidades brasileiras, e não só, transformou-se em objeto de um sem número de reflexões acerca de seus encontros e desencontros com a modernidade urbana. Em diversos momentos isto se deu de forma mais incisiva: entre eles, as comemorações dos cem anos de emancipação política da cidade. Este evento mobilizou de maneira contundente a cidade e a imprensa. Esta última tanto como caixa de ressonância, mas também como máquina de produção e disseminação de sentido.

Nos anos 1950, Caruaru tornou-se, como nunca até então, o cenário de discursos modernizantes e de falas que exaltaram sua cultura, política e economia. Ali ocorreu, em 1955, uma eleição municipal (no mesmo ano da presidencial), em meio à qual uma Caruaru moderna foi sonhada e exposta nos palanques; dois anos depois a cidade comemorou o seu primeiro centenário, momento onde foram elaborados eventos, festas, documentos entre outros materiais de cunho comemorativo.

No mesmo ano de 1957, o *Jornal Vanguarda* completou 25 anos de fundação, consolidando-se como o principal periódico caruaruense, transformando-se para os leitores da época, no meio de comunicação local mais “influente” e de grande atuação nos preparativos do centenário da cidade desde 1956, quando começou a publicar pequenas notas sobre a grande comemoração que estava por vir.

Este jornal foi a fonte mais abordada por mim e está presente ao longo dos três capítulos desta dissertação. Vale ressaltar que apesar de ser uma fonte muito requisitada para a composição deste trabalho, tive o cuidado em estar atento às implicações que esta fonte estava comprometida. O lugar social e os compromissos políticos ou ideológicos, são fatores que influenciam diretamente no editorial de qualquer periódico¹⁴. Neste caso, tentei trabalhar com o *Vanguarda* percebendo que suas páginas representam os desejos e os olhares de uma parte específica de Caruaru: uma elite letrada, ligada

¹³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

¹⁴ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005

financeiramente ao comércio local, e politicamente ao PSD do então prefeito Sizenando Guilherme, homem que já tinha ocupado o cargo de diretor do jornal. Assim, quando cito o Vanguarda eu entendo estes discursos como monumentos da construção desta região e não como um documento de verdade sobre ela.

A mesma atenção foi dada aos outros periódicos que utilizei: o jornal A Defesa e o humorístico O Ditador. O primeiro era uma publicação pertencente à Diocese de Caruaru, deste modo, comprometido com as intensões católicas daquela época. O segundo era uma escrachada sátira aos costumes locais, idealizado pelo jornalista Rômulo Larena.

Duas publicações comemorativas do centenário também foram consultadas; o Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário, patrocinado pela prefeitura e pelos comerciantes locais, tinha como principal foco exaltar o progresso local materializado através do comércio e produção cultural, além de dar amplo destaque à elite caruaruense, denominada na fonte como “classes conservadoras”. A outra publicação é o livro Fatos Históricos e Pitorescos de Caruaru, obra escrita por Rozalino Lima e Zacarias Campelo, buscava fazer um apanhado histórico da cidade elegendo, segundo os autores, os principais nomes, casas comerciais, políticos e obras que teriam engrandecido Caruaru ao longo de sua história.

Por fim, recorri a alguns projetos de leis aprovados e sancionados pelo poder público municipal, no intuito de perceber quais demandas da cidade, associadas principalmente ao progresso, estavam sendo debatidas pelos políticos da época.

Para Michel de Certeau, em História tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. Ou seja, o ponto de partida se dá através do estabelecimento das fontes¹⁵. Eis aqui o meu recorte documental.

Meu trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a festa enquanto evento que mobilizou vários setores da cidade, problematizando como a Igreja Católica e o Governo Municipal, deram o tom das comemorações. Analisando principalmente textos jornalísticos, mas também estabelecendo um comparativo com outras fontes como fotografias, documentos ditos oficiais e produção literária estudei a expectativa gerada em torno da festa, e como ela também se tornou um elemento normativo, um evento que também promoveu exclusão. Também discuti o papel de uma

¹⁵ CERTEAU, Michel de. 2007, Op. Cit. pg. 81

comemoração, para a produção de discursos que abordam não só o passado do que é comemorado, mas também uma expectativa de futuro, que neste caso era a consolidação do progresso local.

O segundo capítulo se volta para os discursos de desenvolvimento alimentados a partir das comemorações do Centenário. A data acabou se tornando um momento propício para que questões ligadas a infraestrutura, higiene e padrões de comportamento fossem pensadas principalmente pela elite letrada e pelos poderes públicos. Esse capítulo também se propõe a abordar as tentativas de monumentalizar o centenário a partir da construção de prédios e batismo de ruas e bairros com referências ao período festivo. Foi neste capítulo que tentei dar evidência a uma forma de enxergar Caruaru: parte de sua população construiu o que Sandra Jatahy Pesavento chamou de imaginário social sobre a cidade. Estas pessoas - cronistas, políticos literatos – se sentiam numa cidade progressista, à frente das demais da região sem talvez realmente o ser, mas esta “sensibilidade fazia com que a representação imaginária ganhasse força de realidade.”¹⁶

O terceiro capítulo retoma de maneira mais densa a uma questão levantada ainda no primeiro: voltar olhares para aqueles que eram excluídos ou renegados das práticas e espaços públicos, usando fontes produzidas por aqueles que de certa forma tinham ligação com as camadas privilegiadas devido a rarefação das fontes produzidas por estes populares e indesejados. Mas

Ler a cidade dos excluídos, pobres e marginais conduz o historiador a ‘escovar a história a contrapelo’, (...) buscando cacôs, vestígios e vozes daqueles que figuram na história como ‘povo’ ou ‘massa’ (...) é nos registros policiais, nas entrelinhas de jornais, nas ‘colunas do povo’ dos periódicos, nas festas populares (...) que podemos encontrar suas vozes ou resgatar os indícios do que seria a sua ordem¹⁷

Das formas citadas por Pesavento, escolhi procurar pelos excluídos principalmente nas entrelinhas dos jornais.

Também estudei os símbolos, elementos e padrões de comportamento considerados progressistas que a cidade centenária pretendeu aderir, mas que de certa forma não obteve êxito, como os problemas de infraestrutura de algumas ruas que não eram sanados; a imensa crise da saúde pública que gerou um dos maiores índices de

¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do Espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n° 16, 1995

¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. 1995, Op. Cit. pg. 284

mortalidade infantil da história da cidade; E o sonho frustrado da instalação dos telefones automáticos nos cem anos de Caruaru.

Caruaru também tentou romper, renegar com o objetivo de fazer parte das cidades consideradas desenvolvidas na segunda metade da década de 1950. Neste sentido retomei uma antiga discussão sobre a retirada do curral público do centro da cidade que abordei em 2009 na minha monografia de conclusão do curso de bacharelado em História. O que mudou – além do olhar – foi o acréscimo de outras fontes que falam sobre aquele criatório. Diferentemente do trabalho anterior, citei outro jornalista e reportagens, além de Aristides Veras, que também se inquietaram com este assunto.

CAPÍTULO 1 – A FESTA E A CIDADE

1.1 O despertar de uma cidade centenária

Após meses de espera por parte do poder público e da elite local, finalmente o dia 18 de maio de 1957 tomava a forma de um belo sábado ensolarado em Caruaru, como é possível observar através das fotografias da época. Após dias e mais dias de debates empreendidos pela imprensa, na câmara municipal, pelas figuras eclesiásticas entre outros e após meses de planos, preparativos e expectativa, enfim os caruaruenses poderiam contemplar o primeiro centenário de emancipação política do município.

O movimento foi intenso para aquela cidade de pouco mais de 100 mil habitantes cravada no agreste pernambucano¹⁸. Os comerciantes fecharam suas portas, vestiram seus ternos mais elegantes e foram disputar os melhores lugares para assistir à procissão, à marcha das tropas do exército e ao desfile estudantil ao lado das autoridades políticas e religiosas.

Mas, essas caminhadas não foram as primeiras atividades festivas do dia 18 de maio. Antes disso, à meia noite, uma missa foi realizada na Catedral da cidade. À frente do ato religioso, estava o representante do Papa Pio XII, Dom Armando Lombardi que teve a sua presença comemorada nas páginas do jornal católico, A Defesa,¹⁹ dias antes:

Outra caravana importante que será esperada, é a do representante da Santa Sé, o Sr. Núncio Apostólico que estará aqui no dia 17. Monsenhor Lombardi trará para as festas centenárias de Caruaru, um grande brilhantismo. Os católicos estarão a postos para receberem aquele que representa no Brasil a autoridade máxima da Igreja, o Sumo Pontífice²⁰.

A chegada do Núncio Apostólico recebeu tamanho destaque que inclusive passou a figurar como evento oficial da programação do centenário da cidade. O trem especial da Rede Ferroviária do Nordeste, destinado a trazer a autoridade eclesiástica, estava previsto para chegar à cidade às 11 horas do dia 17 de maio. Ainda segundo a

¹⁸ Estimativa demográfica encontrada em: **Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário da Cidade de Caruaru**. Caruaru, Maio de 1957. Publicação idealizada pela Prefeitura de Caruaru que contava com dados sobre a cidade, artigos, fotografias, poemas que além de exaltar o centenário da cidade, também enaltecia políticos e “personalidades” que apoiavam o governo possedista da cidade.

¹⁹ Periódico semanal pertencente ao Círculo Católico, fundado em 05/06/1932. Diretor padre Júlio Cabral, depois foi administrado pela Diocese de Caruaru e circulou até janeiro de 1985. (informações obtidas no catálogo bibliográfico: SANTOS, José Veridiano dos; FERREIRA, Josué E. (Orgs.). **Caruaru, 150 anos: produção histórico-literária e seus escritores**. Caruaru: FAFICA, 2008.)

²⁰ A DEFESA, 30 de março de 1957. Pg. 1

programação, às 19:30 um jantar seria oferecido pela municipalidade ao Monsenhor Lombardi, numa provável confraternização entre políticos e membros do clero. Após a refeição, o representante do Vaticano protagonizou o primeiro grande ato das comemorações do centenário que foi a missa realizada às 0:00 horas²¹. O bispo da diocese de Caruaru, D. Paulo Hipólito de Souza Libório, acompanhou a celebração representando a comunidade católica local. O prefeito, Sizenando Guilherme, fez-se presente ao lado de outros políticos da região, autoridades militares e pessoas ditas de destaque na sociedade local, lotando a Matriz de Caruaru²².

A celebração ocorreu da sexta para o sábado e, durante o dia, o comércio e as fábricas locais funcionaram normalmente. Aqueles que passaram por uma rotina estafante, dificilmente teriam grande disposição para ir a uma missa àquela hora da noite. Alguns bairros mais populares não se localizavam tão perto da Avenida Rio Branco, onde se localizava a igreja. Assim, fica claro que este evento em sua essência foi pensado para as elites, para aqueles que não trabalhavam de maneira cansativa e que também possuíam meios de se locomover até a igreja numa época em que o transporte público municipal era inexistente. O próprio horário escolhido já se localizou como excludente das grandes massas.

O cenário da missa foi descrito pelo cronista, memorialista e ex-prefeito de Caruaru Anastácio Rodrigues na revista bimestral Caruaru Hoje²³. Ainda nesta mesma crônica, Rodrigues dá a sua versão da manhã do centenário, exaltando mais uma vez a participação da Igreja católica. Num relato em tom de glorificação, o escritor constrói uma cidade sendo acordada, nos primeiros raios de sol, por girandolas de fogos de artifício e pelos sinos das igrejas de diferentes bairros. Esses foram o “abre alas” das festividades.

Aqui, a Igreja católica exibiu o seu protagonismo nas festas do centenário já nos primeiros minutos do dia. Ao tomar para si a cerimônia introdutória, a instituição religiosa acabou se estabelecendo como um espaço de confraternização dos poderes públicos, militares e do empresariado local, já que estas categorias não apenas se

²¹ O programa das comemorações do primeiro centenário era uma espécie de agenda festiva “oficial” publicada semanas antes do dia 18 de maio nos principais jornais da cidade. No documento foram planejadas atividades, encontros, exposições, entre outras ações a serem realizadas entre os dias 17 e 26 de maio de 1957. Neste caso, utilizei a programação publicada em: JORNAL VANGUARDA, 14 de abril de 1957, Capa.

²² CARUARU HOJE, agosto e setembro de 2007. pg. 22 e 23.

²³ Revista de circulação bimestral, fundada em 2000 pelos jornalistas Souza Pepeu e Marco Moura. O periódico continha crônicas, fotografias antigas, poesias e artigos voltados para a história de Caruaru. Saiu de circulação em 2011.

fizeram presentes, mas seguiram os protocolos estabelecidos pelos clérigos. As posições em que essas pessoas se encontravam dentro da igreja e os discursos proferidos por eles seguiram uma regência. Uma métrica planejada com certa antecedência que fazia parte de uma espécie de “programa” do centenário que já vinha sendo debatido e exposto pela imprensa vários meses antes.

A missa da meia-noite mostrou o poder de articulação da Igreja junto às camadas poderosas da cidade. Mas, evidentemente, o clero também não deixaria o papel tutelar das camadas mais populares. Como Anastácio Rodrigues escreveu, as igrejas de vários bairros entoaram sinos e fogos de artifício com o objetivo de “acordar Caruaru” para aquele grande dia. Esse ato de acordar a população constituiu um símbolo de autoridade. Uma espécie de convocação, com características militares (a corneta que acorda o batalhão), a ficar de pé e ir para as ruas. O costume de controlar o tempo e a rotina das cidades a partir das badaladas possui raízes mais antigas, já que os sinos das igrejas vão representar, desde a Idade Média, os pontos de referência das cidades católicas²⁴.

Claro, o exercício do mando estava camuflado no clima festivo, mas não deixava de estar presente, no que tange a ditar os momentos em que cada atividade deveria ser desenvolvida, desde uma celebração religiosa, até ao ato despertar a população. A padronização e o domínio do tempo do outro é uma categoria de poder. Como nos fala Roger Chartier, “ ser dono do seu próprio tempo, controlar o tempo dos demais(...)são algumas das modalidades incorporadas da relação com o tempo que expressam o poder dos dominantes e a impotência dos desfavorecidos”²⁵.

O jornal humorístico *O Ditador*²⁶ ironizou todas as tensões que estavam sendo debatidas em torno dos preparativos de comemoração do centenário. Estampou em sua capa, quase um ano antes da festa, um itinerário fictício do dia do centenário mostrando de maneira satírica hora por hora num formato de agenda. A maneira como a população seria acordada não foi poupada das ironias:

5 horas – alvorada, salva de 21 foguetões, tiros dos bacamarteiros no pé do ouvido do povo, sob o comando do capitão Elié. (...) 6 e meia –

²⁴ LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 1998.

²⁵ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

²⁶ Jornal humorístico e político-literário que circulou entre 1953 e 1954, retornando as atividades em 1956 até sair de circulação por volta de 1959. Diretor Rômulo Porto Larena. (Informações retiradas de : SANTOS, José Veridiano dos; FERREIRA, Josué E.) op. Cit.

Todo mundo toma café e cai fora de casa, enchendo as ruas de pernas nem sempre bem lavadas²⁷.

O deboche em torno do acordar da população sob muito barulho traz consigo algumas questões importantes. Como o texto foi escrito em julho de 1956, possivelmente até o despertar barulhento da cidade já era pauta de discussão nos preparativos da festa. Outra possibilidade é que esta prática pudesse ser uma espécie de tradição durante as festas e datas comemorativas no município. Porém, o que é possível interpretar nas entrelinhas do que foi escrito n'O Ditador é que nem todos acordavam contentes daquela forma. Os fogos que Anastácio Rodrigues descreveram como saudação ao “dia maior” – o humorístico destaca como que lançados de supetão na população, utilizando termos populares como “no pé do ouvido do povo”, dando uma ideia de susto, barulho e desagrado. Nesta perspectiva, o texto do periódico é uma oposição direta à versão romantizada descrita por Rodrigues quase 50 anos depois.

1.2 Centenário como expectativa

O Centenário não começou em 1957. As comemorações começaram a ganhar um aspecto de grandiosidade muito antes da sua efetiva realização. O planejamento, as notícias, as opiniões, as críticas e as sugestões em torno da festa foram registrados através da imprensa escrita muitos meses antes.

A cidade passou a ser pensada e planejada diante desse marco com antecedência. Como Michel de Certeau nos fala, “planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular.”²⁸ Ou seja, o Centenário de Caruaru já existia representado através da expectativa estampada nos jornais, nas rodas de discussão, nas obras públicas e no sem número de possibilidades de se compor este “corpo escrito” da cidade²⁹.

De acordo com o historiador britânico Eric J. Hobsbawm, os centenários foram inventados no final do século XIX, entre os aniversários de cem anos da independência dos Estados Unidos (1876) e o da Revolução Francesa (1889)³⁰. Essas datas eram

²⁷ O DITADOR, 29 de julho de 1956. Capa.

²⁸ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008. P.172.

²⁹ CERTEAU, Michel de. Operação Historiográfica, In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

³⁰ HOBSBAWM, Eric J. **A Era os Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

comemoradas, entre outros eventos, com as famosas exposições universais, onde cientistas, inventores e pensadores expuseram as novidades de seus trabalhos³¹.

Festejar um acontecimento centenário é um típico exemplo de “tradição inventada”, que de acordo com a definição do próprio Hobsbawm:

“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.³²”

Este tipo de tradição inventada se fez presente em outras partes do mundo. No Brasil, comemorações centenárias de grande impacto ocorreram em 1922, ano que marcou os cem anos de independência política do país. No Rio de Janeiro houve a Exposição do Centenário, evento onde conceitos sobre ‘nação’ e ‘raça’ foram debatidos em conferências acadêmicas. Era importante naquele momento para a jovem República brasileira legitimar oficialmente o triunfo do seu sistema. Nesse caso, o centenário foi uma boa ferramenta de construção de uma tradição e também de legitimação da ordem vigente, como escreveu Sven Schuster:

Decidida a renovar a legitimidade do sistema por meio da evocação dos ‘momentos gloriosos’ da história do republicanismo no Brasil, a elite republicana se baseou em elementos discursivos como o ‘progresso’, a ‘civilização’ e, sobretudo, a ‘raça’. Embora o ideal do ‘branqueamento’ fosse muito mais antigo e já houvesse sido propagado e visualizado nas exposições do século XIX, para deter a temida ‘africanização’ do país por meio da imigração europeia, em 1922 o conteúdo dos debates sobre as supostas ‘origens e qualidades raciais’ do povo brasileiro havia mudado.³³

Assim, o centenário da independência do Brasil serviu como um instrumento que tinha por objetivo afirmar o triunfo republicano, além de apontar elementos comprovantes do nosso progresso. Pegando carona nesse tipo de comemoração comum

³¹ Para saber um pouco mais sobre a exposição universal da Filadélfia (1876) e os seus ecos no Império de D. Pedro II, ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876*. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 2, n. 1, 1994.

³² HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Pg. 9

³³ SCHUSTER, Sven. *História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, 2013.

a partir da segunda metade do século XIX, Caruaru, ou parte dela, movimentou-se em torno da sua festa centenária antes mesmo de 1957.

Através do Jornal Vanguarda, o Centenário foi adquirindo forma ainda em 1956. Numa publicação de capa, o periódico noticia a reunião da Comissão Central do 1º Centenário, um grupo composto por políticos, empresários e membros do clero, que tinha a missão de planejar as festividades e ao mesmo tempo angariar recursos para a sua realização. Tal comissão tinha como presidente o Prefeito Sizenando Guilherme e, como secretário geral, o vereador e jornalista Celso Rodrigues da Silva, esse último com a responsabilidade inicial de viajar ao Rio de Janeiro com o objetivo de captar verbas junto ao Governo Federal.³⁴

O texto jornalístico também anunciou possíveis atividades que seriam realizadas nas comemorações do ano posterior como congressos, reuniões solenes, inauguração de prédios públicos, obras e serviços considerados de valor para a cidade, exposições de diversas naturezas, entre outras, pensadas pela comissão.

Conforme o Centenário se aproximava, aguçavam-se os olhares para a cidade. Representações acerca do seu passado e de seu presente se materializavam compondo um vasto quadro de enunciações. Dentro desse leque, um exemplo que vale a pena ser destacado é o texto do articulista A. Rodrigues (o primeiro nome estava abreviado) intitulado “Caruaru ontem e hoje”. No texto, relativamente longo, pois ocupava sozinho uma página completa, o cronista utiliza o centenário como mote para percorrer o passado caruaruense com saudosismo.

Como todos já sabem, a nossa cidade para o ano vai ser centenária; há quem diga que ela, quando broto, era melhor e mais poética, os jovens usavam calça tabica, paletó cintado, bengala, colete, colarinho duro, e gravatinha de laço. (...) Caruaru não possuía carros, as ruas não eram calçadas. Ah! Que belos casamentos eram realizados. Vinham a cavalo quando eram do mato, e preparavam-se na casa da comadre que residia na “Rua Grande”, depois de tudo pronto, caminhavam a pés.³⁵

Além de expor o passado de maneira poética, quase inocente, Rodrigues mais adiante no seu texto construiu o retrato de uma Caruaru em sintonia com o que era considerado progresso na época, como o aumento do fluxo de automóveis³⁶, instalação

³⁴ JORNAL VANGUARDA. 27 de maio de 1956. Pg.1

³⁵ JORNAL VANGUARDA. 17 de junho de 1956. Pg.4

³⁶ Para saber mais acerca do boom do automóvel no Brasil e os novos padrões de consumo em meados da década de 1950, ler: MELLO, João Manuel Cardoso de, e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e

de fábricas e de um cotidiano fabril³⁷, o costume de ir ao cinema, a variedade das lojas e casas comerciais.

O que esse escrito nos lega, não é apenas a descrição da cidade no passado e o seu cotidiano naquele presente. O aspecto preponderante a ser destacado é justamente o efeito que a aproximação do centenário causou no cronista, o modo como o jornalista se motivou ao se debruçar sobre duas Caruarus, uma do passado e outra do presente, tendo como incentivo principal para essa busca, o centenário. De acordo com a historiadora Helenice Rodrigues da Silva, uma comemoração é também um instrumento de manipulação da memória coletiva. É um momento de exaltação do que é considerado importante no jogo de interesses políticos e ideológicos dos que estão no poder. Ao mesmo tempo em que algo é exaltado e classificado como digno de memória, apaga-se da lembrança tudo aquilo que é considerado irrelevante, constrangedor ou não merecedor de menção³⁸. Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

“comemorar é nos propormos a reencontrar o que já foi um dia, é nos dispormos a esse encontro com o outro que nos chama do passado, mas também é a constatação da impossibilidade desse encontro, é a afirmação de uma distância que não se pode transpor, distância temporal, espacial, cultural, etc”.³⁹

Dessa forma, o cronista que escreveu no Vanguarda construiu memórias de uma saudosa Caruaru do passado a partir da necessidade imposta pelo centenário de se trazer à tona uma cidade a ser imaginada no seu relato. Ele buscou esse encontro com o passado ausente, a partir das demandas que ganharam luz no presente com as comemorações que estavam para serem vivenciadas na cidade.

A expectativa da chegada do centenário ainda se materializou nas páginas do Vanguarda por meio de pequenas notas que lembravam o leitor da importância do ano que estava por vir, além de fazer apelos, pedindo contribuições para as comemorações.

sociabilidade moderna, In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 559-658.

³⁷ Sobre a história de uma das principais fábricas de Caruaru no período em questão, ler: SILVA, George Pereira da. & TEIXEIRA, Geysse Anne Silva. **Fábrica Caroa: história e memória**. Caruaru: edição dos autores, 2011.

³⁸ SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História**. v. 22, nº 44, São Paulo, 2002. pp. 425-438

³⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Conferência - Ritual de Aurora e de Crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiro e multiplicado ou as antinomias da memória. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013.

Os pequenos textos eram variados, curtos e ilustravam as páginas do periódico de maneira aleatória ao longo de 1956. A linguagem era semelhante à de um bilhete de aviso,

Nenhum acontecimento mais importante para Caruaru do que o seu I centenário. Uma série de grandes comemorações e festejos populares deverá assinalar o acontecimento. Para que isso se concretize necessário se faz o apoio de todos os caruaruenses sem distinção de credo político ou religioso.⁴⁰

Esses lembretes expostos quase um ano antes das comemorações expressam uma dupla preocupação: além de lembrar o caruaruense da data que está por vir, também apelam por apoio, seja financeiro ou logístico de toda a população caruaruense.

A espera de alguns setores da população de Caruaru também se mostrou de outras maneiras. A partir do próprio programa debochado e fictício publicado no Ditador em 1956, podemos perceber que o debate sobre as festas do ano seguinte estava na ordem do dia. Uma característica desse periódico era justamente criar paródias do que estava acontecendo na cidade, tratar com comicidade assuntos considerados sérios e de relevância para a sociedade local.

A construção de uma expectativa em torno do centenário servia também como combustível para propagandar o governo local. Eram recorrentes nas páginas do Vanguarda, periódico comprometido com o poder local, já que o seu diretor era o prefeito Sizenando Guilherme, matérias e chamadas de capa atentando o leitor de que algum representante do Governo estava lutando por verbas na capital federal.

O vereador Celso Rodrigues foi um dos representantes de Caruaru a viajar ao Rio de Janeiro com o objetivo de divulgar a festa do centenário e solicitar apoio do presidente Juscelino Kubitschek. Após retornar de viagem em junho de 1956, o político caruaruense concedeu uma entrevista ao Vanguarda na qual ele conta o resultado de sua conversa com o presidente, trazendo também informações capazes de gerar ainda mais expectativa em torno da festa:

O presidente da República reiterou a promessa feita em praça pública, na campanha eleitoral, de que estaria presente às festas do centenário de Caruaru. Além de prestigiar as iniciativas que constituem o programa de realizações e festejos, com a necessária liberação de

⁴⁰ JORNAL VANGUARDA. 17 de junho de 1956. pg. 6

verbas, o Presidente JK virá, com sua presença, prestigiar o 1º centenário de Caruaru⁴¹

Nota-se certo tom de euforia no relato do vereador ao noticiar a vinda do Presidente da República para Caruaru. A presença do líder máximo da nação nas festividades locais iria acrescentar ainda mais importância às solenidades. Além disso, desde as disputas eleitorais, ocorridas em 1955, foi criada por parte da sociedade local uma espetacularização em torno da figura de Kubitscheck. O Vanguarda de 11 de setembro de 1955 estampava em sua capa: “40.000 pessoas aclamaram Juscelino e Jango em Caruaru.”⁴² Conhecendo os números populacionais da época - por volta de 104 mil habitantes, como mencionado anteriormente – é perceptível o exagero do periódico em relação ao número de expectadores, quase 40% de toda a população.

Vale também ressaltar que o local do comício, a Praça Henrique Pinto, localizada no centro da cidade, dificilmente comportaria esse número de pessoas. Este exagero tem relação com a ligação política que o periódico possuía, pois Sizenando Guilherme, o então candidato a prefeito que apoiava JK naquele mesmo certame, era diretor do Vanguarda.

Vale ressaltar que o mais importante não é comprovar o número de pessoas presentes no respectivo comício, mas sim, utilizar esse evento como exemplo da importância dada, por uma parcela de Caruaru, à presença de Juscelino na cidade antes mesmo deste se tornar presidente. Inclusive, foi nesse comício que JK fez a sua promessa de retorno à cidade nas comemorações de 1957.

A presença de Kubitschek foi gradativamente construída como mais uma atração dos festejos do centenário. Periodicamente seu nome era citado nas edições do Vanguarda que antecederiam à festa, como em fevereiro de 1957 na manchete de capa “Juscelino recebeu o prefeito Sizenando⁴³”, na qual o mandatário local teria ido pessoalmente requisitar verbas para a cidade junto ao presidente, sendo que este aproveitou o ensejo para ratificar a sua vinda para a cidade durante as festividades.

Ao mesmo tempo em que a vinda do presidente era algo lembrado constantemente, era anunciado que ele faria parte de cinco eventos oficiais publicados no Programa do 1º Centenário. A partir da sua chegada, prevista no documento para as

⁴¹ VANGUARDA. 24 de junho de 1956. Pg.1

⁴² VANGUARDA. 11 de setembro de 1955. Pg.1

⁴³ VANGUARDA. 24 de fevereiro de 1957. Pg.1

8 horas da manhã do dia 18 de maio, o presidente teria o dia lotado de homenagens, inauguração do monumento do centenário e um jantar com todas as autoridades políticas, eclesiásticas e membros a alta sociedade local⁴⁴.

Mesmo após promessas e todo esse “sebastianismo⁴⁵” gerado em torno da vinda do Presidente JK, dias antes das comemorações o chefe da nação confirmou que não poderia estar presente em Caruaru naquela data. Assim, ele acabou sendo representado pelo Ministro da Saúde Maurício de Mendeiros que cumpriu toda a agenda destinada a Juscelino nas festividades.

A não vinda de JK para Caruaru não diminuiu a sua participação naquele momento festivo. Os anúncios de sua presença e a sua promessa firmada dois anos antes, de que estaria pessoalmente na cidade no momento do centenário, acabaram por temperar ainda mais as expectativas em torno da data. Além disso, fotografias do prefeito Sizenando ao lado do Presidente foram publicadas no Vanguarda mesmo após a notícia da sua não vinda, caracterizando uma tentativa de divulgar para a população uma imagem de proximidade entre os dois governantes.

A provável vinda do chefe de Estado nacional seria um elemento que iria colocar a cidade no centro das atenções políticas, dividindo espaço com a autoridade máxima da Igreja Católica no Brasil, ou seja, as maiores autoridades políticas e religiosas estariam juntas, prestigiando Caruaru em seu momento único. Por isso, é muito provável que a expectativa em torno do centenário foi ainda mais inflada a partir da espera por Juscelino.

⁴⁴ VANGUARDA, 14 de abril de 1957, pg.1

⁴⁵ Crença existente em Portugal de que o rei D. Sebastião (1554-1578) voltaria um dia como uma espécie de messias para conduzir o país a novas glórias. O termo é popularmente utilizado para designar a esperança exagerada da chegada de alguém, ou a reconquista do poder por um líder político.



Imagem 1: Juscelino Kubistchek examinando a planta do saneamento básico de Caruaru ao lado do prefeito Sizenando Guilherme (em destaque). (imagem publicada no jornal Vanguarda no dia 18 de maio de 1957)

1.3 Uma cidade em festa

Caruaru era uma cidade de festas. O centenário teria que confirmar ainda mais essa tradição festiva, e esse acabou sendo um dos objetivos dos organizadores das festividades. Antes de adentrarmos diretamente no programa comemorativo do 1º Centenário, é importante termos uma breve noção de como o caruaruense se relacionava com festas antes mesmo de 1957.

Desde o final do século XIX, a cidade possuía um calendário festivo, tendo como o principal evento a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, realizada no período do final do ano. Já na década de 1930, a festa passou a se chamar festa do comércio, já que os comerciantes locais se tornaram os principais patrocinadores da comemoração, que mobilizava as principais artérias do centro da cidade. Segundo José Daniel da Silva, historiador que é estudioso das festas caruaruenses, essa festa se manteve forte até a década de 1960, quando, a partir daí, iniciou-se um período de declínio⁴⁶.

⁴⁶ SILVA, José Daniel da. “Festas boas” de Caruaru-PE : da Conceição à capital do forró(1950-1985). Recife: O Autor, 2010.

O carnaval também era uma data comemorativa muito celebrada na cidade. Já na primeira década do século XX, ocorreram as primeiras manifestações nas ruas da cidade, tendo seu momento de ápice, assim como a festa do comércio, até a década de 1960, quando começou a sucumbir. Silva nos traz uma descrição sobre o período carnavalesco:

Os relatos encontrados sobre a festa momesca de Caruaru, até os anos 60, seguem, em parte, os mesmos caminhos do Carnaval em outras regiões do país. Havia bailes de clubes sociais, como os que se davam nas capitais, desde meados do século anterior, bem como as festas de rua, no centro da cidade, com desfiles de blocos, ranchos, troças, dentre outros. O “mela-mela” lembrava o Entrudo. As máscaras e fantasias mostravam a influência dos Carnavais à moda francesa e italiana. A música era o frevo, apesar da presença de outros ritmos. (...) O Carnaval de Caruaru pode ser examinado como uma festa nacional, posto que diversas regiões a festejam simultaneamente, mas, também, como uma festa local, bastante forte, devido ao fato de que, enquanto a cidade possuía menos contato com outras regiões, por questões ligadas à dificuldade de transportes e ausência da mídia local. Com o aumento dos contatos, com a abertura da cidade, esta festa foi sendo substituída por celebrações em outros ambientes⁴⁷.

O carnaval de 1957, ano do centenário, teria que ser especial. Mesmo vivendo os anos de ouro das festas momescas, a cidade se propôs a fazer algo ainda mais diferente: além de toda pompa já esperada através das fantasias e carros alegóricos dos foliões, a festa passou ter 13 dias de programação, mais que o dobro do convencional⁴⁸. Nessas quase duas semanas, o tema do centenário seria o mote principal. Através da imprensa, existia a promessa de que este seria um grandioso carnaval, quiçá o melhor do estado. Revistas e jornais do Rio de Janeiro, entre eles O Cruzeiro, deram destaque em suas páginas ao evento, considerado grandioso na época⁴⁹.

O Vanguarda do dia 24 de fevereiro dava destaque ao carnaval não se privando em dizer que este era o melhor de Pernambuco. Com iniciativa de um grupo privado local, uma alegoria representando os então 21 estados da federação desfilou prestando homenagens ao centenário da cidade. Para abrilhantar ainda mais os festejos, estavam presentes a Miss Pernambuco, Nelbe de Souza, e o tradicional grupo carnavalesco da

⁴⁷ SILVA, José Daniel da. Op. Cit. pg. 75-76.

⁴⁸ A prática de prolongar períodos festivos se manteve ainda nos dias de hoje. Em 2007, ano de comemorações do sesquicentenário de emancipação política de Caruaru, o São João, que tradicionalmente durava 30 dias, passou a ter 45 dias de festa. O tema junino foi os 150 anos de Caruaru, assim como em 1957, quando o carnaval homenageou os seus 100 anos.

⁴⁹ REVISTA CARUARU HOJE. Junho e julho de 2007. P. 47

capital, os Vassourinhas. Aliados aos convidados ilustres estavam 19 carros alegóricos, desfiles de troças, blocos e muito do que foi exposto na descrição de José Daniel da Silva, citada anteriormente.

O carnaval de Caruaru em 1957 já possuía certa tradição, no sentido da longevidade da sua realização. Na edição daquele ano, existia uma preocupação maior em ratificar o quanto a cidade era um local onde grandes festas eram produzidas. Desse modo, as festas momescas, assim como a festa do comércio, sofreram uma tentativa de “monumentalização” nas comemorações do centenário.

O historiador Jacques Le Goff nos diz que “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.”⁵⁰ Estas festas foram simuladas na semana do centenário com o objetivo de retratar as tradições caruaruenses ou, seguindo o conceito de Hobsbawm, cristalizar ainda mais as tradições inventadas da cidade.

De acordo com o programa oficial do 1º Centenário, no dia 21 de maio às 20 horas, um simulacro de um dia carnavalesco com desfiles de carros alegóricos ocorreu nas ruas de Caruaru. Da mesma forma ocorreu com a festa do comércio, na qual uma representação de uma noite natalina aconteceu no dia 26 de maio. Aqui vemos uma festa exaltando e cristalizando outras festas. O centenário homenageou vários aspectos da cidade e, dessa forma, a sua tradição festiva não podia deixar de figurar no seu programa⁵¹.

O dia 17 também estava como dia oficial no Programa do 1º Centenário. Basicamente esse dia foi dedicado à chegada de figuras ilustres como o já mencionado, Núncio Apostólico Armando Lombardi, e a caravana composta por intelectuais e jornalistas liderada pelos irmãos Condé⁵².

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento, In: **História e Memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003. Pg. 526.

⁵¹ Não faço menção direta às festas juninas por estas ainda serem bastante modestas no período do meu recorte. Ainda segundo José Daniel da Silva, a tradição junina de Caruaru começou a se consolidar apenas na década de 1970, sendo que essa festa só se centralizou num lugar específico, ganhando um caráter de “espetáculo” em 1985. SILVA, José Daniel da. Op. Cit. Ainda assim, houve uma noite da semana do centenário dedicada aos festejos juninos, mas numa forma genérica, colocando a festa como nordestina e não diretamente caruaruense.

⁵² João e José Condé construíram boa parte das suas vidas intelectuais no Rio de Janeiro onde foram estudar ainda no final da década de 1920, sob o incentivo do irmão mais velho Elysio. No início da década de 1950 Dirigiram juntos o Jornal das Letras, principal publicação literária do país na época. João escrevia para vários periódicos, com destaque a revista O Cruzeiro. José enveredou-se na carreira de Romancista, tendo destaque as publicações: Um ramo para Luísa, Pensão Riso da Noite, Terra de Caruaru entre outros.

Além das recepções, o primeiro dia também ficou marcado pela inauguração de três exposições comemorativas na cidade. Uma de arte popular, dando ênfase à obra de Mestre Vitalino; outra de arte sacra, organizada pela diocese de Caruaru; e, por último, uma exposição de fotografias e dados estatísticos sobre Caruaru. Estas mostras eram extremamente estratégicas na produção da cidade imaginada que os poderes locais tinham o interesse em exibir. Sandra Jatahy Pesavento ressalta que essas produções são típicas do ambiente urbano e afirma que “ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade”.⁵³ Essas três abordagens traçam um recorte de Caruaru como: cidade celeiro de uma tradição artística, reduto de um consolidado ambiente católico e ainda de mãos dadas com o desenvolvimento urbano que o país vivia naquele momento. Na década de 1950, o Brasil vivenciava um crescimento populacional urbano. Neste período de 10 anos, cerca de 8 milhões de pessoas migraram dos campos para as cidades, quase 20% dos 41 milhões de habitantes dos campos no ano de 1950. Este fluxo migratório se deu em um momento em que a vida urbana estava sendo exaltada no Brasil. O país almejava apagar o rótulo de país rural e adentrar no carrossel da modernização incorporando algumas conquistas materiais do capitalismo.⁵⁴

A mostra fotográfica, aliada aos dados estatísticos do município, possuiu uma importância fundamental na construção da Caruaru do centenário. Naquele momento, era importante destacar as transformações que aconteceram na cidade nos seus cem anos de história para legitimar um discurso de desenvolvimento encarnado com muita ênfase em 1957. Nas palavras do jornal A Defesa “a estatística demonstrará em gráficos e números o progresso e o desenvolvimento da cidade e do município.”⁵⁵

O progresso caruaruense deveria ser exposto e, se possível, materializado naquele momento ímpar em que a cidade se encontrava. Havia uma preocupação em prestar contas das mudanças ocorridas: ruas que antes eram de terra batida e que passaram a ser calçadas, prédios construídos onde antes só existia mato, destaque para o aumento do fluxo de automóveis e outras justificativas materiais do desenvolvimento

⁵³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist. [online]**. 2007, vol.27, n.53, pp. 11-23. ISSN 1806-9347. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002>.

⁵⁴ MELLO, João Manuel Cardoso & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) **História da Vida Privada no Brasil Vol. 4**. São Paulo: Companhia das letras, 2007. Pg. 559-558.

⁵⁵ A DEFESA. 20 de abril de 1957. Capa.

local. Se no âmbito nacional JK era o presidente dos 50 anos em 5, em Caruaru Sizenando Guilherme era o prefeito do meio-fio⁵⁶.

Seguindo este embalo nacional, Caruaru queria justificar o seu *ethos* urbano a partir de fotografias e dados estatísticos sobre a cidade que foram expostos no Centenário. Além disso, os mandatários locais registraram através da publicação “Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário” números referentes ao consumo de bens na cidade, como número de aparelhos telefônicos instalados (325), de veículos (501) e ligações elétricas (10.800)⁵⁷. Mostrar uma cidade que tinha acesso a esses produtos era mostrar uma cidade que seguia o ritmo nacional. Caruaru queria se legitimar como uma engrenagem importante no processo de urbanização que o país vivia naquele momento.

Ao passo que era importante compor uma Caruaru urbana, era também vislumbrado elaborar uma cidade defensora de uma tradição popular. Jacques Le Goff expôs que o par antigo/moderno é indissociável, um não existe isolado do outro⁵⁸. Nesse caso, a arte produzida de maneira rústica com o barro representava um elemento de uma possível tradição popular que deveria estar a serviço das práticas modernas, isso é, fazendo parte de uma exposição.

Na década de 1950, o ceramista Vitalino Pereira dos Santos já possuía reconhecimento regional e nacional por suas obras. De origem humilde e rural, vendia suas peças na feira de Caruaru até chamar a atenção de intelectuais locais, como escreveu o cronista Agnaldo Fagundes Bezerra

Augusto Rodrigues foi quem o descobriu. Mas foi João Condé quem o tornou conhecido, projetando-o aos quatro cantos, através da revista O Cruzeiro. Condé, cheio de sensibilidade, coração enorme, ouviu Vitalino, fez-lhe perguntas, pegou nos seus bonecos, apalpou-os e não se conteve: - Você, Vitalino, é um mestre!”⁵⁹

A partir do reconhecimento de intelectuais, Vitalino ganhou o título de “mestre”, ganhou destaque em jornais e revistas, e em outubro de 1960 viajou para o Rio de

⁵⁶ Eram comuns durante o mandato de Sizenando Guilherme publicações, principalmente no Vanguarda, com adjetivos semelhantes a este, ou associando o prefeito como um político de grandes obras públicas. Como exemplo, posso citar: VANGUARDA, 27 de maio de 1957. Capa

⁵⁷ **Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário da Cidade de Caruaru**. Op. Cit.

⁵⁸ LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno, In: **História e Memória**. Campinas-SP: UNICAMP, 2003. P. 173-206.

⁵⁹ BEZERRA, Agnaldo Fagundes. **Caminhantes de Caruaru**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 1980. P. 175

Janeiro numa comitiva dos irmãos Condé, a fim de divulgar a cultura caruaruense no sudeste⁶⁰.

A cristalização do ceramista popular como um baluarte da cultura local já estava sendo reforçada pela elite letrada, que tinha um status importante para a opinião pública, fazendo parte de um sistema de poder que tinha a pretensão de invalidar ou não considerar o saber das massas, ou seja, aqueles que se enxergavam no papel de agentes da “consciência” coletiva os que deveriam dizer a “verdade” de todos⁶¹. Agora, essas falas foram também reforçadas por parte do poder público local, já que uma exposição pública é também um recorte, uma produção de um discurso que é controlado, selecionado, organizado e redistribuído de acordo com os interesses da ordem vigente⁶².

A exposição de arte sacra foi mais um instrumento da Igreja Católica local em se legitimar como instituição de preponderância na cidade. A relação de Caruaru com o catolicismo era algo sempre destacado por cronistas e pela historiografia local como um fator que influenciou diretamente a fundação da cidade quando, ainda no século XVIII, foi construída a capela de Nossa Senhora da Conceição. Ao redor do templo, era realizada uma feira onde comerciantes e tropeiros, que atravessavam aquela região, podiam vender seus produtos. Com o tempo, José Rodrigues de Jesus, o dono da fazenda que mais tarde seria a cidade de Caruaru, permitiu a construção de casas, a maioria pertencente aos comerciantes. Essas construções são apontadas pelos historiadores locais como a origem do núcleo urbano caruaruense⁶³. O cronista Hermógenes Viana, em seu texto exaltando o progresso de Caruaru e publicado no documentário ilustrado do Primeiro Centenário, afirmou:

A povoação de Caruaru é pois de existência tri-secular e, cresceu, como aliás quase todas as cidades de origem lusitana, ibérica, em volta da religião católica, ou seja da “Capelinha de Nossa Senhora da Conceição”, a qual, conforme é sabido, foi mandada edificar no ano de 1781(...)⁶⁴

⁶⁰ Para saber mais sobre o uso de Vitalino como divulgador/produtor de discursos sobre Caruaru e a sua relação com os irmãos Condé, ver: SANTOS, José Veridiano. **Falas da cidade: um estudo sobre as estratégias discursivas que constituíram historicamente a cidade de Caruaru-PE (1950-1970)**. Recife: 2006.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio De Janeiro: Graal, 2009.

⁶² FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

⁶³ SANTOS, José Veridiano. Op. Cit.

⁶⁴ **Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário da Cidade de Caruaru**. Caruaru, Maio de 1957.

Desse modo, a Igreja Católica, que já estava consolidada discursivamente como um dos elementos fundamentais para a transformação de Caruaru em cidade, reforçou ainda mais essas falas através da exposição de arte sacra.

Como mencionei anteriormente, a igreja Católica assumiu um papel de destaque nas festividades do centenário. O bispo D. Paulo Hipólito de Souza Libório e o padre Zacarias Lino Tavares montaram uma programação religiosa para a semana centenária, utilizando a forte influência que exerciam na comissão organizadora dos preparativos.

Além da missa da meia noite e da exposição de arte sacra, os religiosos saíram em procissão ao lado do prefeito Sizenando Guilherme, de vereadores, de empresários, de comerciantes e homens das letras, compondo uma espécie de “abre alas” da solenidade. Esses eram os personagens que se colocam à frente da cidade, aqueles que se consideravam condutores de Caruaru na caminhada rumo ao progresso e ao desenvolvimento. Para Michel de Certeau, “existe uma retórica da caminhada. A arte de ‘moldar’ frases tem como equivalente a arte de moldar percursos.”⁶⁵ Logo, aqueles que se posicionavam como portadores da voz de Caruaru se posicionavam à frente impondo o seu enunciado, construindo a sua verdade. Os donos do poder moldaram o percurso/enunciado daquela festa. É notável, se observarmos a figura 2, a maciça presença de homens bem trajados à frente do cortejo, a maioria deles vestindo terno escuro e gravata, com exceção do prefeito Sizenando Guilherme que vestia um destacado terno branco. Logo atrás, seguindo a cadência desses passos, estavam os populares; crianças, jovens, pequenos comerciantes que, ao seu modo, também buscavam inserção neste momento do município.

Também sob a tutela católica foi inaugurada a estátua de bronze do suposto fundador da cidade, José Rodrigues de Jesus, proprietário de terras que construiu a capela da Conceição, primeiro templo religioso de Caruaru, antes mesmo de se tornar município. Mesmo sendo uma figura pouco registrada na história local até então, fora construído em torno desse personagem um mito fundador; José Rodrigues de Jesus agora assumiu o papel de pai fundador da cidade, tese defendida pelo padre Zacarias Tavares que tinha assumido o papel de contar a história da cidade, tendo em suas mãos a posse de toda a documentação da capela disponível naquele momento. Ele atribuiu a José Rodrigues a imagem de um homem influente juntos ao Império e ao Presidente da

⁶⁵ CERTEAU, Michel de. 2008. Op. Cit. pg. 179

Província de Pernambuco, além de gozar de grande prestígio junto à Igreja Católica e à sociedade local⁶⁶.



Imagem 2: Procissão católica em comemoração ao 1º Centenário de Caruaru. De óculos e em destaque, o prefeito Sizenando Guilherme (Acervo pessoal de Lula Teófilo)

A história narrada pelo sacerdote acabou gerando polêmicas com jornalistas e grupos presbiterianos que discordavam dessa versão. Para eles, José Rodrigues não se enquadrava no perfil aristocrático representado na estátua, mas sim um vaqueiro bruto típico dos sertões do século XVIII. O historiador local Nelson Barbalho teceu duras críticas ao monumento e apontou anacronismos cravados na peça de bronze:

No monstrengo atribuído ao capitão/vaqueiro/agricultor sapecaram, talvez por deboche ou achincalhe, um redingote. Ora, minha gente, o Capitão José Rodrigues bateu a bota em 1820 e redingote somente surgiu – e surgiu em Paris, França, não no Caruaru oitocentista – somente surgiu entre 1880 e 1900, isto é, mais de sessenta anos depois do desencarne do velho Capitão.⁶⁷

⁶⁶ Sobre o protagonismo da Igreja Católica nas festividades do Centenário de Caruaru e as polêmicas em torno do mito fundador, ver: Op. Cit. SANTOS, José Veridiano. 2006. p. 35.

⁶⁷ BARBALHO, Nelson. **Meu povinho de Caruaru**. Recife: CEPE, 1980. p 104.

O jornalista Henrique de Figueiredo também não poupou críticas ao monumento. Ele escreveu um longo texto intitulado “A mentira de bronze” no caderno especial destinado ao Centenário, publicado no Vanguarda, tentando desconstruir a versão construída pelo Padre Zacarias de que José Rodrigues de Jesus era um homem íntimo das elites e prestigiado pela Igreja Católica.

Esse sertanejo, cujo lugar de nascimento é desconhecido, não possuía nenhum prestígio político de influência provincial. Não era áulico do trono nem dos Presidentes de Província, tornando-se deles um favorito. Nem da Religião, do Bispo ou de qualquer família sacerdotal era membro proeminente⁶⁸.

Nessa guerra pela produção da história, os católicos conseguiram impor a sua voz, inauguraram a estátua ao lado dos representantes do governo local e da presidência da República. Não ergueram apenas um mero monumento de metal cravado na cidade até hoje (ver imagem 3), eles construíram também parte do discurso histórico do município, sob a batuta do padre Zacarias. Uma história edificada nos alicerces católicos e aristocráticos.



Imagem 3: Estátua de bronze atribuída a José Rodrigues de Jesus. Hoje o monumento se localiza no “Marco Zero” de Caruaru, na Avenida 15 de Novembro, Centro. Detalhe para as roupas aristocráticas tão criticadas por Nelson Barbalho e Henrique de Figueiredo (Foto: Elio Rocha, Panoramio)

⁶⁸ VANGUARDA. 18 de maio de 1957.p. 11

A intervenção da Igreja Católica na produção histórica e discursiva de algumas comemorações era algo comum até o fim do século XIX e início do XX. Só para citar como exemplo, a historiadora Martha Abreu escreveu o artigo “Festas religiosas no rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX”, justamente problematizando as censuras e outras formas de controle por parte da Igreja Católica nas comemorações da Festa do Divino no Rio de Janeiro. Periódicos católicos passaram a publicar o que era considerado um modelo ideal de festa por parte da elite clerical, em detrimento aos batuques dos negros ou festividades promovidas pelas irmandades religiosas – inclusive, essas atividades foram negligenciadas por essas publicações⁶⁹. Algo semelhante ocorreu com a insistência da Igreja em produzir uma festa e uma história oficial para Caruaru.

Mas, a Igreja Católica não foi a única instituição conservadora a se fazer presente nas comemorações do centenário. Por volta das 9:00 horas, o Exército desfilou pelas principais ruas seguindo a métrica clássica das passadas militares e empunhando símbolos nacionais sob os olhares dos homens ditos importantes de Caruaru, que se localizavam na primeira fila da “plateia”. Esse era o momento em que as tropas se portariam em continência ao representante do Presidente da República, ou seja, era uma marcha voltada para a elite política. Assim, como na procissão católica, os populares locais puderam observar essa solenidade apenas posicionados bem mais ao fundo.

Vale lembrar que naquele momento as forças armadas estavam consolidando um lugar estratégico no país, ganhando força em se tratando de política. Um bom exemplo da força do Exército na política local se encontrava no governo do Estado de Pernambuco, que, na época era governado pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, convidado de honra para as festividades do centenário. Mesmo já sendo conhecido pelo seu autoritarismo na década de 1950, Farias fez do Centenário de Caruaru uma possibilidade de ganhar a simpatia do povo do Agreste, já que o Gaúcho de Jaguarão, não possuiu uma votação expressiva na cidade nas eleições de 1955. Sobre esta questão, Rosalino da Costa Lima e Zacarias Campelo escreveram no livro “Fatos Históricos e Pitorescos de Caruaru”⁷⁰:

⁶⁹ ABREU, Martha. Festas religiosas no rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. In: **Revista Estudos Históricos**, Vol. 7 n° 14, 1994.

⁷⁰ Publicação idealizada por Rosalino Lima e Zacarias Campelo e patrocinada por alguns empresários locais e em parte pela prefeitura. O livro basicamente faz um levantamento dos principais órgãos públicos, lojas, empresários, profissionais liberais, clubes entres outros, tanto do passado quanto do presente (1957). Além disso, discute uma possível origem do nome dado à cidade (Caruaru), bem como faz um

O centenário de Caruaru coincide com a atuação do General Cordeiro de Farias na qualidade de Governador do Estado e que, não tendo tido aqui uma votação expressiva, talvez pelo fato de não ser pernambucano e paisano, tudo tem facilitado para Caruaru dentro das possibilidades financeiras do Estado. Nisto tem provado que deseja mesmo ser governador de todos os pernambucanos, não guardando ódio contra ninguém, mas procurando por em prática o seu slogan.⁷¹

Logo, o exército não poderia deixar de ser representado naquele momento; representava um fortalecimento político da figura do General Farias e estabelecia uma ligação mais estreita com o Governo estadual. Além disso, a instituição estava passando por um momento de consolidação que propiciou, sete anos depois, a tomada do poder no país através de um golpe de estado. Vale ressaltar que Cordeiro de Farias participou ativamente do regime imposto pelos militares a partir de 1964.



Imagem 4: Desfile das tropas locais em continência aos representantes dos poderes locais e federais (acervo pessoal de Lula Teófilo).

Transpassadas as solenidades oficiais ligadas aos grupos conservadores da cidade, chegou o momento em que um coquetel de vodca bancado pelo Rum Montila, foi oferecido aos intelectuais e jornalistas que estavam em Caruaru. Eles estavam na cidade compondo uma comitiva organizada pelos irmãos João e José Condé. Dentre os

levantamento de algumas famílias consideradas pelos autores, como de grande importância para a história de progresso local.

⁷¹ LIMA, Rosalindo da Costa & CAMPELO, Zacarias. **Fatos históricos e pitorescos de Caruaru**. Recife: [s.i.e.], 1957.

nomes que compuseram o grupo, estavam presentes Carlos Drummond de Andrade, Jorge Amado, Limeira Tejo, Ligia Fagundes Teles, Rubem Braga entre outros.

A presença desse grupo possuía uma importância estratégica para a cidade; confirmar a sua importância na produção intelectual do Brasil. Caruaru se orgulhava e sempre destacava o fato de ser a única cidade do país com dois conterrâneos presentes na Academia Brasileira de Letras, Álvaro Lins e Austregésilo de Ataíde. Os irmãos Condé, residentes no Rio de Janeiro, também estavam no auge de sua produção. Além de dirigirem juntos o *Jornal das Letras*, um dos principais periódicos literários do país, José ainda vivia a repercussão do seu último livro “Os Dias Antigos”, novelas lançadas em 1955.

A repercussão da visita de intelectuais de prestígio nacional ecoa até os dias de hoje nas rodas de conversa entre aqueles que viveram aquele momento, ou até mesmo os que apenas “ouviram falar”. É comum os mais antigos citarem a presença de Jorge Amado ou Ligia Fagundes Teles ao contar parte da história caruaruense nos debates sobre a cidade ou nos momentos de prosa sem compromisso sobre a “Caruaru do meu tempo”.

O que colaborou para que a presença desses intelectuais em Caruaru ficasse marcada na memória coletiva de parte dos seus habitantes foi a massiva repercussão gerada pela imprensa e por discursos políticos da época. O articulista Ernani Fernandes Silva escreveu no jornal *A Defesa* que todas aquelas articulações “granjearam para Caruaru a fama de cidade civilizada no sentido lato da palavra. Quem se tem expressado com tal ênfase ao se referir a nossa cidade é um Jorge Amado, José Condé (...).⁷²”

O jornalista Aristides Veras escreveu um pequeno levantamento sobre a intelectualidade em Caruaru um pouco antes do Centenário. No artigo intitulado “Caruaru, celeiro de cultura”, ele defende a ideia de que Caruaru está passando por um momento de efervescência em relação à quantidade de “homens de cultura” que a cidade abriga. Advogados, professores, jornalistas, médicos, engenheiros, todos eles, segundo Veras, fazendo de Caruaru o pedestal para a sua cultura⁷³.

Mizael Martins fez uma revisita aos festejos de 1957, em um texto comemorativo do sesquicentenário da cidade publicado na revista *Caruaru Hoje*. Ele tentou fazer um levantamento de caruaruenses ilustres que estiveram presentes na festa do Centenário, elaborando quadros classificatórios por profissão. Dos doutores e juízes

⁷² A DEFESA, 05 de junho de 1957.

⁷³ VANGUARDA, 13 de janeiro de 1957. P. 3.

até os garçons e engraxates. Mesmo o autor tendo incluído profissões consideradas mais populares, é notável o objetivo em expor também uma Caruaru diversa no campo da intelectualidade, um movimento ainda realizado 50 anos depois da festa⁷⁴.

O curioso é que mesmo existindo uma preocupação em construir uma Caruaru como celeiro de intelectuais, a cidade não possuía estrutura para formá-los. As primeiras instituições de ensino superior, A Faculdade de Direito de Caruaru⁷⁵ e a FAFICA⁷⁶, só foram fundados em 1959 e 1960 respectivamente. Ou seja, todos aqueles que almejavam uma formação superior teriam que sair de sua terra natal. Caruaru não era um celeiro de intelectuais tarimbados academicamente, mas de homens que buscavam essa formação em outros lugares. Apesar de não fazer parte da formação superior desses profissionais, Caruaru sempre recebia os louros por suas atuações, independentemente do segmento.

O campo educacional secundário também teve o seu espaço na festa. As escolas, públicas e particulares desfilaram pelas principais ruas da cidade. Mais precisamente, o itinerário passava pela Avenida Agamenon Magalhães; Avenida Rio Branco, também conhecida como Rua da Matriz e, ocasionalmente, também interferindo em artérias próximas, como por exemplo, a Rua Duque de Caxias.

A escolha do percurso foi estratégica para a cidade. Os estudantes e professores percorreram a Avenida Agamenon Magalhães, artéria nova na cidade e que fazia parte de um setor que estava crescendo com ares de bairro nobre, fato que foi confirmado com o passar do tempo. Boa parte das elites de Caruaru possuíam propriedades naquela região. Já a Avenida Rio Branco era o coração comercial da cidade, uma rua bem mais antiga e com tradição consolidada. Grandes eventos da cidade ocorriam ali, no berço de elites mais antigas da cidade, lugar onde já havia existido a prefeitura, a Igreja da Matriz (principal templo católico até o momento) e várias casas comerciais.

É notória aqui uma ordem espacial premeditada e imposta para os caminhantes/desfilantes pelo poder público. Para Michel de Certeau um lugar é a ordem

⁷⁴ CARUARU HOJE, Junho e julho de 2007. P. 45-47.

⁷⁵ Fundada em 1959 pelo Doutor em Direito e então Deputado Federal Tabosa de Almeida. Hoje a instituição se chama ASCES (Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico) e oferece 14 cursos superiores e 7 técnicos.

⁷⁶ A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru - FAFICA, Instituição de Ensino Superior, particular, foi fundada pela Diocese de Caruaru, através de Portaria da Cúria Diocesana nº 268, de 9 de agosto de 1960, assinada pelo Bispo Diocesano Dom Augusto de Carvalho, idealizador do projeto. Seu funcionamento foi autorizado através do Decreto do Presidente da República de nº 50.448 de 12 de abril de 1961, com a oferta dos cursos de Licenciatura em Letras, Ciências Sociais, História e Pedagogia. Fonte: <http://www.fafica.com/portal/index.php?pagina=canais&id=25>

segundo a qual se distribuem elementos na relação de coexistência, uma configuração instantânea de posições. Um lugar é algo estático, que ganha um sentido quando praticado pelos seus caminhantes. Esse “lugar praticado” é o espaço, composto por um conjunto de operações (nesse caso temos o exemplo do desfile) que dão legitimidade a ele⁷⁷. Dessa forma, os desfiles escolares acabaram compondo enunciações e deram sentido a um espaço novo e que teria que ser recepcionado pela cidade como um lugar importe na hierarquia da sua geografia. Além de dar um sentido à nova avenida, os caminhantes também saudavam a clássica artéria principal, repleta de símbolos não-verbais⁷⁸ em sua estrutura que compunham uma narrativa de parte da história da cidade erguida pela Igreja Católica e pelas elites comerciais.



Imagem 5: desfile das estudantes do Colégio Sagrado Coração (Acervo pessoal de Lula Teófilo)

Além da preocupação com a ordem que os passos seguiriam, o poder público também impôs outra padronização, dessa vez estética. O cronista Lopes da Gama escreveu em tom crítico e de denúncia um texto sobre o fardamento que as professoras do ensino municipal estavam sendo obrigadas a usar no dia do desfile. Ele chamou debochadamente de “Madame Modista” a inspetora de pesquisas pedagógicas do município, a professora Severina Bezerra. Ela exercia a função de fiscalizar os

⁷⁷ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008.

⁷⁸ FERRARA, Lucrécia D’ Alessio. 1988. Op. Cit.

professores e escolas de Caruaru e acabou aplicando a ordem dos fardamentos para as professoras. Gama não poupou palavras ácidas:

Para esse desfile a professora Severina Bezerra organizou o seguinte fardamento para as professoras: saia azul marinho de alpaca; blusa de lingerie azul clara, de mangas compridas; meias de nylon cor de mel de rapadura batida e sapatos de verniz preto, fechado, de salto alto. A saia deverá ser justa um modelo de Maggy Rauff da revista “Queridinha”. (...) e que figura pitoresca não será a de uma professora gorda enfiada numa saia estreita... E se ela estiver esperando a visita da cegonha? Mas é possível admitir-se numa passeata longa e fatigante, ou sol ou chuva, sapatos de salto alto? (...) E todas estarão abonadas para esse sacrifício econômico?⁷⁹

Uma semana depois dessa publicação, Sergio Gama, representando a prefeitura, escreveu uma réplica estampada na capa do Vanguarda. No texto ele confirma que aquele era o fardamento que seria usado, porém argumentou que isso só foi decidido após três reuniões com o Diretor de Educação e Cultura do município. Além disso, Sergio Gama ainda foi enfático em dizer que os gastos que cada professora teria com as vestes seria bem abaixo do que denunciava o jornalista⁸⁰.

Independentemente de quem estava com a “razão” nessa rusga aberta, é importante atentar para a preocupação do poder público com uma padronização estética das servidoras de ensino municipal. Os trajes eram formais e ao mesmo tempo arrojados para a época. Era importe expor uma imagem imponente da educação de Caruaru, isso se deu, logo de imediato, através da forma como as educadoras estavam vestidas: com rigor.

Vários setores da sociedade foram, de certa forma, representados nas comemorações. O futebol também ganhou um lugar de destaque. Na década de 1950 o esporte bretão já havia se consolidado como a modalidade mais popular do Brasil. No ano de 1950, o país sediou uma Copa do Mundo, sendo derrotado na final pelo Uruguai, episódio que ficou conhecido como o maracanazo. Mesmo com a derrota, o Brasil acabou mobilizado em torno do esporte e passou a acompanhar mais a sua seleção. Foi também na década de 1950 o início da profissionalização clubística deste esporte no Brasil.

Caruaru vivenciava naquela década um momento interessante em se tratando de futebol. Possuía vários clubes associados à Liga Desportiva Caruaruense, presidida por

⁷⁹ VANGUARDA, 07 de Abril de 1957. Capa.

⁸⁰ VANGUARDA, 14 de Abril de 1957. Pg.1

Rui Limeira Rosal no ano do Centenário. Os times mais tradicionais eram o Central Sport Club e o Vera Cruz, e ambos vivenciavam uma forte rivalidade entre si. Com o objetivo de abrilhantar o futebol local, foram planejadas partidas comemorativas ao Centenário.

No primeiro programa do 1º Centenário, publicado nos jornais de Caruaru em 14 de abril de 1957, estava prevista uma partida entre um clube do Rio de Janeiro (não especificado) e um combinado local. Essa partida não aconteceu. Provavelmente por contenção de custos. No lugar de uma equipe carioca, foi convidado o Santa Cruz Futebol Clube, time da capital pernambucana e de forte apelo popular já naquela época. O clube fez a partida principal da festa, no dia 19, contra um combinado de atletas de vários clubes locais. Outro time que viajou a Caruaru foi o Guarani, do interior da Bahia. Eles jogaram contra o Central no estádio Pedro Victor⁸¹ na tarde do dia 18. Ambas as partidas tiveram embates preliminares envolvendo times locais⁸².

Nos principais periódicos locais, não foram noticiados os resultados dos jogos, o que é de se estranhar, devido à importância do evento. Imaginei que provavelmente os times locais não tiveram um bom desempenho, não sendo interessante para o Vanguarda noticiar o resultado dos embates. Ao consultar os jornalistas esportivos Daniel Gomes (que escreve para o globoesporte.com) e Thiago Freitas (caderno de esportes da Folha de Pernambuco), cheguei ao placar do jogo principal: o Santa Cruz venceu o selecionado de Caruaru com o resultado de 2x1.

O periódico local seguia uma linha editorial esportiva com características muito bairristas. Um exemplo disso foi a disputa amistosa envolvendo as seleções de Pernambuco e Caruaru. O Vanguarda do dia 6 de janeiro de 1957 destacava o evento como a “abertura futebolística do Centenário”⁸³. Além de exaltar a partida e os jogos locais, o jornalista (que não assinou a matéria) fez questão de salientar que o juiz era recifense. Na semana seguinte o destaque: “Pernambuco venceu apenas por 4x2”. A palavra “apenas” foi utilizada tentando diminuir a goleada imposta por Pernambuco aliado ao questionamento de um pênalti duvidoso:

Ao poucos o entusiasmo dos locais tomava conta de todas as linhas do bando alvi-azulino [time de Pernambuco] e parece que tomado de uma boa dose de receio o arbitro Anízio Morgado achou por bem assinalar

⁸¹ Estádio particular pertencente ao Central Sport Club com capacidade para 20.000 pessoas. Hoje o lugar se chama Estádio Luiz José de Lacerda, mais conhecido como o “Lacerdão”.

⁸² VANGUARDA, 18 de maio 1957. S/N

⁸³ VANGUARDA, 06 de janeiro de 1957. Pg. 4

uma penalidade máxima, para aliviar mais o nervosismo de uma provável grande decepção de seus companheiros da F.P.F⁸⁴.

Essa era uma característica da crônica esportiva do Vanguarda, dificilmente aceitavam de maneira conformada a derrota de um time local contra qualquer equipe de fora, principalmente se o time fosse da capital Recife.

Mas, não foram apenas essas partidas isoladas que promoveram o futebol local no ano do Centenário. Uma semana após as comemorações, ocorreu o Torneio Início de 1957, composto por Vera Cruz, Central, Comércio Futebol Clube, São Paulo e Rosarense. Houve uma mobilização para que o torneio ainda respirasse as pompas das festividades da semana anterior. O comércio e a indústria local patrocinaram as premiações oferecidas aos clubes e atletas do certame.

Naquele momento, era importante ter um futebol forte e competitivo porque isso era considerado um fator de desenvolvimento, algo que aproximava Caruaru das grandes cidades. O Cronista esportivo local conhecido como Joca, defendia a ideia de que Caruaru há tempos possuía a “liderança, a hegemonia do futebol interiorano.” O articulista ainda fez uma análise mais profunda tecendo uma defesa de que o futebol engrandecia a cidade. Ao narrar parte da história do futebol local, ele escreveu que “Depois foi criada a Liga Desportiva Caruaruense. (...) Surgiu o Comércio, o Vera Cruz, o São Paulo, o Rosarense. O futebol foi codificado. Nasceu o campeonato. As disputas amiudaram-se. Equiparamo-nos aos grandes centros.”⁸⁵

Comemorar é também construir tradições. Nesse sentido, a imprensa local e as pessoas ligadas a Liga Desportiva Caruaruense aproveitaram o mote do Centenário para, além de tentar fortalecer o futebol local, construir uma tradição da cidade em torno desse esporte. Como contextualizei anteriormente, o Brasil vivia um momento de consolidação e crescimento futebolístico e Caruaru também queria fazer parte deste momento, justificando a sua sintonia com o progresso esportivo do país.

As festas do Centenário ainda foram repletas de inaugurações, como o posto agropecuário do Alto do Moura, uma obra realizada com recursos federais pelo Diretoria de Fomento Agrícola e que tinha por objetivo apoiar iniciativas agropecuárias da região; da pavimentação da BR-25 ligando Caruaru à Encruzilhada; e a do edifício do Banco do Povo S/A.

⁸⁴ VANGUARDA, 13 de janeiro de 1957. Pg. 7

⁸⁵ VANGUARDA. 26 de maio de 1957. P. 7

Houve também a inauguração do busto do Padre Antônio Freire de Carvalho, mais conhecido como Vigarinho. O pároco estava à frente da paróquia de Nossa Senhora das Dores quando Caruaru passou de vila à cidade, onde exerceu o sacerdócio por quase meio século⁸⁶. Atualmente, o seu busto está localizado na Avenida Rio Branco, próximo a Igreja da Matriz.

Em meio a todos estes compromissos envolvendo a cidade, tendo como subterfúgio as celebrações centenárias, é possível perceber que a festa em seu caráter oficial, promovia diferenciações, inclusão e exclusão entre a população. Vimos uma programação convenientemente adaptada às vontades dos poderes políticos e eclesiásticos, na qual as camadas populares, quando se faziam presentes nas solenidades, não passavam de apêndices, números, volume nas festas. No cenário das comemorações, os espaços eram bem definidos, o exemplo maior disso está no próprio programa do centenário. No leque de eventos da programação consta: “22:30h – bailes populares no SESI, Vera Cruz, Mercado da Farinha e Salgado”. Logo em seguida: “23:00h – Suntuoso baile no Clube Intermunicipal.” Foram construídos espaços distintos para as festas. Para a população em geral, os bailes em locais mais simples e nos bairros populares. Para a elite política e letrada da cidade, um baile adjetivado como “suntuoso” em um clube que era voltado para a aristocracia local.

Um lugar, para ser tornar um espaço, ou seja, passar a ter um sentido mais subjetivo, precisa ser praticado, vivenciado pelos atores que o consomem. Obviamente, os lugares destinados à elite, permaneceram sendo frequentado pela elite, os lugares populares continuaram sendo significados pelos populares. Nas festas do centenário, nem todos possuíam convites⁸⁷.

⁸⁶ Um pouco mais sobre a biografia do Vigarinho, ver: BARBALHO, Nelson. **Caruaru de vila a cidade**. Recife: CEPE, 1980.

⁸⁷ CERTEAU, Michel de. 2008. Op. Cit.

CAPITULO 2 – CENTENÁRIO E PROGRESSO

O ato de comemorar é sempre realizado no presente, mas traz consigo uma expectativa de futuro⁸⁸. Desta forma, as comemorações do centenário de Caruaru serviram de mote para uma discussão sobre o progresso da cidade. Era comum na imprensa local utilizar-se o discurso de cidade centenária como justificativa de muitas críticas acerca da carência de melhorias estruturais de que, segundo os cronistas, a cidade necessitava.

Além destes tipos de reclames, o centenário se tornou um mote para a exaltação das conquistas que a cidade já estava vivenciando ou estava prestes a vivenciar. Ruas pavimentadas, alto fluxo de automóveis, novos prédios, praças e várias outras conquistas materiais que garantiriam que Caruaru, nos seus 100 anos de emancipação, estava em confluência com o ritmo otimista do nacional-desenvolvimentismo em que o país estava imerso.

A partir de 1955, com a eleição do presidente Juscelino Kubistchek, o discurso político do Brasil ficou centrado no nacional-desenvolvimentismo, que se constituía em um sonho de progresso técnico e estrutural de maneira acelerada para o país, o que gerou um processo de internacionalização da economia. Na época, houve um grande avanço industrial e expansão dos setores privados e públicos⁸⁹. A sociedade brasileira passou a dar crédito ao slogan de campanha de JK “cinquenta anos em cinco”, e o clima de otimismo, gerado principalmente pela queda do desemprego, acabou dando ainda mais popularidade ao Plano Nacional de Desenvolvimento do governo⁹⁰. Essa euforia de certa forma contribuiu para difundir de maneira ampla o discurso e o desejo de modernização entre a população brasileira. O desenvolvimento passou a ser almejado de tal forma que se ver à margem do seu acalantado abraço, remetia estar inserido no desamparo do atraso. Nesse contexto, parte da população de Caruaru, que se expressava principalmente através dos poderes públicos, na imprensa e nas letras, não queria que sua cidade se visse órfã do progresso, eles também queriam o afago confortável da modernização.

O governo JK, já no início de 1956, investiu na criação de instâncias estatais capazes de fomentar uma acelerada industrialização de base para o país, além de

⁸⁸ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. 2013 Op. Cit.

⁸⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁹⁰ CARONE, Edgard. **A República Liberal II: Evolução Política (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985.

conquistas materiais propiciadas principalmente pela a indústria automobilística e a de bens de consumo. Kubistchek criou o “plano de metas”, conjunto de objetivos a serem traçados para o país no seu governo com a finalidade de apresentar resultados concretos a curto prazo, deixando em segundo plano a preocupação com o equilíbrio econômico e monetário do Brasil. O Plano de Metas, mesmo gerando uma volumosa dívida externa, deu ao governo JK um forte apelo nacionalista, já que todas as medidas bancadas pelo governo eram vistas como necessárias para desenvolver o país⁹¹.

A maioria das metas impostas por Kubistchek obtiveram resultados positivos, alimentando na população brasileira - a cada obra concluída ou a cada novo bem de consumo que chegava às lojas - um sentimento de otimismo dificilmente antes vivenciado. Para os historiadores João Manuel de Melo e Fernando Novais:

Na década de 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava as conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade e a tolerância⁹².

2.1 Sizenando Guilherme: o prefeito do Centenário desenhado nas páginas do Vanguarda

Imerso neste otimismo, Caruaru se mostrava nos periódicos como uma cidade sedenta por obras e modificações estruturais que simbolizassem o progresso e o desenvolvimento local em consonância ao que o país vivenciava com JK. Buscando alimentar este otimismo na cidade, o Vanguarda acabou sendo uma ferramenta não apenas de propagação daquela lógica desenvolvimentista na qual o país estava imerso, como também acabou ajudando a produzir a imagem de um líder com atitudes consideradas progressistas para a cidade e que, ainda por cima, fosse um sinônimo de luta e trabalho. Deste modo, o Prefeito Sizenando Guilherme foi, ao longo do seu mandato, construído e estampado nas páginas do Vanguarda.

Vale ressaltar que a produção da imprensa, qualquer que seja o veículo, é uma produção comprometida, parcial, e, assim como a produção historiográfica, articula-se

⁹¹ FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: SENAC, 2000.

⁹² MELLO, João Manuel Cardoso & NOVAIS, Fernando A. 2007. Op. Cit.

com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural⁹³. Nesse sentido, a historiadora Tânia Regina de Luca destaca a importância

De se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada pelos seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário⁹⁴.

O Vanguarda foi fundado em 1932 e, desde então, passou a circular semanalmente (apenas durante 11 meses no ano de 1977 a publicação foi diária⁹⁵). A partir de 1952 foi arrendado à firma Pontes & Oliveira, grupo com fortes ligações pessedistas, servindo de palanque e órgão de divulgação dos governos de Abel Meneses (1951-1955) e Sizenando Guilherme (1955-1959), este último inclusive chegou a fazer parte da diretoria do Jornal.

Com esta tão evidente parcialidade do Vanguarda em relação ao mandatário local, saliento que não é meu objetivo tecer o perfil do prefeito, mas sim *um* perfil no qual o Vanguarda tentava edificar nas suas páginas e que ganhava ainda mais volume conforme as festas do centenário se aproximavam. Com este exercício, acredito ser possível elaborar uma interpretação do que as instancias de poder da época elegiam como de maior importância em termos administrativos. Além disso, observar como parte de uma elite letrada fabricava o seu líder é uma forma de analisar como era importante para esse grupo uma aproximação entre o modo de governar a cidade com as prioridades do Governo Federal naquele momento. Era importante forjar um prefeito nos moldes semelhantes aos do presidente Juscelino Kubistchek como mais uma maneira de provar que Caruaru caminhava no mesmo ritmo do desenvolvimentismo nacional.

Já na eleição de 1955 o então candidato a prefeito Sizenando Guilherme colocou como prioridade de sua campanha ampliar serviços eleitos como básicos para a cidade se desenvolver. O Jornal Vanguarda, periódico que tinha vínculos políticos com esse

⁹³ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense. 2007. Pg.66

⁹⁴ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, Op. Cit. pg. 140

⁹⁵<http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=institucional> (consultado no dia 09/01/2014 às 10:43h)

candidato, estampou em suas páginas dias antes das eleições: “Água, luz e saneamento – o trinômio redentor de Caruaru com Sizenando Guilherme e Ferraz”⁹⁶. Os três elementos citados já eram naquele momento, de vital importância para o desenvolvimento de qualquer cidade. Sem água e luz não é possível estabelecer fábricas, pontos comerciais, e eletrodomésticos não seriam consumidos. Sem saneamento, a cidade não cumpre um modelo urbanístico aceitável para o padrão de progresso da época, com ruas limpas e pavimentadas. Esses três pilares foram citados como “redentores”, pelo fato de que, sem eles a cidade não possuiria subsídios para a sua modernização.

Já no seu primeiro ano de governo, Sizenando Guilherme foi denominado, novamente através das páginas do Vanguarda, como o “prefeito do meio-fio” e, como se uma grande novidade estivesse sendo anunciada, o jornal exaltou a decisão do prefeito em pavimentar ruas afastadas do centro da cidade

O atual prefeito, Sizenando Guilherme de Azevedo, que tem no sangue o estigma do trabalho, preferiu deixar um pouco a sala de visitas da cidade para voltar suas vistas para as ruas e travessas mais afastadas do centro (...) Difícil foi a remoção de grande quantidade de pedras existentes entre esses trechos onde veículos não passavam⁹⁷.

É possível interpretar, a partir do tom de exaltação do jornalista, que não era comum que ações de infraestrutura por parte da prefeitura fossem implantadas nas zonas periféricas da cidade, ou, no mínimo, era essa a ideia que o jornal pretendia elaborar. Outra interpretação é que o centro de Caruaru, chamado de “sala de visitas”, não precisasse de grandes reparos, talvez os poderes municipais e parte dos jornalistas da época já estivessem satisfeitos com a situação das ruas centrais, ou apenas queriam cristalizar essa ideia na população. Apesar das interpretações acerca dessa notícia, nota-se que o Jornal Vanguarda acabou se tornando um instrumento de construção da figura do prefeito em um governante exageradamente comprometido em modernizar Caruaru, o condutor da cidade rumo ao desenvolvimento que o país sonhava viver em meados dos anos 1950.

Ainda mantendo o compromisso em dar destaque às realizações do governo municipal e elevar a imagem do prefeito, o Vanguarda publicou um balanço do primeiro

⁹⁶ VANGUARDA. 18 de setembro de 1956. Pg.6

⁹⁷ VANGUARDA. 27 de maio de 1956. Pg.1

ano de trabalho de Sizenando Guilherme. No texto com o pomposo título “365 dias de ininterruptas realizações”, o jornal fez um mimo ao ego do político:

Não é lisonja ressaltar, nesta oportunidade, as qualidades de administrador do prefeito Sizenando Guilherme de Azevedo e do seu grande devotamento pelos negócios do município de dirige, numa obstinação permanente de ver sempre progressista e sempre destacada a capital do agreste pernambucano⁹⁸.

Mais uma vez, o periódico condicionou o progresso de Caruaru aos esforços de Sizenando Guilherme. Subtende-se a ideia plantada: condução do mandatário seria uma peça fundamental na caminhada em busca do desenvolvimento e que, sem a sua liderança, a cidade estaria fadada a parar no tempo, viver no limbo do atraso.

Após esta breve introdução exaltando o prefeito, a matéria trouxe números do primeiro ano de trabalho dando destaque às ruas que foram calçadas (14.172 metros quadrados, segundo o jornal); ao meio-fio introduzido (3.620 metros lineares); construção de galerias de esgoto (402 metros); construção de bueiros e inauguração e reforma de praças (Cel. Francisco dos Santos e Euterpe, respectivamente).

Percebe-se que o primeiro ano de governo de Sizenando Guilherme seguiu os passos do que estava sendo priorizado pelo Governo Federal: obras de infraestrutura. Em compensação, ações efetivas por parte do poder local em outros setores como educação, saúde e políticas de assistência social eram pouco mencionadas nos periódicos caruaruenses. Esta desatenção em relação a estes setores também era um reflexo do que o país vivenciava. O Plano de Metas de Juscelino Kubistchek visava gerar melhorias em cinco setores básicos, sendo que cerca de 93% dos recursos foram alocados para energia, transportes e indústrias de base, restando apenas 7% para os outros dois setores, alimentação e educação⁹⁹.

Ações voltadas para assistência social foram brevemente citadas no Vanguarda apenas no caderno especial do centenário, publicado no dia da festa. A edição comemorativa dedicou uma página completa para o destaque das realizações de Sizenando Guilherme nos seus 548 dias de governo. Mais uma vez, um breve texto introdutório tentou transmitir ao leitor uma imagem de administrador que trabalha incansavelmente apesar de vários obstáculos, como por exemplo, a escassez de recursos.

⁹⁸ VANGUARDA. 11 de novembro de 1956. Pg. 1

⁹⁹ <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas> (consultado no dia 07/01/2014)

Apesar da difícil situação econômica que atravessa o país, acarretando tropeços e empecilhos aos homens que tem sobre os ombros a responsabilidade da administração da coisa pública, mesmo assim tem o prefeito Sizenando Guilherme de Azevedo procurado, dentro dos poucos recursos do município que governa, sem auxílio financeiro e a devida assistência dos Governos da União e do Estado, realizar o que pode com as próprias rendas municipais.¹⁰⁰

A matéria destacou a construção de praças, do Ginásio Municipal, pavimentação de ruas e avenidas, abertura de novas artérias na cidade, implantação de esgoto. Por fim, menciona algumas realizações no âmbito social, com destaque para a lei de abono familiar, e o reconhecimento da Casa do Estudante Pobre de Caruaru e o teatro de amadores como de utilidade pública. Foram poucas as obras desta natureza em comparação às destinadas à infraestrutura.

O Vanguarda em boa parte das publicações voltadas para o prefeito e suas realizações, tentou construir um político voltado para o progresso e desenvolvimento – seguindo os passos do que era construído acerca de JK no âmbito nacional. Ao mesmo tempo, talvez numa tentativa de abrilhantar ainda mais as suas obras, o periódico sempre acrescentava uma peleja por recursos, destacava de maneira demasiada obstáculos enfrentados pelo mandatário, sendo todos eles transpassados sem desfalecimento. O Sizenando Guilherme que habitava as páginas do Vanguarda era sobretudo um progressista e ao mesmo tempo um batalhador, aquele que lutava pelo desenvolvimento do município sem desanimar diante das adversidades. O prefeito que estampava o Vanguarda, assim como o presidente JK, era pintado como um homem de obras.

2.2 Cidade centenária, cidade desenvolvida

Os embates discursivos não giraram apenas em torno da festa ou da elaboração do prefeito do centenário. A vontade de alguns em vivenciar o sonho de progresso para a cidade, acabou gerando críticas por parte de alguns articulistas, à preocupação excessiva com cerimoniais, festas e recepções. Demostenes Veras, juiz de direito da cidade, escreveu no jornal A Defesa uma análise negativa em torno do que ele considerava exageros em relação às festas, ao passo que era pouca a preocupação em

¹⁰⁰ VANGUARDA. 18 de maio de 1957. Pg. 8

torno de mudanças estruturais definitivas para a cidade. Com um artigo com o título “Centenário e coisas sérias” ele disse:

Parece-me, no entanto, que se está procurando dar demasiada atenção a futilidades, assuntos de pouca monta, a exterioridades evitáveis, a festas meramente suntuárias. (...) estamos pessimamente servidos de água, falta-nos hospital bem aparelhado e o serviço de luz, com rede inadequada, deixa muito ainda a desejar. Em Caruaru não há corpo de bombeiro.¹⁰¹

Apesar das críticas, Demóstenes foi cauteloso em não atingir a participação da igreja e do governo municipal. O jurista em nenhum momento citou ou atribuiu os exageros da festa a igreja, e mesmo mencionando vários problemas de infraestrutura, elogiou ao final do texto o prefeito, destacando a sua “ação de trabalho e o seu desejo de acertar”; mencionou também a “simpatia política” do deputado José de Pontes, além de exaltar outros políticos.

Poupar a igreja de críticas não é algo surpreendente, tendo em vista que o texto foi veiculado em um periódico de orientação católica. Já os elogios ao poder municipal podem ter relação com a ligação que o jornal A Defesa tinha com a prefeitura de Caruaru. De acordo com a lei N° 590 de 25 de fevereiro de 1957, o periódico passou a receber mensalmente da prefeitura a quantia de 2.000,00 cruzeiros, em troca da publicação semanal dos atos oficiais do poder executivo e as resoluções da Câmara Municipal¹⁰². Ou seja, o segundo jornal em tiragem da cidade também estava comprometido com o grupo político que estava no poder. Mesmo esta lei tendo sido aprovada um mês após o texto de Veras, é possível imaginar que já existia uma aproximação anterior entre a prefeitura e o periódico.

O texto de Demóstenes Veras é um exemplo de como o assunto “progresso” ou “desenvolvimento” era abordado de maneira dupla nas publicações da cidade: ou redigiam argumentos exaltando Caruaru como uma cidade portadora de tudo aquilo que era considerado progresso, ou se reivindicava melhorias para a cidade justamente em nome da busca ou manutenção deste progresso.

2.2.1 Cidade centenária e o cinema

¹⁰¹ A DEFESA. 26 de janeiro de 1957. P. 3.

¹⁰² CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Projeto de Lei n° 590 de 25 de fevereiro de 1957

Como já mencionei anteriormente, o nacional-desenvolvimentismo se mostrava concreto para a população em geral a partir de conquistas materiais. Era comum que estas conquistas fossem exaltadas como a prova de que Caruaru era uma cidade em franco progresso. Nesta perspectiva, o cinema foi utilizado como um álibi do desenvolvimento por parte da crônica local. A programação semanal das salas de exibição era publicado no Vanguarda e n'A Defesa constantemente. No primeiro, eram publicados também textos falando sobre lançamento de filmes, resenhas e a vida de artistas da sétima arte. Mas registrou-se um entusiasmo diferenciado na imprensa local com o anúncio de que a cidade, meses antes do seu centenário, iria receber aparelhos cinemascopes nas suas duas maiores salas, o Cine Santa Rosa e o Cine Caruaru – com 1506 e 1400 cadeiras respectivamente¹⁰³.

O cinemascopes foi uma nova tecnologia de filmagem e projeção desenvolvida pelo estúdio estadunidense Twenty Century Fox em 1953. Este novo produto era capaz de filmar e projetar uma imagem no formato 2.66:1, quase o dobro da largura do universal modelo 1.37:1. Esta foi a gênese do hoje tão popular *widescreen*, onde a imagem é projetada num formato mais próximo da visão humana, com a largura sendo superior à altura¹⁰⁴.

Apenas pouco mais de três anos após a criação do cinemascopes, Caruaru pôde contar com esta inovação tecnológica. E, numa associação desta novidade com o progresso local, Jurandyr de Oliveira Nunes publicou na coluna Comentário do Dia:

Será um passo agigantado que os proprietários dos Cine Teatros Caruaru e Santa Rosa irão tornar realidade, em prol de um mais acentuado e positivo desenvolvimento do nível artístico em favor dos habitantes da Capital do Agreste e que, preponderantemente, virá oferecer um índice de progresso material para o município mais importante do interior pernambucano¹⁰⁵.

Nunes pareceu redundante ao tentar destacar importância do cinemascopes para cidade, mencionando em poucas linhas o desenvolvimento e o progresso material que esta conquista traria. Além disso, ele aproveitou o ensejo para reforçar ainda mais o discurso que estava cada vez mais forte no centenário; de que Caruaru era uma cidade

¹⁰³ Em 1957 existiam outros espaços de exibição. O Cine-Rádio, com 500 cadeiras; e o Cinema São José, com 300 cadeiras. Ver: LIMA, Rosalindo da Costa & CAMPELO, Zacarias, Op. Cit. p. 178

¹⁰⁴<http://web.archive.org/web/20061030083644/http://www.highfidelityreview.com/features/surround2003/holman.asp> (consultado no dia 13/01/2014 às 11:48hs)

¹⁰⁵ VANGUARDA, 3 de junho de 1956, pg. 3

de grande importância no estado, cidade que se mostra à frente dos outros municípios do interior. O cronista, neste pequeno parágrafo, se fez valer de dois discursos ligados à ideia de progresso: de que este se mostra a partir destas novidades materiais, e que ele é possível justamente pela importância e desenvolvimento já alcançados pela cidade naquele momento.

A chegada do cinemascópio foi comemorada, mas não ficou imune às polêmicas. No Vanguarda do dia 19 de agosto de 1956 os proprietários do Cine Santa Rosa e Cine Caruaru, Miguel Bezerra Chaves e Santino Cursino, respectivamente, publicaram de forma conjunta uma carta aberta rebatendo supostas denúncias do vereador Severino Rodrigues, que teria afirmado na Câmara que o aparelho cinemascópio dos seus estabelecimentos não eram legítimos. Os proprietários então, fazem um convite ao edil para que este contrate um técnico de sua confiança e faça uma vistoria na aparelhagem para que não restasse nenhuma dúvida

Outrossim, aproveitam o ensejo para convidar o vereador Severino Rodrigues, acompanhado de técnico competente e de sua confiança, para proceder a uma inspeção em suas casas de diversões, ficando desde já, aquele representante do povo na obrigação moral de ler o parecer do técnico por ele indicado, no Plenário da Meretíssima (sic) Câmara de Vereadores de nossa cidade.¹⁰⁶

O convite em tom de desafio obteve a resposta do parlamentar. Na semana seguinte Severino Rodrigues também publicou uma carta aberta onde esclarecia que não duvidava da autenticidade do cinemascópio, mas sim da qualidade e, por isso, enviou um requerimento aos órgãos responsáveis para que fosse feita uma vistoria. O vereador ainda completou que sua luta maior foi contra o preço dos ingressos que, segundo ele, eram abusivos

Combati o preço, é verdade, e pedi a COAP para reconsiderá-lo, pois acho uma extorsão contra o povo o que vem sendo cobrado por vv. Ss. E todas as vezes em que o povo estiver sendo explorado, encontrará em mim um defensor, não culto, mas ativo e independente¹⁰⁷.

¹⁰⁶ VANGUARDA, 19 de agosto de 1956, pg. 8.

¹⁰⁷ VANGUARDA, 26 de agosto de 1956, pg. 8.

A cobrança pública do vereador em relação ao preço dos ingressos, inclusive recorrendo ao Conselho de Administração Pública (COAP) de Caruaru possui uma explicação. Tanto o Cine Santa Rosa, quanto o Cine Caruaru receberam incentivos públicos municipais para a aquisição do cinemascope. De acordo com a Lei Nº 516 do dia 30 de maio de 1956, os cinemas da cidade que tivessem o cinemascope estariam isentos de 50% dos impostos cobrados sobre diversões públicas durante 8 anos. Os estabelecimentos teriam um prazo de 8 meses para a instalação da aparelhagem a partir da data de sanção da Lei¹⁰⁸.

Ou seja, por possuir incentivos públicos, os donos dos cinemas estavam sendo cobrados pelo vereador por causa do preço considerado abusivo para a população mais humilde da cidade. Ir ao cinema na década de 1950 era uma prática relativamente popular, mas o que acabou acontecendo com a modernização da aparelhagem foi uma certa segregação, já que os preços dos filmes exibidos no formato do cinemascope eram cobrado com um valor mais elevado em relação às outras projeções tradicionais.

Na sua coluna semanal do Vanguarda destinada ao cinema, o crítico da sétima arte Ivan (que não assinava o sobrenome) escreveu que o problema maior das projeções iniciais do cinemascope foram as falhas na distribuição do som, algo que ambos os cinemas já estavam solucionando, modificando as caixas sonoras de lugar e até mesmo trocando algumas por outras mais novas. Os primeiros filmes escolhidos para serem exibidos neste formato foram O Príncipe Valente (1954, dirigido por Henry Hathaway) e O Cálice Sagrado (1954, dirigido por Victor Saville)¹⁰⁹.

¹⁰⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Projeto de Lei nº 516 de 30 de maio de 1956

¹⁰⁹ VANGUARDA. 12 de agosto de 1956, pg. 3



Imagem 6: Cine Santa Rosa na década de 1940 (os filmes em cartaz são de 1945, mas o cinema foi inaugurado em 1946). Se localizava em frente a Praça Pedro de Souza. Foi demolido na década de 80. (<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=748192>)

Muito antes dos anos 1950 o cinema, e as inovações propiciadas com o seu advento, foram considerados padrões de avanço material, além de ajudar a imprimir novos ritmos e ritos comportamentais. No final do século XIX e início do XX o cinema fez parte do rol de transformações tecnológicas que influenciaram novos hábitos tidos como modernos. Essas novidades chegaram ao Rio de Janeiro, cidade que ditava as novas modas e comportamentos para o resto do país, e se tornaram populares já no início dos anos 1900¹¹⁰. Em Caruaru do início do século XX eram comuns, segundo o historiador Nelson Barbalho, projeções itinerantes que percorriam várias cidades do interior de Pernambuco. Ainda de acordo com o historiador caruaruense, o primeiro cinema fixo da cidade, o Cinema Palace, foi inaugurado em 1910 e tinha como proprietário o Coronel João Guilherme, homem de grandes posses e principal força política naquela época¹¹¹.

¹¹⁰ Para aprofundar mais no tema, ver: SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio, In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil Vol. 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹¹¹ BARBALHO, Nelson. **Caruaru do Cel. João Guilherme: visão histórica e social 1909 a 1912**. Recife: CEPE, 1981.



Imagem 7: Cine Caruaru (sem data). Inaugurado em 1939, na década de 1970 o espaço foi demolido para dar lugar uma agência do Banco do Brasil (<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=748192>)

Como vimos, Caruaru já se relacionava com o cinema há mais de 40 anos, mesmo assim, a chegada do cinemascope foi recepcionada com entusiasmo por parte de uma parcela social, por gerar uma novidade tecnológica que a cidade iria desfrutar em confluência com os grandes centros urbanos do país. O cinemascope foi apenas mais um elemento que deu corpo ao discurso de cidade do progresso. Outros artefatos também foram explorados, próximo à data do centenário, como sendo fatores do desenvolvimento caruaruense.

2.2.2 Cidade centenária, cidade do comércio.

Outro aspecto bastante explorado, além do cinema, nas publicações locais era o progresso materializado através da indústria, do comércio, do sistema bancário local, entre outras representações. Um exemplo muito pertinente acerca da forma como a elite letrada da cidade pensava o progresso e seus signos, está registrado no texto de Hermógenes Viana publicado no Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário. Com o título “Caruaru, um século de progresso”, Viana elencou o que considerava marcos do desenvolvimento da cidade

Em tantos anos decorridos, me foi dado observar que, todos os seus prefeitos procuraram, dentro das medidas dos seus orçamentos, fazer sempre progredir a encantadora cidade. De fato, Caruaru é hoje, uma cidade de boas ruas, belas avenidas, comércio bastante desenvolvido, indústria progressiva, dois bons cinemas, a sua importante “Estação de Rádio”, diversas filiais de bancos, a sua bela “Catedral”, enfim, todos os requisitos para acentuar, cada vez mais o seu progresso, conforme verifiquei no começo deste ano¹¹².

Mesmo tecendo elogios às gestões municipais, boa parte do que foi citado por Viana faz parte da esfera privada, comércio, indústria, bancos, cinema, rádio. Os únicos aspectos citados que podem ser ligados diretamente à prefeitura são as vagas atribuições de “beleza” às vias da cidade. Aliás, as iniciativas particulares foram fundamentais na construção da ideia de cidade centenária e desenvolvida. O Comércio era exaltado em diversas publicações. Ainda no “Documentário Ilustrado” foi publicado um levantamento dos estabelecimentos comerciais da cidade, sendo 34 atacadistas e 300 varejistas. Os principais artigos importados pelo comércio local, de acordo com a publicação, eram tecidos, produtos farmacêuticos, açúcar, farinha de trigo, calçados, utensílios domésticos, ferragens, miudezas e artigos de joalheria. Consta, ao longo o documento, vários pequenos textos dedicados a diversos estabelecimentos comerciais e industriais, dos quais são considerados agentes contribuintes para o progresso local. Todos eles patrocinaram financeiramente a publicação desta revista, diga-se de passagem.

O Jornal Vanguarda também se dedicou a elevar o comércio e a indústria da cidade, seja através de simples propagandas, ou de página inteira de reportagem sobre determinados estabelecimentos. O modelo mais preponderante foi o destaque dado à chegada de uma filial da CODIF, uma empresa que comercializava ferragens com matriz localizada na capital pernambucana. O periódico dedicou uma página completa apenas para falar do novo empreendimento que estava chegando. Foram utilizadas partes de uma reportagem publicada no Jornal Do Commercio de Recife, além da opinião de jornalistas locais.

Em entrevista, o engenheiro Isnar de Castro e Silva, diretor da empresa, reproduziu o discurso de “cidade progressista” que Caruaru vivenciava de maneira ainda mais forte conforme o centenário se avizinhava. Ele declarou que os negócios

¹¹² **Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário da Cidade de Caruaru.** Caruaru, Maio de 1957.

estavam ótimos na filial do Agreste, com apenas 4 dias após a inauguração, e que “com efeito, os resultados do início de nossas atividades naquele progressista município já nos dão certeza de que realmente soubemos atender a uma grande aspiração do comércio de ferragens da Capital do Agreste”¹¹³.

Mais uma vez os termos “cidade progressista” e “Capital do Agreste” estavam presentes em um texto que associava Caruaru e progresso, como se esta cidade possuísse subsídios que ajudavam a gerar ainda mais desenvolvimento, como se o progresso só se ampliasse por conta que a cidade já estava “progredindo”, estava marchando no ritmo do desenvolvimentismo.

Ainda compondo a mesma página “especial” dedicada à CODIF, um cronista local escreveu um texto com o sugestivo título “afirmação de progresso”. O jornalista (que não assina a matéria) iniciou o escrito descrevendo como ele imaginava que a população da cidade iria reagir a inauguração da loja:

A inauguração de uma casa comercial, nesta cidade, já não constitui uma novidade daquelas que chama a atenção do público de nossa terra, capaz de ele comentar em todas as esquinas. Isto por um fato simples e curioso. É que são tantas as casas comerciais inauguradas, aqui, todos os meses, que este mesmo público foi ficando sem muito assunto para comentar com insistência o ocorrido¹¹⁴.

Este parágrafo nos trás um interessante questionamento. Se a cidade estava de fato imersa no que era considerado progresso e desenvolvimento, por que tanta preocupação em legitimar esta posição? Se as conquistas materiais advindas deste progresso eram tão comuns em Caruaru, não é estranho, mesmo com as possíveis questões comerciais imbricadas, dedicar uma página inteira de um jornal para falar sobre a inauguração de uma loja?

O jornalista tentou reproduzir um comportamento que era considerado uma atitude moderna desde o final do século XIX: não se entusiasmar de maneira demasiada diante de novidades. Ou como nos disse Georg Simmel, a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. O sociólogo Alemão atribuiu a este comportamento o conceito de atitude *Blasé*, onde as pessoas que moram em grandes metrópoles são bombardeadas diariamente com uma grande variedade de estímulos contrastantes e novidades materiais e comportamentais a ponto de não mais reagirem

¹¹³ VANGUARDA. 20 de maio de 1957. s/p

¹¹⁴ VANGUARDA. 20 de maio de 1957. s/p

com surpresa ou encantamento exagerado diante de mudanças ou outras inovações. Este tipo de conduta é típica, de acordo com Simmel, apenas dos habitantes das grandes cidades. Cidades pequenas, vilas ou comunidades rurais não são dotadas da atitude *blasé*, pelo ritmo de vida mais estático que constitui estes locais¹¹⁵.

Numa tentativa de provar o quanto Caruaru era progressista, o cronista quis transmitir no seu texto que a população local já se comportava com a frieza digna de uma grande metrópole, não reagindo às novidades comerciais com entusiasmo. A grande contradição é que o próprio Vanguarda se preocupava em dar visibilidade ao sonhado desenvolvimento comercial, assim como outras publicações. No livro “Fatos históricos e pitorescos de Caruaru”, o comércio é apontado como fator vital do estimado progresso no qual cronistas e homens de letras lutavam tanto para afirmar a sua existência. Após uma introdução destacando a importância do comércio para qualquer município, tecendo inclusive, uma curiosa metáfora onde a cidade seria um corpo e o comércio o seu intestino, os autores apontaram que

O comércio de Caruaru é o índice mais completo de seu progresso econômico. Relativamente, nada deixa a desejar. (...) Uma simples olhadela, sem minucioso exame, deixa, para logo, plenamente convencido o observador de que pouquíssimas praças nordestinas, incluindo-se até capitais, tem um movimento idêntico ao de Caruaru em matéria de comércio. O abastecimento de toda sorte de produtos aqui é algo estupefaciente! Não temos de tudo um pouco, nem um pouco de tudo, porém temos tudo de quase tudo que se possa mesmo expor ao mercado!¹¹⁶

Esta passagem não poderia ser mais explícita quando se trata em associar o progresso com alguns símbolos que a cidade estaria desfrutando de modo quase que exibicionista. Os escritores relataram de maneira bastante direta a respeito da relação entre comércio e progresso ao apontar que o primeiro é um índice do segundo.

Outro ponto interessante deste excerto é a importância dada pelos autores à variedade de produtos encontrados no comércio da cidade. Em termos de sortimento e possibilidades de compras interligadas a Caruaru, é quase impossível nos dias de hoje, não trazer à mente a música Feira de Caruaru, composição de Onildo Almeida que ganhou fama por todo o país na voz de Luiz Gonzaga. A canção foi gravada por

¹¹⁵ SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental, In: VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

¹¹⁶ LIMA, Rosalindo da Costa & CAMPELO, Zacarias, p. 242 Op. Cit.

Gonzagão justamente no ano do centenário, e rendeu-lhe um disco de ouro. Agregado a este sucesso nascido em 1957, a feira de Caruaru ganhou reconhecimento nacional e passou a figurar como o principal ponto turístico da cidade até hoje¹¹⁷. Os versos elencam uma enorme quantidade de produtos, a maioria de uso popular, que eram possíveis ser encontrados na feira. Segundo o refrão,

A feira de Caruaru
Faz gosto a gente ver
De tudo que há no mundo
Nela tem prá vender
Na feira de Caruaru

Apesar do sucesso nacional da feira de Caruaru atingido através da música, ela foi pouco citada nas publicações especiais destinadas às comemorações do centenário. Nos cadernos especiais publicados no Vanguarda e na Defesa, a feira só foi mencionada em pequenos textos que falam de Caruaru do passado, nada consta sobre o espaço quando tratam da década de 1950. No Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário, a feira foi citada de maneira indireta num pequeno texto que fala sobre músicas que falam de Caruaru e que obtiveram sucesso nacional. O mesmo ocorreu no livro Fatos históricos e pitorescos de Caruaru, onde a feira aparece rapidamente em dois momentos: ao contar sobre o passado da cidade, e novamente através da canção de Onildo Almeida. Sabemos que estas publicações foram patrocinadas pelo comércio local e evidentemente por possuir estes vínculos financeiros, seria normal o grande destaque dado às lojas e o esquecimento em relação à feira.

A feira aparece na historiografia local como uma prática mais antiga do Caruaru. Nelson Barbalho inclusive sugere que a feira foi um fator importante no surgimento da cidade¹¹⁸. Mesmo assim, a feira quando era citada, era sempre uma referência do início de Caruaru, sem ser observada como o fator de progresso nos anos 1950. O próprio Barbalho destacou a força do comércio de lojas de tal forma, que a feira parece apenas um apêndice na principal rua da cidade.

Na página, o que pretendo acentuar, antes de tudo, é que o desenvolvimento espetacular da cidade em relação às demais

¹¹⁷ No dia 6 de dezembro de 2006, a feira de Caruaru recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, concedido pelo Ministério da Cultura, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

¹¹⁸ BARBALHO, Nelson. **Caruaru de vila a cidade**. Recife: CEPE, 1980. Op. Cit.

comunidades interioranas de Pernambuco, o rápido progresso da Capital do Agreste deve-se ou tem origem, em grande parte, em seu comércio forte da Rua da Frente, que era também a Rua da Feira¹¹⁹

Mesmo a feira tendo ganhado projeção nacional através da música cantada por Luiz Gonzaga, ela não foi associada ao progresso local no ano do centenário. Mesmo o comércio de lojas tendo sido parido da feira, parte dos donos destes estabelecimentos consideravam a feira uma forma rústica de venda de produtos e que chegava a deixar mais feia a face da cidade. Na revista Caruaru 150 anos, uma edição comemorativa do sesquicentenário da cidade, o jornalista Carlos Garcia fez um breve balanço da relação entre a feira o comércio na história de Caruaru

Uma história de dependência e repulsa marca a história dos dois setores econômicos mais tradicionais de Caruaru – a feira e o comércio, em ordem de origem. Vem do século XIX, quando bodegueiros começaram a se instalar ao redor dos feirantes que haviam substituído a Fazenda Caruru. (...) A cidade evoluiu e surgiu o comércio lojista, que passou a considerar a feira como um “enfeimento” do Centro. A queda de braço lojista x feirante se arrastou até que no final da década de 1960 a feira foi deslocada do centro comercial. Muda a administração da cidade e a feira volta ao seu local de origem. No final do século XX ela é definitivamente transferida para um local fora da área lojista¹²⁰.

O resultado desta rusga entre a feira e o comércio lojista, seu filho ingrato, foi o esquecimento produzido em torno da primeira nos livros e periódicos da época do centenário. Enquanto as lojas eram o sinônimo do progresso, a feira se tornou mero tema de música ou apenas elemento dos primórdios da cidade.

Além das publicações destinadas às celebrações dos cem anos da cidade, os poderes públicos também voltaram olhares mais zelosos para o comércio organizado em lojas. Inclusive em 1956 foi aprovado na Câmara Municipal o projeto de lei idealizado pelo vereador Hildebrando Marques que visava incentivar a reforma dos prédios comerciais das três principais artérias do Centro; Sete de Setembro, 15 de Novembro e Praça Coronel João Guilherme. As casas comerciais que se beneficiassem da seguinte

¹¹⁹ BARBALHO, Nelson. **Meu povinho de Caruaru**. Recife: CEPE, 1980. Op. Cit.

¹²⁰ Caruaru 150 anos. Caruaru: COMUNIGRAF, 2006.

lei, teriam a rígida obrigação de manter o seguinte padrão em suas fachadas: portas de ferro, marquise, vitrinas de exposição e letreiro de gás neon¹²¹.

Na justificativa da lei, o parlamentar referenciou uma lei anterior de nº 87 de 26 de julho de 1947 que só permitia a reforma das lojas localizadas nestas ruas com a condição de que os donos teriam que erguer pavimentos superiores, no mínimo, um andar¹²². Segundo ele, esta lei não atingiu o objetivo esperado, pois no decorrer de quase 10 anos, apenas 9 prédios teriam sofrido modificações, sendo que, de acordo com o documento, existiam 38 imóveis carecendo passar por reformas em 1956. O escasso número de reformas foi associado à dispendiosa obrigatoriedade dos comerciantes em construir pavimentos superiores, além disso, eles teriam que ficar de portas fechadas durante meses até que um novo prédio fosse construído. A Lei nº 87 foi uma clara tentativa de se criar um padrão urbanístico na década de 1940, neste caso, suprir um crescimento vertical que o Centro da cidade não vivenciava de maneira quase uniforme como as grandes cidades da época.



Imagem 8: A Avenida 15 de novembro em um dia de feira no ano de 1955. É perceptível que boa parte das casas comerciais que aparecem na fotografia já possuía pavimentos superiores. Numa mesma artéria estava a feira, comércio considerado arcaico, e os lojistas, instrumento na busca por progresso (Tibor Jablonsky, biblioteca.ibge.gov.br)

¹²¹ VANGUARDA. 27 de maio de 1956, pg. 6

¹²² CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Projeto de Lei Nº 87 de 26 de julho de 1947

A Lei do vereador Hildebrando Marques também procurava estabelecer um padrão para a cidade, incentivando a modernização das lojas, mas agora sem a onerosa obrigação de se construir novos andares, já que estas reformas teriam que ser mais ágeis, pois faltava apenas um ano para as comemorações do centenário, aliás, a lei foi aprovada justamente um dia antes do aniversário de 99 anos de Caruaru. O final do texto/justificativa conecta ainda mais a preocupação em mudar a face do comércio central com as celebrações do ano que estava por vir

Considerando que a cidade de Caruaru se aproxima dia a dia do seu centenário e que os efeitos da presente Lei transformarão inteiramente o comércio local, o qual deve ser sempre a sala de visita de um povo progressista como o é o de Caruaru, possibilitando as casas de comércio a exporem melhor os seus artigos e a própria municipalidade a promover com todo entusiasmo, concurso de vitrinas não só relativas ao centenário como as grandes datas da nacionalidade¹²³

Assim, o centenário gerou influência direta no comércio local, pelo menos no desejo de uma organização deste. A cidade centenária/progressista teria que abraçar no seu comércio símbolos modernos como as portas de ferro ou os letreiros de gás neon, numa clara preocupação em propiciar uma visão exultante, limpa e organizada aos tão aguardados visitantes que Caruaru ansiava receber no ano que estava por vir.

2.2.3 Cidade centenária, cidade iluminada

Também de olho nos visitantes que iriam prestigiar as festas do centenário, houve um investimento de setores públicos e privados no melhoramento de partes da iluminação de algumas vias centrais, e nos sinais luminosos de trânsito. Estes últimos foram providenciados ainda em 1956, através de uma iniciativa do Lions Club, que havia se instalado há poucos meses na cidade, mais precisamente no dia 18 de novembro de 1955. A prefeitura se prontificou como parceira, fornecendo funcionários responsáveis pela manutenção e conservação dos referidos sinais.

Caruaru já contava com dois sinais de trânsito instalados na gestão anterior, quando o prefeito era Abel Meneses, nos cruzamentos da Rua do Expedicionário com a Vigário Freire, e na Nossa Senhora da Conceição com os Guararapes. Mas ambos estavam inativos em 1956. Além de restaurar os dois sinais já existentes, o Lions Club

¹²³ VANGUARDA. 27 de maio de 1956, Op. Cit. pg. 6

propôs instalar um terceiro no cruzamento da Rua Capitão João Velho com a Vigário Freire, lugar que foi palco de um acidente envolvendo automóveis que resultou em uma vítima fatal, uma condutora do ônibus do SESI,¹²⁴ no domingo anterior ao anúncio da restauração dos sinais, publicado no Vanguarda no dia 19 de agosto de 1956¹²⁵. Talvez este acidente tenha motivado o Lions Clube a realizar esta ação que foi uma das primeiras encabeçadas pela entidade em Caruaru.

A inauguração ocorreu na noite do dia 7 de setembro de 1956, numa solenidade repleta de autoridades, empresário, e sócios do clube. Além do jantar e de vários discursos proferidos por parte de alguns convidados, ocorreu no evento uma conferência sobre a independência do Brasil, aproveitando o ensejo da data¹²⁶.

A iluminação pública também passou por uma renovação, não tão antecipada em relação ao centenário quando a reforma dos sinais luminosos de trânsito, mas era também considerado como um implemento de suma importância que a cidade carecia. As principais vias da cidade possuíam uma escassa luz elétrica, e era comum que os postes da época ficassem sem funcionar, instaurando o breu profundo nas artérias centrais de Caruaru. Diante das festas que se aproximavam, a Prefeitura tomou a frente de uma reforma na iluminação das avenidas Rio Branco, Manoel de Freitas e Agamenon Magalhães. Contrataram a firma A.E.G. do Recife para trabalhar dia e noite nos últimos dias de abril para que na segunda semana de maio tudo estivesse pronto. O Jornal A Defesa não poupou elogios ao prefeito Sizenando Guilherme por esta iniciativa

Deve-se este grande melhoramento a ser inaugurado para as festas centenárias ao Prefeito Sizenando Guilherme, que não medindo sacrifícios se lançou a esta reforma para dar melhor aspecto à cidade durante os festejos de Maio e impressionar melhor os visitantes, com iluminação pública definitiva nas 3 principais artérias¹²⁷.

O trabalho árduo exercido pelos funcionários da A.E.G. diante do pouco tempo que restava para as comemorações acabou garantindo um centenário iluminado para Caruaru. O mesmo jornal A Defesa, que foi tão elogioso em relação ao mandatário local, tinha anunciado ainda no início de 1957 que a prefeitura já estava em negociação

¹²⁴ Nem o Vanguarda e nem A Defesa publicaram maiores detalhes sobre o acidente. Mas sobre o fluxo de veículos, foi publicada uma estimativa referente a 1956 em Caruaru: eram estimados por volta de 1500 veículos fluindo diariamente na cidade. **Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário**. Op. Cit.

¹²⁵ VANGUARDA. 19 de agosto de 1956, pg. 1

¹²⁶ VANGUARDA. 9 de setembro de 1956, pg. 1

¹²⁷ A DEFESA. 27 de abril de 1957, pg. 1

com uma companhia elétrica no intuito de resolver o problema de iluminação pública¹²⁸. No fim, ficou tudo para a última hora, mas graças aos anônimos “heróis da luz”, que trabalharam horas a fio, o Centenário aconteceu “às claras”.

Mesmo assim, Caruaru ainda não vivenciava com plenitude o usufruto da energia elétrica. A cidade até o início da década de 1950 utilizava energia à base de gerador, que funcionava até às 20h ou 22h – o horário variou no decorrer dos anos. Caruaru só obteve eletricidade de maneira ininterrupta a partir de meados de 1955, quando finalmente passou a ser abastecida pela hidroelétrica de Paulo Afonso, Bahia. Mesmo assim, as diferenças de força da rede antiga e da nova gerava transtornos para a cidade. A antiga rede de baixa demorou muito a ser substituída, gerando vários curtos circuitos, inclusive no ano do centenário. Foi também esta transição a desculpa pelo qual os antigos sinais luminosos pararam de funcionar. Caruaru finalmente estava recebendo a sonhada energia de Paulo Afonso, mas mesmo anos depois, nas vésperas do centenário, ainda não possuía uma estrutura totalmente compatível com tal serviço, principalmente nos bairros mais periféricos, que dificilmente estariam incluídos nos planos festivos e de visitas de turistas. Mas o Centenário estava salvo com sinais luminosos e a luz do Centro, pois esta era a Caruaru que se mostrava aos de fora: o palco já estava iluminado.

2.3 Bar, hotel e bairro: três formas de monumentalizar o centenário e o progresso de Caruaru

O centenário não poderia existir apenas em 1957. Com toda a sacralização imbricada na comemoração¹²⁹ aquela data se tornou, antes mesmo de existir, importante demais para se perder no tempo. Além da polêmica estátua do suposto fundador de Caruaru, bancada pelo poder público e pela Igreja Católica, outras formas de perpetuar o dia 18 de maio para as gerações futuras.

A Prefeitura Municipal tratou de providenciar duas leis específicas que giravam em torno da data, uma complementando a outra. A primeira, de caráter mais emergencial, foi sancionada em 11 de maio de 1957, e, uma semana antes da festa, decretava que o 18 de maio daquele ano seria considerado feriado municipal¹³⁰. Mas a

¹²⁸ A DEFESA. 19 de janeiro de 1957, pg. 1

¹²⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. 2013 Op. Cit.

¹³⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Lei N° 608 de 11 de maio de 1957

data logo iria passar, tornando efêmero aquele feriado válido apenas em 1957. Pensando nisso, no mês seguinte ao do centenário, foi aprovada outra lei que considerava o dia 18 de maio como o “Dia da Cidade”, uma data que deveria ser celebrada, de acordo com a descrição da lei, com “o maior brilhantismo possível”¹³¹. Desta forma, até os dias de hoje, os caruaruenses possuem o “seu dia” para celebrar a cidade, um feriado que dá destaque à fundação do seu torrão natal.

Mas foi desejado mais. Era necessário imortalizar os cem anos de Caruaru de maneira ainda mais destacada, de forma monumental. Jacques Le Goff define que

O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos¹³²

Na esteira do historiador francês, podemos descrever como “*monumentalização*” as tentativas de criar um legado memorial sobre fatos e personagens, não permitindo que estes caiam no ostracismo para as gerações posteriores, criando mecanismos que permitam que sempre existam olhares voltados para estes “nomes” do passado. Conectando esta definição com o nosso objeto, o acontecimento que sofreu tentativas de monumentalização foi os cem anos de emancipação política de caruaru.

Várias outras tentativas de eternizar o Centenário ocorreram para além da estátua de José Rodrigues de Jesus – como mencionei anteriormente – e da institucionalização de feriado municipal. Mas aqui pretendo dar visibilidade a três monumentos específicos, dois de iniciativa privada (o Bar e o Hotel Centenário) e uma ação desenvolvida pela Prefeitura (a “transformação” do Bairro do Lixo em Bairro do Centenário).

Os três empreendimentos possuíam uma dupla conexão; ao mesmo tempo em que pretendiam cristalizar o centenário de Caruaru na memória coletiva de sua população, também queria fortalecer o discurso progressista da cidade. Uma cidade desenvolvida, como já era a Caruaru na visão dos cronistas, deveria possuir um lugar de lazer com padrões semelhantes aos dos grandes centros, como o Bar Centenário; um hotel que pudesse recepcionar com o maior conforto os seus visitantes, como o Hotel

¹³¹ CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Lei Nº 615 de 13 de junho de 1957

¹³² LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas-SP: INICAMP, 2003. P. 526.

Centenário; e por fim, uma cidade que se colocava na trilha do progresso que o país sonhava estar vivenciando não poderia ter um bairro com a negativa denominação de “Bairro do Lixo”.

2.3.1 O Bar Centenário

Balcão no “estilo americano”, amplo salão, boa iluminação, e uma diversidade de produtos oferecidos. O novo Bar Centenário, inaugurado no dia 18 de julho de 1956, contava com um padrão de excelência muito exaltado por parte da crônica caruaruense.

O estabelecimento foi fruto do empreendimento de Adolfo Tomás da Silva, natural de Caruaru, mas que morou e trabalhou durante muitos anos em São Paulo, como tantos outros nordestinos na década de 1950. Naquela metrópole ele conseguiu fazer uma pequena fortuna e retornou para sua cidade natal, onde acabou investindo uma boa parte no Bar, localizado no coração da cidade na Praça Dep. Henrique Pinto.

O Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário dedicou duas páginas saudando o estabelecimento e o seu proprietário. Através de fotografias e de um texto foram expostos os motivos que tornavam o Bar Centenário um ambiente diferenciado dos demais existentes em Caruaru

Há bem razão para se propalar que a cidade de Caruaru está dotada de um modelar e aristocrático Bar, podendo, sem receio, se dizer que o aparelhamento com que se projeto esse estabelecimento, com suas instalações mais modernas, só existe em cidades de primeira grandeza, daí o interesse que levamos em registrar, nesta página, como documentário histórico, o que realmente é o “Bar Centenário”¹³³

As instalações consideradas modernas eram elementos que apontavam que a cidade se aproximava dos grandes centros urbanos na época como o escritor deixa evidente. Era importante também naquele momento que Caruaru dispusesse de um espaço de lazer a altura da importância em que a elite letrada acreditava que a cidade possuía. O texto ao final reitera a expectativa criada em torno do bar, visto como “um passo de grande progresso para a cidade de Caruaru”¹³⁴.

O Jornal Vanguarda, antes mesmo do Documentário Ilustrado, já havia publicado uma matéria, escrita por Antônio Vilaça, destacando o novo empreendimento que a cidade agora teria à disposição. O jornalista percorreu brevemente a vida do

¹³³ Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário. s/pg Op. Cit.

¹³⁴ Documentário Ilustrado do Primeiro Centenário. s/pg Op. Cit.

proprietário, dando destaque ao momento em que fez fortuna em São Paulo e o seu retorno para Caruaru, onde, segundo Vilaça, num gesto de patriotismo, investiu seu dinheiro.

Após discorrer sobre a vida empreendedora de Adolfo Silva, o cronista voltou olhares para o estabelecimento, onde também fez questão de destaca-lo como uma homenagem ao Centenário que estava por vir, e também como um elemento que engrandeceria o progresso da cidade.

E metendo o dinheiro no bolso, voltou para Caruaru e ali instalou um bar a que deu o nome BAR DO CENTENÁRIO, comemorando por antecipação, os cem anos da princesa do agreste. (...) Não se trata de um bar qualquer, mas de uma casa em que o proprietário gastou um milhão e quinhentos mil Cruzeiros. Não é uma espelunca. Não é um mosqueiro. É um BAR com todas as letras maiúsculas. (...) Adolfo meteu os peitos e deu a Caruaru um bar como não há coisa parecida nem mesmo no Recife.¹³⁵

Ficou evidente que o Bar Centenário trazia algo diferente para a cidade. Como o próprio Vilaça fez questão de ressaltar, não se tratava de um bar qualquer, de mais uma casa que vendia bebidas na cidade, mas de um ambiente renovado, um lugar que transportaria automaticamente os seus frequentadores da paisagem interiorana de Caruaru, para um estabelecimento dos padrões das grandes metrópoles. Ao sentar no balcão, o freguês estaria se acomodando numa parte da cidade que fazia fronteira com São Paulo, Rio de Janeiro, Recife. Enfim, ele estaria numa grande urbe. Aquele bar, mais refinado, mais moderno, traria para a cidade novos padrões de comportamento em ambientes desta natureza. Tomar uma bebida no Bar Centenário não seria a mesma coisa que em qualquer outro boteco. De acordo com o sociólogo Gilberto Luiz Lima Barral,

O bar é, na linguagem comum, uma realidade mundana, lugar para bebidas, mas também para uma série de outras possibilidades do ponto de vista de uma pesquisa sociológica. O estabelecimento comercial denominado bar possui algumas diferenças em termos de tratamento teórico e empírico. Em geral, pode-se conceituar o bar como um lugar de bebida e comida. Sociologicamente, outros significados podem lhe ser atribuídos, dadas as especificidades locais, sociais, culturais, pois se trata de um espaço de prática de lazer, ocupação do tempo livre, conversação, encontros, enfim, uma sociabilidade do bar.¹³⁶

¹³⁵ VANGUARDA. 26 de agosto de 1956, pg. 4

¹³⁶ BARRAL, Gilberto Luiz Lima. Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília. Soc. estado., Brasília, v.27, n.3, Dec. 2012.

Se aquele bar trazia consigo um novo padrão de ambiente, então é muito provável que novos padrões de comportamento fossem, no mínimo, estimulados nos seus frequentadores. Inclusive o próprio bar, poderia selecionar os seus clientes a partir dos serviços oferecidos e dos preços que são cobrados pelos seus produtos. É muito provável que o Bar Centenário tenha caído nas graças da elite das letras justamente por isso, por ser um local destinado a atender este público.

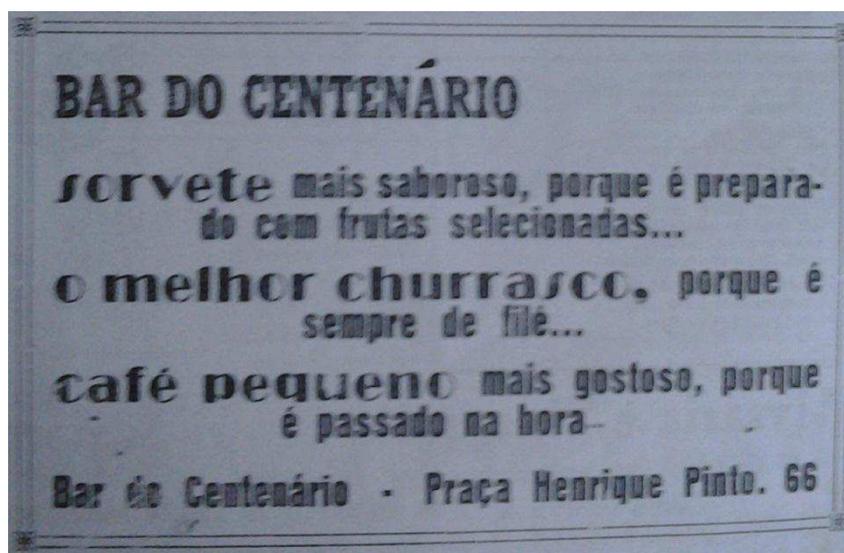


Imagem 9: Propaganda do Bar do Centenário publicada no jornal humorístico O Ditador no dia 29 de julho de 1956, pg. 4. Tentativa de ressaltar o diferencial dos seus produtos poucos dias após sua inauguração.

2.3.2 Hotel Centenário

Parte da cidade de Caruaru estava disposta e entusiasmada em receber visitantes de outras localidades. Já percorremos nesta pesquisa algumas tentativas em organizar a cidade, não só para que seu povo usufrísse de novidades materiais ou novos arranjos urbanísticos. Além disso, Caruaru queria se mostrar aos de fora, receber bem os forasteiros e em troca se alimentar dos seus elogios. Para isso, ruas foram pavimentadas e iluminadas, houve uma tentativa de “embelezamento” do comércio, entre outras providencias tomadas pelos poderes públicos e privados, numa tentativa de preparar a sua cidade para aqueles que queriam desfrutar da tão esperada festa.

Mas antes de tudo isso, antes dos passeios pelas artérias maquiadas da cidade, antes das primeiras celebrações do Programa do Centenário, aqueles que vêm de fora precisa de acomodações, um refúgio para o descanso, ou apenas para momentos introspectivos, caso a agenda permitisse. Um hotel, mesmo sendo um abrigo temporário, é lugar que além do repouso, oferece ao seu ocupante uma proteção dos seus compromissos e encontros. Mesmo em poucas horas de permanência, o ambiente também absorve características do seu hospede.

Mesmo um quarto de hotel, anônimo, diz muito sobre seu hóspede de passagem no fim de algumas horas. Um lugar habitado pela mesma pessoa durante um certo tempo esboça um retrato semelhante, a partir dos objetos (presentes ou ausentes) e dos costumes que supõem¹³⁷.

Possuir um bom hotel é algo primordial para qualquer cidade que queira receber bem os seus visitantes e, como Giard e Certeau mencionaram, o hotel e o hóspede acabam estabelecendo entre si uma relação simbiótica, onde o segundo deixa suas marcas no primeiro, mesmo que por pouco tempo. Podemos ir mais além e imaginar que o contrário também pode acontecer; a partir do hotel o visitante passa a construir as suas primeiras impressões da cidade. A partir da forma como o forasteiro é recepcionado na sua hospedagem, ele inicia uma elaboração da receptividade da cidade.

Foi desta forma que pensou Prudenciano di Lemos, advogado e articulista que escreveu ao Vanguarda. Ele mencionou no texto intitulado “Palace Hotel Centenário”, vários exemplos do que ele considerava como “bons hotéis” que ele próprio visitou pelo Brasil; hospedagens de cidades como Teresópolis, Manaus e Recife foram apontadas como exemplo de padrão de excelência que toda grande cidade deveria seguir, com funcionários bem trajados, cardápio diversificado, instalações modernas e confortáveis. Lemos então questionou o porquê de Caruaru estar fora deste circuito

E porque Caruaru encontra-se nesta situação? Pela falta de entusiasmo, de iniciativa, de interesse. Está próxima a inauguração do hotel de Delmont Limeira, esse denodado batalhador, cheio de abnegação e de amor a terra, está acabando de construir. Esse hotel não vai satisfazer a “touristes”, mas a homens de negócios que entram e saem, vezes no mesmo dia.¹³⁸

¹³⁷ CERTEAU, Michel de. & GIARD, Luce. Espaços Privados, In: CERTEAU, Michel de. Et al. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2011, pg. 204

¹³⁸ VANGUARDA. 24 de março de 1957 pg. 8

Delmont Limeira foi o empresário proprietário da firma Limeira & Lima, que idealizou o Hotel Centenário. Além de todos os elogios de Lemos a Limeira, algo muito interessante desse recorte é a forma como o jornalista associa o hotel como um ganho principalmente para o comércio. Ele colocou o turismo numa espécie de segunda categoria e destacou que o público a ser atingido é o de “homens de negócios” que, segundo o que ele quis transparecer, possuíam grande fluxo na cidade. Podemos até mesmo supor que para o autor, o Hotel seria um ponto de apoio ao comércio da cidade, um apêndice deste setor ao dar suporte logístico aos negociantes de fora de Caruaru.



Imagem 10: Uma das propagandas do Hotel Centenário publicadas no Vanguarda. Destaque para a disponibilidade de elevador no prédio, um dos primeiros da cidade a possuir tal recurso.

O hotel foi inaugurado meses depois do centenário, mais precisamente no dia 30 de outubro de 1957 com a solenidade marcada para as 10:00 horas. O evento foi transmitido pela Radio Jornal do Comércio e todo o povo de Caruaru foi convidado a prestigiar a cerimônia através de uma chamada publicada no Vanguarda¹³⁹.

O hotel possuiria um forte poder de perpetuação do centenário de Caruaru, principalmente para aqueles que vinham de outros lugares, não apenas em 1957. O hóspede caso questionasse a origem do nome do estabelecimento conheceria um pouco da história da cidade, pelo menos sobre o aniversário. Já os autóctones, testemunharam

¹³⁹ VANGUARDA. 27 de outubro de 1957, pg. 8

a construção de um monumento, mesmo que privado, daquelas festas municipais. Nos dias de hoje o prédio está arrendado a terceiros que modificaram o nome do hotel para “Center Plaza Hotel”, mesmo assim, cristalizou-se na memória coletiva local o nome “Centenário”, forma como popularmente ainda hoje é chamado, mesmo com o novo nome mais sofisticado. Principalmente os mais velhos costumam ainda se referir ao empreendimento como o Hotel do Centenário, mantendo de certa forma, ainda presente as comemorações de 1957 nos dias de hoje.

2.3.3 Bairro Centenário

O bairro surge como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele a pé saindo de sua casa. Por conseguinte, é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência.¹⁴⁰

O bairro, como nos disse Pierre Mayol, possui um vínculo orgânico com as residências, conseqüentemente, este vínculo se estende aos seus moradores, os atores que elaboram esta sucessão de passos por suas calçadas; aqueles que estabelecem um sentido e um enunciado ao bairro.

O bairro pode nascer de várias maneiras: de forma planejada, seguindo padrões impostos por urbanistas e pelo poder público; de forma espontânea, acompanhando o crescimento da cidade e o seu fluxo populacional; e até mesmo a partir de invasões, fruto de uma segregação urbana reprodutora de desigualdades, tornando o bairro um cenário de tensões e lutas.

Mas como surgiu o Bairro Centenário? Apenas como um produto de homenagem e de perpetuação dos cem anos de Caruaru? Se nos atermos apenas à questão da nomenclatura, a resposta é sim. Mas existem outros aspectos por trás da origem deste bairro, inclusive um “outro” bairro, o Bairro do Lixo. O jornal A Defesa publicou uma reportagem especial narrando o trabalho social de grupos católicos no Bairro do Lixo, principalmente o da Ação Católica, liderada pelo Bispo D. Paulo Hipólito. Estes grupos distribuía(m) roupas, comida, brindes no natal e catequisavam os

¹⁴⁰ MAYOL, Pierre. “O Bairro”, in: CERTEAU, Michel de. Et al. **A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

moradores. Junto com a matéria, fotografias do local estamparam a página, assim como uma breve história de sua ocupação

É um bairro pouco populoso, com ruas inconveniências (sic) devido ao terreno que é bastante acidentado e não apresenta estabilidade para urbanização. Surgiu de uma maneira curiosa: no decênio de 1940 a 1950, os mendigos que imigravam nesta cidade, iam pedir aos poderes públicos um abrigo, uma ajuda a fim de mitigarem a fome que os devorava e se protegerem do frio que os consumia. Eram encaminhados então para uma zona da cidade onde se faziam os despejos do lixo (...) Passaram-se os anos, o bairro foi crescendo em população e em miséria e hoje esse recanto da cidade não mais se destina a despejos de lixo, mas sim ao abrigo do povo humilde e pobre¹⁴¹.

De acordo com o jornal, aquele local começou a ser ocupado como uma espécie de “depósito de pobres”, não apenas o lixo era encaminhado para aquela zona da cidade, mas também todos aqueles considerados indesejados na cidade. O Bairro do Lixo seria um tipo de solução imediata para o problema da pobreza e da mendicância no Centro da cidade na década de 1940, promovendo a higienização destas ruas ao paço que criava naquele terreno, composto por ladeiras de terra e lixo, um depósito de pobres. Se Caruaru era uma sala de visitas, o Bairro do Lixo era a parte de baixo do tapete. Aquele bairro se constituiu a partir das desigualdades sociais presentes em Caruaru, como escreveu a geógrafa Ana Fani Carlos, “o espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade brasileira.”¹⁴²

Com o passar dos anos Caruaru foi expandindo a sua área urbana e o Bairro do Lixo já não estava mais tão distante assim do Centro. Desta forma, o bairro passou de solução para a limpeza das ruas, a um problema estrutural para toda a cidade. Os católicos reagiram a isto criando obras de assistência social já mencionadas, além da construção do Centro Social Vigário Freire, idealizado pela diocese no intuito de melhorar a qualidade de vida daqueles moradores. Para agir de maneira eficiente, os católicos levantaram os seguintes dados sobre os habitantes do Bairro do Lixo:

TABELA 1: Alguns dados sobre a população do Bairro do Lixo levantados pela Diocese de Caruaru

Crianças	650
Crianças em idade escolar	420
Crianças que frequentam escolas	168

¹⁴¹ A DEFESA. 17 de maio de 1957, pg 16

¹⁴² CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2009. Pg. 83

Crianças que não frequentam escolas por falta de meios	252
Pessoas não registradas civilmente	356
Pessoas casadas no religioso e contratadas no civil	554
Pessoas casadas somente no religioso	158
Pessoas contratadas no civil	43

Fonte: Jornal A Defesa de 17 de maio de 1957

Pelos dados levantados pela comunidade católica, nota-se as suas principais preocupações em relação aos moradores do Bairro do Lixo: a educação das crianças e o matrimônio dos adultos. Das crianças em idade escolar (420), apenas menos da metade (168) frequentavam instituições de ensino. A educação era considerado um meio de inclusão de meninos e meninas pobres na sociedade, além de possuir outra função que era retirá-los, mesmo que temporariamente, das ruas e do ócio. Já em relação aos adultos a questão religiosa foi um fator de peso, dentre tantos outros aspectos a ser levantados, o casamento foi o que sofreu abordagem. Talvez ao levantar números sobre enlances matrimoniais – um dos principais sacramentos da igreja – a Diocese estava preocupada em promover uma “inclusão religiosa” naquelas pessoas, ou apenas ampliar a sua área de influência na cidade orientando os moradores de acordo com os preceitos católicos.

Já o poder público municipal queria construir uma nova imagem para aquela zona da cidade. Não poderia existir propaganda mais negativa para Caruaru como um bairro com uma denominação tão agressiva como “Bairro do Lixo”. Isto era algo que batia de frente com todo o discurso de cidade centenária e progressista que estava sendo propagado na segunda metade da década de 1950, sem contar que iria ser motivo de vergonha junto aos visitantes aguardados nas festas centenárias, caso estes tomassem conhecimento da existência de um bairro que carregasse em si um estigma tão forte de sujeira e miséria.

A primeira medida tomada pela prefeitura de Caruaru para tentar apagar o aspecto negativo daquela parte da cidade foi justamente a mais fácil, mudar o nome do Bairro do Lixo para Bairro do Centenário. Nada de pavimentação das ruas, saneamento ou urbanização – O “Prefeito do Meio-fio” ainda estava distante de lá. A única novidade física daquela região em 1957 foi exatamente a construção do Centro Social Vigário Freire por iniciativa da Diocese.

Mudar o nome do bairro foi a medida mais fácil e imediata diante do desconforto público que o Bairro do Lixo gerava. Apesar da lei que modificava o nome para Bairro do Centenário só ter sido aprovada somente em 1958¹⁴³, já no início de 1957 houve uma espécie de campanha informal de divulgação do novo nome para que a população já se adaptasse à mudança. A própria reportagem do A Defesa já classificava como “vulgar” chamar o Bairro Centenário de Bairro do Lixo.

Pierre Mayol ao escrever sobre a relação entre sujeitos e bairro, afirmou que; “Assinatura que atesta uma origem, o bairro se inscreve na história do sujeito como uma marca de pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública”¹⁴⁴. Mas que tipo de espaço era apropriado pelos moradores do então Bairro Centenário em 1957? A mudança do nome teria gerado uma grande mudança na sua “marca de pertença”? Isto é pouco provável. Como mencionei anteriormente, as mudanças estruturais no Bairro Centenário praticamente não ocorreram em 1957, mas de maneira gradual ao longo dos anos que se seguiram. A título de exemplo, o bairro só recebeu asfalto em algumas de suas ruas nos anos de 2012 e 2013. Foi também no ano de 2013 que o Bairro do Centenário, de acordo com levantamento da Polícia Civil, foi considerado o bairro mais violento de Caruaru¹⁴⁵, tudo isso 56 anos depois da mudança de nome.

Mudar o nome do Bairro do Lixo para Bairro do Centenário além de mais uma tentativa de monumentalização da data comemorativa dos cem anos, foi uma espécie de maquiagem numa zona problemática da cidade. Um lugar sempre esquecido pelo poder público foi lembrando em 1957 justamente para deixar de existir. Quando ainda se chamava Bairro do Lixo aquela parte da cidade possuía uma visibilidade que incomodava, que era negativa diante da elite letrada e dos políticos. Ao passar a se chamar Centenário esta própria elite foi que se viu confortada e não os seus moradores que continuaram vivendo com as mesmas mazelas de antes, algumas delas presentes até os dias de hoje. O Bairro Centenário acabou adquirindo uma dupla função a partir de 1957, a de perpetuação da memória dos cem anos de Caruaru, e a do lugar de morada daqueles foram esquecidos, dos que não foram convidados para a festa.

¹⁴³ CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Projeto de Lei Nº 673 de 28 de fevereiro de 1958.

¹⁴⁴ MAYOL, Pierre. “O Bairro”, in: CERTEAU, Michel de. Et al. **A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar.** Op. Cit, pg. 44.

¹⁴⁵ Dado publicado na reportagem: <http://m.g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2013/12/cresce-numero-de-homicidios-em-relacao-ao-ano-passado-em-caruaru.html> (Acessado no dia 03 de janeiro de 2014)

CAPÍTULO 3 – CENTENÁRIO, EXCLUSÕES E CONTRADIÇÕES

No Capítulo anterior, abordei algumas tentativas de se construir uma Caruaru progressista por parte dos poderes públicos, empresários e letrados, principalmente através da imprensa escrita. Era importante para estes grupos construir ou apontar símbolos materiais deste desenvolvimento, como os exemplos do cinema, comércio e até mesmo a figura de seu líder político. Mas este sonho de progresso acabava também promovendo exclusões e esquecimentos; pessoas, práticas e objetos considerados inimigos da Caruaru moderna eram de certa forma, rechaçados do olhar dos poderosos e excluídos também das áreas centrais da cidade. São justamente para estas ambiguidades – que a cidade centenária tentava ofuscar – que me debruço neste capítulo.

3.1 Centenário e exclusão: os que não foram convidados para a festa

Profilaxia é um jargão médico que significa um conjunto de medidas preventivas a fim de evitar que doenças se espalhem. No dia 7 de abril de 1957, faltando pouco mais de um mês para o centenário, este termo foi utilizado numa reportagem de capa do Jornal Vanguarda. O texto não aborda questões relativas à saúde ou a qualquer tipo de epidemia que estava assolando o município; o cronista (que não assina o texto) pede encarecidamente que uma das mais populares instituições filantrópicas da época, a Casa dos Pobres São Francisco de Assis, faça a profilaxia das ruas e recolha os mendigos, velhos, cegos e aleijados. Indivíduos que se tornaram párias da sociedade e que, nas palavras do jornalista, acabavam “afeando” as vias da cidade¹⁴⁶.

Conforme o dia 18 de maio se aproximava, era cada vez mais perceptível, principalmente através destas fontes jornalísticas, os desejos de uma parte da elite caruaruense em modificar a paisagem urbana, não apenas no que tange aos espaços físicos e arquitetônicos, mas também no que diz respeito aos tipos de pessoas, e às práticas consideradas negativas para a fisionomia urbanística. Em nome do progresso e da modernidade, (que naquela época se materializava na construção de novos bairros, rompimento com práticas rurais, entre outras facetas) estes personagens deveriam ser de alguma forma, domados e afastados do espaço público.

¹⁴⁶ VANGUARDA, 07 de abril de 1957. Op. Cit. pg.1

Caruaru estava prestes a completar cem anos de emancipação política e, como já havia mencionado, esta data acabou se tornando um importante elemento na produção do moderno. Uma cidade centenária não poderia ainda estar associada às práticas consideradas atrasadas. Os signos do rural, da sujeira, da pobreza deveriam sair de cena e dar lugar a novos atores como as obras de concreto armado, a organização das vias e de seus transeuntes, além da preocupação em manter um elevado nível de produção cultural. Com estas medidas aliadas ao tempo de existência da cidade, acreditava-se que finalmente Caruaru estaria no rol das grandes cidades do Nordeste.

Esta tentativa de romper com o que era considerado antigo e abraçar com todas as forças o que se dizia novo ou moderno acaba deixando a falsa impressão de que Antigo e Moderno são categorias antagônicas em extrema oposição; uma dicotomia onde o feio e o belo, o certo e o errado, o rural e o urbano estão numa eterna batalha, visando o maior afastamento possível entre um e outro. Entretanto, Antigo e Moderno constituem um par indissociável, ou seja, não é possível estabelecer de maneira exata atitudes ou arranjos influenciados apenas pela modernidade ou pela tradição. Assim como o Historiador francês Jacques Le Goff, considero que Antigo/Moderno são categorias em constante simbiose¹⁴⁷. Desta forma, atitudes tomadas em nome do progresso chegam a possuir uma dimensão reacionária, e aqueles que se dizem defensores da tradição muitas vezes acabam servindo aos ideais da modernidade. Podemos ilustrar essa afirmativa citando a prática “moderna” de conservação de prédios antigos/tradicionais nas grandes cidades; ou até mesmo a tentativa de limitar o trânsito ou a visibilidade de seres indesejados, como mendigos e prostitutas, por parte de uma parcela da população que se considera estabelecida. Este ato segregador ligado intimamente à defesa de uma moral e de bons costumes encontrou em Caruaru da década de 1950, uma justificativa no discurso de modernidade: uma cidade moderna não poderia ter suas praças e principais artérias ocupadas por seres que representavam um antagonismo às noções de limpeza, organização, civilização e progresso.

Como citado anteriormente, Michel de Certeau nos fala que “os jogos dos passos moldam os espaços”. Estas caminhadas acabam produzindo os lugares, dando aos pedestres o poder de compor efetivamente a cidade. Ele ainda elabora uma metáfora entre o caminhar e o falar: o pedestre ao circular pelas ruas está desenvolvendo um

¹⁴⁷ LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno, In: **História e Memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

espaço de enunciação¹⁴⁸. Seguindo a lógica certeuniana de que os transeuntes formam sistemas que fazem efetivamente a cidade, quais destes sujeitos deveriam moldar a cidade de Caruaru? Obviamente, mendigos, prostitutas, pobres e outros não-estabelecidos, deveriam ter a sua enunciação calada ou camuflada, excluída do centro e das principais ruas, pelo fato destas representarem a principal caixa ressoante dessas caminhadas/falas. O texto do Jornal Vanguarda é bastante claro ao definir qual seria a principal função da Casa dos Pobres:

Ela tem duas finalidades: a de amparar mais de cem mendigos, velhos, cegos e aleijados que se tornaram infelizes párias da vida, e a de fazer a profilaxia das ruas, evitando afear, assim, a fisionomia urbanística da cidade. Graças a essa boa gente, ajudada tenazmente pelo povo generoso de Caruaru, não se vê mais o quadro triste e desolador de centenas de mendigos a implorarem a caridade pública¹⁴⁹

Segundo o cronista, a instituição teria a função de livrar as ruas destes seres que batiam de frente com o que Caruaru desejava desde o início da década de 1950: uma aparência moderna. Naquele momento, vários aspectos da modernização eram materializados nas ruas através das praças, pontes, ruas limpas e calçadas entre outros fatores que, segundo o jornal da época, eram ameaçados por estes transeuntes.

A Casa dos Pobres São Francisco de Assis foi fundada em março de 1948 por homens ligados à Maçonaria e entidades religiosas, sua primeira diretoria era composta por Henrique Magalhães Oliveira (Presidente), Padre Carmelo Raposo Pinto de Abreu (Vice-Presidente), Pastor Zacarias Campelo (Tesoureiro), Luís Gonçalves Portela (2º Tesoureiro). Atualmente a instituição é uma casa de amparo a idosos, mas em 1957 a sua principal função era abrigar os mendigos, que segundo a reportagem do Vanguarda, estavam lotando as ruas da cidade.

O apelo contra a existência dos moradores de rua não estampava apenas as páginas do Vanguarda; no livro Fatos Históricos e Pitorescos de Caruaru, Rosalino Lima e Zacarias Campelo – o próprio tesoureiro da Casa dos Pobres – elaboraram uma descrição da situação dos mendigos antes da fundação do abrigo:

Era um quadro deveras desolador. Feridas à mostra para efeito de propaganda; crianças esqueléticas e andrajosas à beira das mães de

¹⁴⁸ CERTEAU, Michel de. 2008. Op. Cit.

¹⁴⁹ VANGUARDA, 07 de abril de 1957 pg.1

olhos escaveirados pelas vigílias da fome; cantigas dolentes ao som de violas ou harmônicas – tudo visando a mesma coisa: o pão!¹⁵⁰

O texto exibiu um cenário de desolação em um aparente exagero quando se referiram aos pedintes. Mas os autores continuaram com um discurso superlativo também quando descreveram Caruaru depois da Casa dos Pobres: “hoje podemos dizer achar-se(sic) a cidade literalmente livre de mendigos, salvo o caso dos mendigos de classe que atuam meio clandestinos e impunemente.¹⁵¹” Obvio que sendo um dos autores um dos fundadores desta instituição, fica clara a necessidade em expor que Caruaru finalmente estava livre dos mendigos, prestando contas de um trabalho positivo. Porém a própria manchete do Vanguarda citada anteriormente desmente um pouco esta versão, já que o jornal fez um pedido encarecido ao asilo para que este diminuísse a quantidade de pessoas pedindo esmolas nas ruas.

Não adiantava apenas exigir implementos materiais para o desenvolvimento da cidade sem que a população indesejada tivesse o acesso (de)limitado, e muitas vezes censurado a estes signos. Um exemplo claro desta intenção se encontra no texto de Henrique Figueiredo

Muita coisa tem que se ver em Caruaru nas comemorações do seu centenário. O desenvolvimento do seu parque industrial, a sua cultura política, o seu grau de instrução secundária e científica [...] Mas como poderemos impedir que os nossos visitantes, perlustrando nossa cidade, não tenham para os nossos jardins pontes e calçadas um gesto de surpresa (sic) dolorosa? Porque as nossas calçadas são uma tristeza, os nossos jardins uma estupidez, as nossas pontes um escarneo (sic)¹⁵².

Até aqui o jornalista, após uma breve exaltação do progresso caruaruense, faz um apelo às autoridades pelo zelo de determinadas obras e vias de circulação que estariam em situação de abandono. Ele foi enfático ao defender que uma cidade centenária e disposta a receber turistas não poderia ter como cartão de visitas vias públicas naquele estado. Logo em seguida, ao fim do mesmo texto, Figueiredo direcionou o foco dos seus reclames para alguns dos possíveis agentes causadores desta degradação:

¹⁵⁰ LIMA, Rosalindo da Costa & CAMPELO, Zacarias, p. 228 Op. Cit.

¹⁵¹ LIMA, Rosalindo da Costa & CAMPELO, Zacarias, p. 229 Op. Cit.

¹⁵² VANGUARDA 17 de março de 1957 p5.

A Praça Cel. Porto tão bem tratada pela administração de Abel Menezes está hoje abandonada inteiramente. Os moleques de gravata, os filhos famílias peraltas daquela praça quebraram propositalmente os seus jarrões e estragaram a pintura das colunas dos seus postes.¹⁵³

O termo “moleques de gravata” possui um sentido peculiar. Ele se refere a crianças que não eram de rua, mas agiam como tal. Meninos que possuíam casa e família, mas que na rua se comportavam da mesma forma dos chamados “pivetes”: com vandalismo e peraltices. Nota-se que o comportamento das crianças de rua era algo pré-concebido, ou seja, havia uma generalização em relação aos “moleques” que determinava que o seu comportamento era em essência negativo, servindo como referência e adjetivo para aqueles que cometiam traquinagens. Fica subentendido nas palavras do cronista que os culpados pela degradação desta praça são pessoas que possuíam um procedimento que necessitava de domesticação e vigilância.

Em Caruaru já existia uma instituição destinada a recolher menores abandonados ou infratores; o Abrigo de Menores Dom Bosco. Fundado em 1º de fevereiro de 1953 e idealizado pelo juiz da 1º vara de menores Amaro de Lira e César, a instituição em 1957 já dava suporte a 150 menores. Entre outras atividades, os jovens trabalhavam com agricultura para abastecimento interno, sapataria e uma pequena gráfica. Segundo o cronista Anastácio Rodrigues, “Caruaru havia solucionado o problema da criança desamparada¹⁵⁴” graças a iniciativa do juiz Lira e César, o que de certa forma contrariava os reclames de Figueiredo ao apontar os “moleques” como os culpados pela depredação de vias públicas.

Justamente no ano do centenário o Abrigo de Menores Dom Bosco sofreu uma reviravolta. Após algumas dificuldades em receber as verbas do Estado destinadas à assistência de menores abandonados do interior, a instituição se afundou em dívidas, sendo que a escolha de Amaro César foi entregá-la ao Estado. Esta mudança foi bastante questionada pelo Vanguarda. O jornal parecia temer que o abrigo perdesse o caráter filantrópico e se contaminasse com a burocracia estatal. Às vésperas da transferência de tutela, e percebendo que não restava alternativa, o Vanguarda fez um apelo para que pelo menos Amaro César permanecesse como diretor

¹⁵³ VANGUARDA, 17 de março 1957 pg. 5.

¹⁵⁴ VANGUARDA, 22 de setembro de 1957 pg. 7

Em face da dedicação, do zelo, e do esforço dispendidos pelo Dr. Lira e César, auxiliado pela sua digna consorte d. Aurea de Lira e César, somos de opinião que, caso se faça essa transferência, ficasse a direção entregue ao Dr. Juiz de Menores desta Comarca, no caso, o Dr. Amaro de Lira e César. Caso contrário, poderá o Abrigo de Menores fracassar na direção do Governo do Estado¹⁵⁵.

Anastácio Rodrigues foi ainda mais enfático. Na mesma coluna em que ele havia dito que o problema com os menores sem lar já tinha sido resolvido, ele classificou como premeditada a atitude do Estado em dificultar o repasse de verbas para o abrigo. Além do mais, ele também se preocupava com o uso do local para benefício do próprio governo

A encampação do Abrigo de Menores Dom Bosco, foi a maior injustiça já praticada contra a vida social de Caruaru e seus idealizadores. (...) ficamos a meditar e tiramos a conclusão de que o poder estadual sabia do crime que iria cometer e onde a política falou bem alto. Daqui fazemos um apelo ao novo diretor do Abrigo, em nome da comunidade caruaruense. Que o Abrigo Dom Bosco não seja transformado numa repartição pública.¹⁵⁶

Polêmicas a parte, o Abrigo de Menores Dom Bosco, assim como a Casa dos Pobres São Francisco de Assim, era uma instituição filantrópica que não era vista por parte da crônica da época apenas como um lugar de ajuda aos mais necessitados, mas também como uma solução ao problema da ocupação das ruas por estes atores, vítimas da desigualdade social de Caruaru, que aparentava ser alta, tendo em vista os reclames de um dos principais órgãos de imprensa da época.

A Caruaru dos mendigos e dos moleques de rua era também a cidade das meretrizes. Os bordeis e as prostitutas eram personagens presentes na literatura local; José Condé narrou parte deste universo, ambientado entre os anos 1920 e 1930, em obras como Terra de Caruaru (1960) e Pensão Riso da Noite: Rua das Mágoas (1966). Já o escritor Agnaldo Fagundes Bezerra escreveu no seu livro de crônicas “Caminhantes de Caruaru” um texto listando as mais famosas prostitutas locais através dos seus apelidos. Nomes como Maria Boi Brabo, Antônia Velha, Tereza Zanôia e Isabel Bunda de Tanajura aparecem como as mais conhecidas frequentadoras da Rua da Matança

¹⁵⁵ VANGUARDA, 8 de setembro de 1957, pg. 8

¹⁵⁶ VANGUARDA, 22 de setembro de 1957, Op. Cit. pg. 7

(atual Rua Porto Alegre), sendo personagens reconhecidos na sociedade caruaruense, mesmo a contragosto de parte da elite local¹⁵⁷.

Mas diante do centenário que se aproximava, a zona do meretrício se tornou um incomodo ainda maior para os conservadores, e parte da elite letrada. A rua dos bordeis já havia sido transferida da antiga Rua da Matança para a Rua Almirante Barroso, um lugar mais afastado do Centro. Entretanto, na década de 1950 a cidade contou com um crescimento urbano que acabou gerando uma nova aproximação dos cabarés. Em 1956 Jurandyr de Oliveira Nunes utilizou as páginas do Vanguarda para mostrar o seu desagrado em relação a situação da Rua Almirante Barroso, e ao mesmo tempo, comemorar as primeiras providências do poder público para mais uma vez repelir os prostíbulos para um local ainda mais afastado¹⁵⁸. O jornalista utilizou o progresso da cidade como um bastião contra o meretrício

Com o vertiginoso ritmo de progresso que se vem observando entre nós, cuja elasticidade se expande assustadoramente, não apenas nas ruas centrais, mas em todos os bairros, a Rua Almirante Barroso deixou de ser zona afastada para se tornar tão central quanto a Rua da Matriz, ou quejandas. Daí, então, estarem as autoridades responsáveis pelo saneamento social e moral da cidade, estudando cuidadosamente tão complexo problema para dar uma fiscalização mais adequada ao mesmo, visando assim a resguardar melhor o ambiente de salubridade e higiene que o trecho onde ora está instalado o meretrício da cidade está a reclamar.¹⁵⁹

Nunes utilizou jargões como “saneamento social” e “higiene”, que eram muito caros à medicina social pensada entre o final do século XIX e início do XX, que via a cidade como um corpo e não medicava/higienizava apenas indivíduos isolados, mas a população considerada como uma espécie de “membro doente”. Giscard Farias Agra mencionou a medicina social como

Uma leitura da sociedade tendo como modelo de análise as últimas descobertas da medicina, lidando com esta como se fosse um “macro-corpo”, tornando, assim, a medicina algo coletivo, social,

¹⁵⁷ BEZERRA, Agnaldo Fagundes. **Caminhantes de Caruaru**. Op. Cit. pg. 119

¹⁵⁸ O historiador Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa abordou em Campina Grande dos anos 1920 aos 1940, transformações, afastamentos e críticas à zona do meretrício por parte de cronistas no segundo capítulo do livro: SOUSA, Fábio G. R. B. de. **Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUFPG, 2006. Já a urbanista Raquel Rolnik examinou as várias remoções das zonas de meretrício de São Paulo desde os primórdios do século XX até meados dos anos 1950 quando os prostíbulos foram demarcados e territorializados no bairro do Bom Retiro. Ver: ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 2007.

¹⁵⁹ VANGUARDA, 27 de maio de 1956, pg. 5

diferentemente da medicina individualizante até então predominante. A implicação mais direta dessa mudança de perspectiva dar-se-á nos postulados que serão formulados na tentativa de medicar a sociedade.¹⁶⁰

Assim, o cronista citado clamou por uma “higienização” e “saneamento” da parte do “corpo” que estava doente e insalubre, neste caso, a Rua Almirante Barroso. Era importante impedir que a “sujeira” se espalhasse e contaminasse outros membros que estavam “saudáveis”, seguindo os padrões de uma sociedade medicada. Nunes ainda salientou que somente após a limpeza daquela região a cidade ganharia muito mais em termos de fisionomia e progresso

É também certo que a Rua Almirante Barroso e as demais que ficarão saneadas e imunes da presença do meretrício, após necessária higienização, poderão ser povoados por famílias, melhorando sensivelmente a fisionomia das mesmas e aumentando, desta forma, o índice de progresso da nossa cidade¹⁶¹

Esta tentativa de “limpar” as ruas de mendigos, moleques, prostitutas e outros seres indesejados em nome da modernização foi um movimento bastante comum em outras cidades brasileiras¹⁶². Cito, a título de comparação, Antonio Clarindo B. de Souza e o seu estudo sobre a cidade de Campina Grande. Souza percebeu em sua pesquisa que os discursos dos letrados tentavam mostrar que uma cidade moderna não poderia mais conviver com falta de higiene, barulho em excesso falta de segurança pública e, principalmente com o crescimento da mendicância que se espalhava vertiginosamente¹⁶³. Assim como ocorreu em Caruaru, os jornais campinenses exerceram a função de apelar para que, de alguma forma, alguma medida fosse tomada em relação aos pedintes. No caso caruaruense o pedido foi voltado para instituições filantrópicas e, em relação às prostitutas, o governo municipal. Já na cidade paraibana, os reclames eram principalmente voltados ao poder público.

¹⁶⁰ AGRA, Giscard Farias. **A URBS doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935**. Campina Grande, 2005

¹⁶¹ VANGUARDA, 27 de maio de 1956, Op. Cit. pg. 5

¹⁶² Sobre a modernidade como agente de exclusão em outras cidades de médio porte é interessante observar os seguintes trabalhos: ADILSON FILHO, José. **A Cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belo Jardimense**. Recife: COMUNIGRAF, 2009, p111-118. ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. Becos e Casebre na Parahyba do Norte: na mira da ordem sanitária In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. (Org.). **Cidades e Experiências Modernas**. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

¹⁶³ SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. Vivências, violências e ressentimentos: os pobres em Campina Grande (1945-1965) In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.). **Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras**. Teresina: EDUFPI; Imperatriz: Ética, 2010.

Presenciamos nas páginas do Jornal Vanguarda uma espécie de desejo de pureza, uma busca pela higienização dos indivíduos, impor quem pode ou não frequentar as ruas. Zygmunt Bauman¹⁶⁴ afirma que não é possível pensar na pureza sem que esta seja vinculada com a “ordem” e que o oposto da pureza é o que está fora de lugar: a sujeira nada mais é do que coisas fora de um contexto estabelecido previamente, cada modelo de pureza possui a sua própria sujeira que precisa ser limpa. Se seres humanos são considerados obstáculos para a organização do ambiente, eles se tornam sujeira e são tratados como tal¹⁶⁵. E desta maneira os mendigos, moleques, prostitutas e outros “párias” da cidade foram, de certa forma, classificados pelos cronistas de Caruaru: pessoas fora do lugar.

3.2. Saúde em crise: a centenária adoecida

A cidade que queria se mostrar progressista estava passando por uma grave crise na saúde pública no ano do centenário. Caruaru possuía um dos mais elevados índices de mortalidade infantil do Estado, estava passando por uma epidemia de febre tifo, sofrendo com enxames de muriçocas¹⁶⁶, entre outras mazelas. Nelson Barbalho citou uma reportagem do Diário de Pernambuco publicada no dia do centenário que apontava alguns destes problemas

Há poucos dias as seções municipais da imprensa recifense noticiavam casos de tifo ocorridos em Caruaru. E a respeito comentavam a grande deficiência dos serviços de higiene e saúde pública da cidade, que apresenta a maior população do interior pernambucano e dolorosamente também ostenta o mais alto índice de mortalidade infantil. A incidência das moléstias gastro-intestinais que vitimam as crianças do município – dizia-se – tinha como fator primordial a má qualidade da água que os caruaruenses consomem muitas vezes misturada a detritos nocivos, devido ao péssimo estado da canalização.¹⁶⁷

A imprensa local, a mesma que exaltava os vultos do progresso caruaruense, também mostrou preocupação diante da crise de saúde pública que a cidade enfrentava. A respeito da epidemia de Tifo – doença transmitida por parasitas e que causava febre,

¹⁶⁴ Ao citar o sociólogo polonês, demonstro uma preocupação em exemplificar melhor a associação sujeira/desordem. A meu ver, é possível estabelecer este paralelo na época da minha pesquisa sem que aja anacronismos, tendo em vista que me limitei à questão conceitual.

¹⁶⁵ BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

¹⁶⁶ Inseto também conhecido como pernilongo.

¹⁶⁷ BARBALHO, Nelson. **Caruaru de vila a cidade**. Recife: CEPE, 1980. Op. Cit. pg. 229

vômito e diarreia - Henrique de Figueiredo foi enfático ao apontar as possíveis causas deste surto

Pensamos não ser o bastante a vacinação anti-tífica mesmo intensivamente. De que nos servirá a visitadora ir de porta em porta aplicando a vacina, recomendando que se varra a casa três vezes ao dia e a desinfecção com creolina, se o estado higiênico da cidade é péssimo? (...) Ora, se o ilustre Dr. Oscar Barreto, médico do nosso Posto de Saúde se dispusesse a dar um passeio pelas ruas do Alto do Vassoural, Rua Preta, Salgado, Praça Coronel Porto e suas adjacências, com os seus becos e vielas, notaria a quantidade enorme de pocilgas, chiqueiros infectos para a criação de porcos, imundos e tresandando a podridão. Estábulos de vacas leiteiras onde as mutucas e varejeiras pululam, levando nas suas patas os germens de todas as contaminações. E isso em pleno coração da cidade, perto de prédios residenciais e escolas públicas!¹⁶⁸

Figueiredo apontou algumas condições consideradas precárias de higiene que parte da cidade vivenciava naquele momento. Para ele, de nada adiantaria as campanhas de prevenção da doença se as condições sanitárias continuassem do mesmo jeito. Mas existe algo mais profundo na fala do jornalista; um outro cenário de Caruaru finalmente foi desenhado nas páginas do Vanguarda. Uma paisagem contendo becos, vielas, chiqueiros e currais de gado, contrastando de forma violenta com a cidade do comércio progressista, das belas ruas pavimentadas, dos grandes prédios, dos cinemas modernos que constantemente o periódico expunha. Esta parte da cidade, renegada quando o assunto era Caruaru centenária, veio à tona imersa neste assunto tão negativo, que era a questão do tifo, como o foco principal da doença, como o membro doente que deveria ser saneado, e como o culpado pela contaminação das áreas “saudáveis” da cidade.

A mortalidade infantil também era um quadro alarmante em Caruaru. Mais uma vez Henrique de Figueiredo escreveu uma coluna voltando olhares para esta situação. O jornalista enumerou algumas das principais doenças que levavam as crianças a óbito: difteria, gastro-interite, coqueluche, avitaminose, pneumonia, sarampo entre outros males. Mas além de apontar estas moléstias, ele mais uma vez associou a pobreza e a falta de higiene como principais motivos do morticínio dos infantes dizendo que “a fome, a miséria, a carestia da vida, a habitação insalubre, a imundice, tudo isso concorre para a mortandade infantil de uma maneira assombrosa, rotulando Caruaru como um cemitério de anjos”¹⁶⁹

¹⁶⁸ VANGUARDA, 14 de abril de 1957. Op. Cit. pg. 1

¹⁶⁹ VANGUARDA, 1º de maio de 1957, pg. 1 e 5

Mais uma vez os espaços esquecidos e pouco mencionados nas páginas do Vanguarda invadiram as páginas do periódico e, quase que à pulso, se fizeram registrar. Mais uma vez podemos interpretar que Caruaru vivenciava um sério problema de habitação, já que os bairros periféricos eram listados como desassistidos de serviços básicos de saneamento e de pavimentação. Mesmo nos questionando se havia exageros ou preconceitos na fala do jornalista em relação às áreas mais pobres, uma coisa pode ser dada como certa; boa parte das doenças mencionadas – inclusive a Tifo – são evitadas com o uso de higiene básica e com habitações com um mínimo de estrutura, sem esgotos a céu aberto, sujeira ou animais contaminados. A existência destes males em Caruaru é um forte indício de que boa parte da cidade não experimentava o progresso materializado em pavimentação e no bem estar urbanístico que eram tão propagandeados pela imprensa e pelo prefeito Sizenando Guilherme.

Figueiredo ainda apontou o que ele considerava como outras causas que elevavam o número de óbitos de crianças no município. Ele criticou a inexistência de um hospital infantil na cidade e criticou de maneira veemente o que ele considerava como sendo usos indevidos da prática médica lançando os questionamentos: “ e os curandeiros? E as mulheres rezadeiras? E os médiuns do baixo espiritismo? Pululam em Caruaru escandalosamente nas barbas da polícia.” No Brasil dos primórdios do século XX houve uma institucionalização do saber médico, sendo este apropriado pelo Estado, ao passo em que as práticas da chamada “medicina popular” foram cada vez mais desautorizadas e desacreditadas pelos órgãos de saúde¹⁷⁰. Desta forma, o discurso feroz de Figueiredo contra as práticas de cura alternativas ao saber acadêmico e científico, pode ser considerado como na ordem do dia ainda nos anos 1950.

O cronista deixou subentendido que a ausência de um hospital infantil na cidade acabava abrindo espaço para o curandeirismo. Ainda sobre esta questão, ele criticou os gastos que considerava excessivos com a festa de carnaval, com a construção do estádio municipal e com alguns preparativos das comemorações do centenário da cidade, enquanto a mesma se via órfã de um hospital infantil por conta da negligência dos poderes públicos. Por fim ele disse “em síntese: enquanto não tivermos um Hospital Infantil em Caruaru, com clínica médica, cirurgia e receituários inteiramente gratuitos, Caruaru centenário continuará sendo um cemitério de anjos”¹⁷¹.

¹⁷⁰ AGRA, Giscard Farias. **A URBS doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935**. Op. Cit. pg. 57-58

¹⁷¹ VANGUARDA, 1º de maio de 1957, Op. Cit. pg. 1 e 5

Quatro meses após a publicação do texto de Henrique de Figueiredo, o Vanguarda publicou uma espécie de cartilha intitulada “Por que morrem as crianças”, esclarecendo dúvidas sobre cuidados com os bebês. Orientações sobre alimentação, higiene e até mesmo acerca da dentição da criança foram expostos. Tudo isso com o objetivo de reduzir a altíssima taxa de mortalidade infantil que, segundo a matéria, estava girando em torno de 80 crianças mortas para cada 100 nascidas vivas, citando como fonte o IBGE local¹⁷². Um número extremamente alarmante mesmo para os padrões da época¹⁷³.

Até aqui pudemos constatar que problemas referentes à estrutura urbana e salubridade da cidade foram apontados por parte da crônica local como diretamente ligados à propagação de doenças que assolavam o município. Mas além de enfermidades, a falta de saneamento, gerou também outro transtorno para a cidade: enxames de muriçocas. Estes mosquitos eram alvo da reclamação de parte da população caruaruense aos poderes públicos e privados. O humorístico O Ditador publicou em tom sagaz e ironizando o progresso local, um apelo em letras garrafais aos proprietários dos cinemas: “de tanto progresso, de tanta propaganda do cinemascopo nesta cidade, os proprietário dos cinemas esqueceram que os habitués estão sendo sugados por aqueles bichinhos pequenos que se chamam muriçocas”¹⁷⁴

A crítica bem humorada d’O Ditador é talvez, um dos maiores exemplos da contradição que Caruaru vivenciava na década de 1950; ao mesmo tempo em que a cidade contava com uma tecnologia de ponta para a época, no ramo do entretenimento, convivía também com um símbolo do rural e do arcaico que era coexistir em meio a uma grande quantidade de insetos.

O jornalista Elias Santos elaborou uma desesperadora metáfora sobre as muriçocas, nomeando-as como o quarto cavaleiro do apocalipse, o incômodo maior que a cidade tinha o desprazer em conviver

Aqui em Caruaru apareceu o quarto cavaleiro [do apocalipse]: AS MURIÇOCAS. Os que possuem crianças e enfermos em casa sabem o que é uma noite quente acompanhada das alfinetadas de um turbilhão de muriçocas. Devido ao calor ninguém pode cobrir-se, é aí que elas aproveitam. Mas não somente as alfinetadas, a muriçoca é responsável por uma infinidade de moléstias contagiosas¹⁷⁵.

¹⁷² VANGUARDA, 8 de setembro de 1957, pg. 3

¹⁷³ A taxa de mortalidade infantil no Brasil em 1955 era de 128,2 a cada 1000 nascidos vivos, a média do Nordeste era de 169,6 a cada 1000 nascidos vivos, a pior taxa do país naquele momento.

¹⁷⁴ O DITADOR, 29 de julho de 1956, pg. 5

¹⁷⁵ VANGUARDA, 20 de outubro de 1957, pg. 5

O desconforto em relação aos pernilongos existia não apenas pelos inconvenientes que eles traziam para a população, mas também pela fama negativa que Caruaru ganharia naqueles anos. Meses antes do desabafo de Santos, o vereador Mario Menezes foi autor de um projeto de Lei que destinava 50 mil Cruzeiros para o combate às muriçocas. Na justificativa da Lei, publicada no Vanguarda, o parlamentar argumentou:

Muito se tem empenhado o Prefeito do Município em resolver um dos mais sérios problemas que nos aflige no momento, ou seja, a terrível proliferação de muriçocas em Caruaru. Longe, já se encontra este nosso cartaz de cidade mais cheia de muriçocas do interior pernambucano¹⁷⁶.

Caruaru estava adquirindo uma fama que contradizia todo o discurso que estava sendo valorizado e propagandeado no centenário, que era a de cidade progressista. Desde aquele momento a cidade já possuía características megalomaníacas ao explorar seus eventos e também o comércio; a imprensa e parte de seus moradores se orgulhavam em dizer que Caruaru era a cidade do maior carnaval do interior do Nordeste e de possuir a maior feira do Brasil, mas o título de “cidade mais cheia de muriçocas”, não era aceito de tão bom grado quanto os anteriores. Ter mosquitos em excesso representava ainda estar inserido em um universo rural e de ruas com água empoçada, terreno da reprodução destes insetos. Romper com as características do campo era fundamental para Caruaru ser enquadrada como cidade progressista. Porém esta tentativa de afastamento não era tão simples.

3.3 Maldição bucólica: tentativas de rompimento com o rural

Os anos 1950 foram os anos em que o campesinato passava por um vertiginoso declínio iniciado ainda no início do século XX. Eric Hobsbawm apontou a redução drástica da vida no campo como sendo “a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance deste século”. Este foi um fenômeno quase global, presente na

¹⁷⁶ VANGUARDA, 24 de fevereiro de 1957, pg. 5

América do Norte e na América Latina, Japão, Europa e países do islã ocidental¹⁷⁷. O Brasil também vivenciava este processo de crescimento urbano ao passo em que a população rural diminuía¹⁷⁸. No início da década de 1940 70% da população do país residia nos campos, sendo que em 1980 este percentual caiu para 30%¹⁷⁹. Havia naquele momento uma consolidação da ideia de que a cidade era uma espécie de sinônimo do progresso enquanto o campo representava o atraso¹⁸⁰.

Caruaru para se consolidar como cidade em pleno progresso deveria renegar práticas associadas ao mundo do campo. Ruas de terra, animais circulando pelas ruas, e até mesmo a questão dos mosquitos, eram fatores que agregavam na cidade características rurais, ou seja, de atraso conforme os desejos da época.

Dentre outras tentativas em se desvencilhar do rural, talvez a que obteve mais destaque na imprensa local nos anos que circulavam o centenário foi a alvorço gerado em torno da desapropriação do campo de monta da cidade, uma espécie de curral público de animais, localizado no Bairro Petrópolis, bairro novo e de ruas planejadas. Um dos principais defensores da desapropriação era o articulista do Vanguarda, Aristides Veras, que por sinal também era o fundador do bairro em questão¹⁸¹.

Em vários artigos ele criticou a existência do campo de monta e também rebateu acusações de que a sua luta se dava visando o benefício próprio, para que o “seu” bairro se tornasse mais rentável. Mas Veras sempre utilizava como justificativa a sua preocupação com o progresso de Caruaru, que segundo ele, estava sendo ameaçado pelos inconvenientes gerados pelo curral.

Quando me bati pela desapropriação daquele posto, o fiz porque aquilo ali é uma imoralidade patente, pois como se admitir em pleno coração da cidade um campo de cruzamento de animais, aos olhos de crianças inocentes? Como se admite que a cidade deixe de crescer, deixe de expandir-se porque um campo de criação de animais não permite?¹⁸²

¹⁷⁷ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

¹⁷⁸ MELLO, João Manuel Cardoso & NOVAIS, Fernando A. 2007. Op. Cit.

¹⁷⁹ GARCIA, Afrânio. & PALMEIRA, Moacir. Rastros de Casas-Grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. Et. al. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Cia das Letras, 2009. Pg. 38-77

¹⁸⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002

¹⁸¹ O Bairro Petrópolis foi fundado em 1953 pelo empresário e jornalista Aristides Veras seguindo padrões de planejamento urbanísticos considerados em consonância com o progresso da época. Cf. SILVA, Gustavo H. **O Articulista do Progresso: Aristides Veras e o seu sonho de modernidade para Caruaru da década de 1950**. Campina Grande, 2009.

¹⁸² VANGUARDA, 06 de janeiro de 1957, pg.4

Com estas palavras Aristides Veras tentava justificar a sua luta pela desapropriação do Posto de Monta. Ele se esforçava para associar o combate à cena pública da monta dos animais à luta pelo avanço da cidade, associando a criação de animais ao atraso, uma antítese ao progresso desejado na época. Os animais expostos no Campo de Monta, naquele contexto, remetiam ao rural, assim como as muriçocas, e outras pocilgas e currais espalhados pelos bairros periféricos da cidade que mencionei anteriormente. Ademais, a cópula dos animais a céu aberto, era algo repellido em nome da moral, o jornalista não queria que crianças ou donzelas presenciassem tais atos. Ou seja, curiosamente o combate à existência do campo de monta era uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo em que atendia aos padrões progressistas de rompimento com elementos campestres, também se utilizava de argumentos conservadores, como a inibição do sexo, para reforçar os seus reclames.

Aristides Veras chegou a escrever cerca de 12 artigos criticando o Campo de Monta entre os anos de 1956 e 1957, mas ele não foi o único jornalista a se incomodar com aquele local. Jurandyr de Oliveira Nunes apoiou a retirada do curral público do Bairro Petrópolis alegando que a cidade estava passando por um crescimento vertiginoso, e que por isso aquele terreno, antes tão distante do centro, já estava sendo um entrave para o crescimento de Caruaru devido a sua aproximação do Centro – um argumento muito semelhante ao usado pelo mesmo jornalista como justificativa para a remoção do meretrício da Rua Almirante Barroso.

Nunes não excluiu a importância do Campo de Monta para Caruaru, mas deixou claro que a sua localização não era conveniente para a cidade naquele momento

Temos que convir que a função de um Posto de Monta face mesmo à política hodierna ligada ao fator de seleção dos rebanhos no setor da produção animal, bem assim as demonstrações do sistema que a prática exige tenha um cunho mais acentuado no afan (sic) de melhor orientar os nossos rurícolas e criadores, não mais se recomenda venha ficar estacionado numa zona que é considerada central para uma cidade como Caruaru¹⁸³.

Nunes foi bem mais comedido nas críticas do que Aristides Veras, mesmo assim, acabou expondo um ponto de vista que visava afastar da cidade hábitos ou símbolos do mundo rural. Para ele, mesmo com toda a importância do Campo de Monta para a economia local, ele não deveria se localizar junto ao centro. Esta proximidade

¹⁸³ VANGUARDA, 29 de julho de 1956, pg. 4

representava uma desordem para Caruaru, justamente por se tratar de um elemento considerado “fora de lugar” pela crônica da época e por parte da população.

A partir de todo este debate, envolvendo principalmente jornalistas e políticos, algumas mudanças ocorreram no Campo de Monta. Na capa do Vanguarda do dia 03 de fevereiro de 1957 estampou-se a seguinte matéria: “Em Caruaru: exposição estadual de animais”. Tratava-se do anúncio de uma tentativa de urbanização do Posto de Monta por parte do governo estadual, que aproveitou o ensejo das comemorações do centenário, para construir um parque de exposição de animais no local do antigo curral. Como contribuição da Secretaria de Agricultura ao ano comemorativo, seria promovida a exposição estadual de animais na cidade. Segundo a reportagem, o projeto do parque contava com pista de desfiles, galpões para abrigo dos animais, arquibancadas com alambrados, “e tudo mais que se fizer necessário para um Parque de Exposições modelar.”¹⁸⁴

Mesmo com toda a mobilização de autoridades locais, como o prefeito Sizenando Guilherme e do próprio jornalista Aristides Veras para a desapropriação do Campo, as forças ligadas ao Estado não escondiam que eram contra a desapropriação. Inclusive o projeto de lei levado à Assembleia legislativa pelo deputado Tabosa de Almeida - que visava transferir o terreno para o município em troca de outro de mesmo tamanho, mas afastado da cidade - teve o veto dos governistas¹⁸⁵. O próprio Secretário de Agricultura, Petronilo Santa Cruz, teria dito que “lutaria com unhas e dentes para que o posto não fosse desapropriado.”¹⁸⁶

Desde a sua fundação, Caruaru era descrita como tendo uma importância estratégica para o comércio do gado pelo fato de ser uma cidade localizada na passagem entre Recife e os interiores. Muitos vaqueiros ou grandes criadores de gado economizavam tempo de viagem negociando os seus animais em Caruaru ao invés de se deslocarem até a capital de Pernambuco¹⁸⁷. Desta forma, o campo de monta ainda era importante para o comércio pecuário na década de 1950, também pela localização da cidade. O governo estadual possuía uma grande preocupação em mantê-lo porque através dos seus serviços a economia agropecuária funcionaria com mais eficiência, gerando uma boa arrecadação de impostos.

¹⁸⁴ VANGUARDA, 03 de fevereiro de 1957. Pg. 1

¹⁸⁵ VANGUARDA, 1º de julho de 1956, pg. 8

¹⁸⁶ VANGUARDA. 17 de fevereiro 1957. pg. 3.

¹⁸⁷ BARBALHO, Nelson. **Caruaru de Vila à Cidade**. Op. Cit.

Assim como ocorreu no caso do Bairro do Lixo/Centenário que abordei no capítulo anterior, houve no Campo de Monta uma mudança de nomenclatura, já que o local passou a se chamar Parque de Exposições de Animais de Caruaru. É verdade que houve algumas modificações estruturais no terreno, mas talvez o impacto mais forte em relação à transformação daquele espaço foi através do nome. Na cidade não era mais conveniente um espaço que remetesse a montaria, ou naturalização da convivência com animais, assim, sob o enunciado de Parque de Exposições a primeira impressão que se tem é de um lugar da cidade devidamente adaptado para receber e expor animais vindos de outro universo, o do campo. Nesse sentido os bichos seriam desnaturalizados daquele local, sendo vistos de maneira exótica pela população urbana, como se aquela sociedade estivesse numa posição afastada de uma realidade campestre.¹⁸⁸

Mesmo depois das mudanças estruturais e da camuflagem presente na mudança de nome, o novo Parque de Exposições. Não agradou por completo Aristides Veras. O jornalista colocou um ponto final na sua longa peleja pública através de um artigo com o sugestivo título de “Dos Males o Menor.” O jornalista iniciou o texto expondo que não foi em vão a sua luta pela desapropriação do local, chamando ironicamente de “livro” o conjunto de 12 artigos escritos por ele entre 1956 e 1957, criticando a existência do curral. Ele aproveitou a oportunidade para também destacar os esforços do deputado estadual Tabosa de Almeida, lembrando, em tom de agradecimento, do seu projeto que fora barrado na câmara e que visava retirar dali o antigo Campo de Monta.

Veras teceu no último parágrafo do artigo, uma forte crítica à decisão do governo em gastar uma elevada quantia – 2 milhões de Cruzeiros - com uma obra que, segundo ele, daria conforto a animais enquanto boa parte da população de Caruaru enfrentava problemas de moradia sem nenhuma assistência das autoridades:

Achamos até graça naquela idéia, naquela afirmativa dos nossos homens de Estado quando dizem que vão gastar cerca de dois milhões de cruzeiros para boa acomodação de animais de raças aprimoradas quando por aí fora (sic), existe gente ‘humana’ que vive a dormir debaixo de pontes, por falta de abrigo adequado. Mas entre um Pôsto de cruzamento de animais no centro da cidade, para a nossa vergonha, e um parque bem instalado para esses mesmo animais ricos, preferimos este ultimo, pois dos males o menor!¹⁸⁹

¹⁸⁸ RAGO, L. M. . Foucault e o zoológico do rei. In: Veiga Neto, A; Albuquerque, D.M.; Souza Filho, A.. (Org.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, v. 2000, p. 253-267.

¹⁸⁹ VANGUARDA. 17 de fevereiro de 1957. Op. Cit. p. 3.

Nestas linhas o jornalista deu visibilidade a um problema que estava presente em Caruaru que era a questão da falta de moradia adequada para parte da população que estava ocupando as ruas da cidade. Associado a isto, estavam as condições degradantes que se encontravam algumas vias periféricas do município, como vimos anteriormente nos exemplos do Bairro do Centenário e de outros bairros populares, citados por cronistas, como cenário de abandono no que diz respeito à pavimentação e saneamento básico.



Imagem 11: Fotografia do Posto de Monta já transformado em Parque de Exposição de Animais no início da década de 1960. O fotógrafo (desconhecido) estava posicionado de costas para o Centro da cidade. É perceptível a posição da pista de exposição e os galpões onde os animais se alojavam. Ao fundo, parte do Bairro Petrópolis. (Fonte: Arquivo particular de Carlos Sá)

Mas o rural não se mostrava inconveniente somente na área do Campo de Monta ou nos criatórios populares da periferia. O Centro da cidade, principalmente nas terças-feiras, dia das feiras de gado, ocasionalmente contava com animais desgarrados, bois, vacas, cavalos, transitando as suas ruas ao lado dos carros e dos transeuntes. Mas estas caminhadas dos pedestres de quatro patas nem sempre era apenas um simples problema ligado à fluidez do trânsito ou da organização da cidade que, na lógica progressista, deveria manter afastados os animais de grande porte de suas artérias. Em 1956 o idoso Rogaciano Cecílio de Castro, morador da Rua Afonso Pena, procurou a redação do

jornal Vanguarda para cobrar uma atitude das autoridades, pois o mesmo foi atropelado por um touro bravo nas imediações da Rua da Matriz e da Rua Visconde de Inhaúma, no coração da cidade.

Impotente diante do robusto animal, restou apenas ao Sr. Rogaciano fazer um apelo público às autoridades após suportar os violentos sopapos do touro enraivecido. O jornal, além de atender os seus reclames, tomou a seguinte posição:

Que chama a atenção das autoridades responsáveis pela segurança de locomoção dos transeuntes da capital do agreste, pois do jeito que vai, torna-se uma temeridade uma família ou criança atravessar qualquer rua naquelas imediações nos dias de terça-feira que é a feira do gado. Aliás, o snr. Rogaciano revelou-se um bom caruaruense lembrando que será para Caruaru, uma decepção se na época do Centenário ainda se verificarem essas correrias que poderão causar atropelamento até nos visitantes, depondo assim contra o título de capital do agreste de nossa cidade.¹⁹⁰

Mais uma vez as comemorações do centenário foram citadas como uma espécie de pretexto para que as autoridades locais agissem com mais rapidez na resolução de problemas da cidade, sempre agregando o argumento de que a cidade se encontrava em um nível de desenvolvimento em que não mais cabiam certas práticas ou a existência de carências estruturais. Nas cidades progressistas, imersas no “ethos” urbano da época, os atropelamentos até poderiam ser comuns quando protagonizados por automóveis. Atropelamentos causados por animais acabavam sendo um indício, como apontou a matéria, de que Caruaru estaria na contramão do desenvolvimento.

3.4 O sonho dos telefones automáticos

A cidade é o palco dos contrastes e da ambivalência. Simultaneamente, símbolos do progresso e do atraso, do feio e do belo, do limpo e sujo compõem o ambiente urbano, compondo um leque diverso de qualificações para a cidade que variam de acordo com os produtores e consumidores do espaço. São estes personagens – que compunham a elite letrada e política - que sonharam, projetaram e desejaram Caruaru a partir de suas convicções de desenvolvimento, edificando e mantendo o que seria próprio da urbs, e rechaçando tudo aquilo que fosse relativo ao que Sandra Jatahy

¹⁹⁰ VANGUARDA. 22 de julho de 1956. Pg. 5

Pesavento chamou de a “contracidade” do excluídos do sistema vigente, tudo aquilo que se afastasse da noção de cidade ordenada¹⁹¹.

No caso caruaruense, havia um desejo que a cidade adquirisse o maior número de símbolos de progresso urbanos possíveis, materializados em avanços materiais, novos padrões estéticos e de comportamento. Como vimos anteriormente, o Campo de Monta representava uma antítese destes sonhos; admitir a presença de práticas rurais era não estar em consonância com as vantagens que o mundo urbano propiciaria aos seus moradores. A lógica do progresso desenvolvimentista tendia a querer superar o passado agrícola do país e oferecer privilégios aos seres citadinos, que teriam acesso às facilidades modernas¹⁹².

Alguns exemplos da ânsia dos caruaruenses por algumas destas facilidades modernas já foram mencionados anteriormente; como o caso do cinemascopo, dos sinais luminosos, do Hotel Centenário. Estes símbolos eram uma espécie de certificado que garantia a presença de Caruaru no rol das cidades desenvolvidas. Mas dentro daquele ambiente plural também existiam as carências. Nem todas as reivindicações modernas foram atendidas, nem todos os símbolos da modernização urbana Caruaru conseguiu abraçar de imediato. A cidade do agreste pernambucano se viu órfã de algumas inovações tecnológicas já presentes em metrópoles brasileiras. Um exemplo marcante de uma destas inquietantes ausências foi a luta travada por parte da população, ligada principalmente à imprensa e aos ramos empresariais, pela instalação de telefones automáticos.

Caruaru na década de 1950 ainda dependia das centrais telefônicas de comutação manual, ou seja, para conseguir fazer um telefonema era necessário entrar em contato com uma telefonista e informá-la o número do destinatário para que ela pudesse fazer a comutação manualmente, conectando um assinante do serviço a outro. Este modelo já era considerado lento e cheio de falhas e eram comuns os dias de inoperância. Com os telefones automáticos um assinante se conectaria diretamente com outro sem precisar passar pelas mãos da telefonista, poupando tempo e dando mais praticidade ao ato de telefonar para alguém. E este era o desejo de alguns caruaruenses, encurtar distâncias, imergir no ritmo mais acelerado característico das cidades ditas modernas, não apenas

¹⁹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do Espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, pg. 279-290.

¹⁹² LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, 2007.

no que tange ao deslocamento de pessoas e mercadorias¹⁹³, mas também em relação à velocidade de comunicação.

Pensando nisso, uma grande movimentação reivindicando a instalação de centrais automáticas de telefonia teve início em 1956 nas páginas do Vanguarda. Geralmente as chamadas eram destacadas na capa do periódico, o que sugere que este debate era considerado importante por este órgão de imprensa. Em uma destas matérias, havia a frase em destaque: “A cidade exige telefones automáticos”¹⁹⁴. A frase foi extremamente generalizante, talvez visando causar um maior impacto nos leitores. Na década de 1950 pouquíssimas pessoas possuíam telefones em casa, a assinatura de uma linha era considerada cara para os padrões da época, sendo que os usuários eram basicamente pontos comerciais ou parte da camada mais rica da cidade. Existiam também alguns poucos telefones públicos disponíveis numa central telefônica no centro da cidade.

Mais uma vez o principal argumento para a instalação dos novos telefones foi o nível progresso que os cronistas enxergavam na cidade

Toda Caruaru reclama a instalação imediata do serviço de telefones automáticos. É que o nosso nível de progresso e de cultura está a exigir que seja substituído, o quanto antes, a atual rede telefônica, que é a mais precária e a mais deficiente. Segundo já anunciamos a Cooperativa de Melhoramentos abriu concorrência pública, estando inscritas algumas firmas que estão providenciando para a apresentação de suas propostas¹⁹⁵.

Segundo o jornal, Caruaru merecia vivenciar mais este símbolo de desenvolvimento devido ao seu elevado nível de progresso. Se atentarmos para o início da instalação de telefones automáticos no Brasil, podemos perceber que existe neste afirmativa uma contradição. A primeira cidade do país a contar com uma central automática foi Porto Alegre em 1922¹⁹⁶, sendo que já no início da década de 1930 já estava presente em outras várias cidades brasileiras.¹⁹⁷ Ou seja, Caruaru mesmo sendo adjetivada por parte de sua população como uma cidade progressista, estava defasada em termos de telecomunicações, se comparada com outras cidades, em quase 30 anos.

¹⁹³ SENNET, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

¹⁹⁴ VANGUARDA, 03 de junho de 1956, pg. 1

¹⁹⁵ VANGUARDA, 03 de junho de 1956, Op. Cit. pg. 1

¹⁹⁶ http://www.riogrande.com.br/rio_grande_do_sul_a_chegada_dos_telefones_automaticos-o3133.html (Acessado em 10 de fevereiro de 2014 às 20:42hs)

¹⁹⁷ <https://sites.google.com/site/telefonescomtempo/telefones-automaticos-analogicos-com-marcador> (acessado em 10 de fevereiro de 2014 às 20:44hs)

Após a concorrência pública, vencida pela empresa Ericsson, o Vanguarda anunciou que os tão aguardados telefones automáticos chegariam no ano do centenário, restando apenas trâmites burocráticos a serem resolvidos¹⁹⁸. Porém, este anúncio não acalmou aqueles que utilizavam o serviço. Mesmo sabendo que os novos telefones só seriam instalados no ano posterior, vários assinantes passaram a reivindicar a melhoria do sistema que ainda estava vigente. O Vanguarda listou as principais reclamações

A rede telefônica vive a receber constantemente cargas elétricas em virtude de contatos de fios, prejudicando e queimando aparelhos telefônicos instalados nos escritórios e residências. Pede-se uma ligação e a estação não atende. Enfim, há telefones que se conservam mudos há vários meses. Desta maneira, enquanto não chegam os tão sonhados e prometidos telefones automáticos, torna-se necessário que a Cooperativa (...) tome imediatas providências no sentido de corrigir os defeitos existentes na rede telefônica e no quadro geral de ligações¹⁹⁹

No mês seguinte a esta publicação, a Câmara Municipal de Caruaru promoveu um debate sobre os casos dos telefones na cidade, onde foram convidados os diretores da Cooperativa, Manuel Assunção Oliveira e José Fontes Filho para esclarecerem os parlamentares sobre a vinda dos aparelhos automáticos, falar sobre a concorrência pública vencida pela Ericsson, e também prestar contas dos problemas do serviço prestado até então²⁰⁰.

Os esclarecimentos prestados pelos diretores da Cooperativa geraram, de certa forma, um otimismo reproduzido nas páginas do Vanguarda. Em meio a notícias sobre o ano do centenário que estava por vir, estava o entusiasmado anúncio de que 1957 seria o ano em que Caruaru teria a tão sonhada rede automática de telefones, o que abrilhantaria ainda mais este ano festivo. A cidade que estava se preparando para receber pessoas de outros lugares, finalmente não iria se envergonhar caso estes forasteiros precisassem telefonar para a sua terra natal. A notícia foi ainda mais endossada pela sua riqueza de detalhes, fornecidos em primeira mão pelo diretor Manuel Oliveira

O quadro a ser instalado em 1957, ano do centenário, embora com possibilidades para maior número, será de 500 aparelhos automáticos, já tendo as pessoas interessadas se inscrito na Cooperativa (...) o número está prestes a ser completado, podendo, por isso, as pessoas

¹⁹⁸ VANGUARDA, 26 de agosto de 1956, pg. 1

¹⁹⁹ VANGUARDA, 16 de setembro de 1956, pg. 8

²⁰⁰ VANGUARDA, 21 de outubro de 1956, pg. 1

que desejarem instalar telefone automático procura-lo(sic) o quanto antes, a fim de não serem prejudicadas.²⁰¹

Aqui podemos perceber o quão restrito era o acesso à telefonia em Caruaru. O novo quadro, conforme a promessa, iria contar com 500 aparelhos, número que representava apenas cerca de 1% da população urbana caruaruense. Sendo que boa parte dos usuários era composta pela camada mais rica, como donos de comércio, industriais, políticos e alguns profissionais liberais. Este era um elemento do progresso que a cidade almejava, mas que iria beneficiar uma pequena parcela do povo de Caruaru, excluindo a maioria dos moradores da zona urbana e quase por completo a zona rural.

Na edição especial de final de ano do Vanguarda, o periódico anunciou com júbilos que finalmente foi “assinado o contrato dos telefones automáticos: no ano do centenário será instalado esse importante serviço, é o que promete o gerente da Cooperativa, Sr. Manuel Assunção Oliveira”²⁰².

O contrato de prestação de serviço finalmente estava oficialmente assinado e, naquele Natal de 1956, parte da população da cidade estava reconfortada com a boa notícia. O ano de 1957 agora tinha um ingrediente a mais para que ele fosse tão aguardado. Foi aí onde o alívio cedeu lugar mais uma vez à frustração. As festas do centenário aconteceram e o serviço de telefonia continuou com a sua má qualidade antes, durante e depois da festa. Os telefones automáticos não foram instalados e voltaram a ser alvo da cobrança dos cronistas da época.

O primeiro a se pronunciar foi Aristides Veras. Num artigo escrito com tintas da revolta, e com o título indagativo “E agora, como ficamos?”, ele se mostrou indignado após a reunião entre os diretores da Cooperativa de Melhoramentos e a diretoria da Associação Comercial de Caruaru, que representava os comerciantes locais. Após o encontro foi dada a notícia que, por causa de dubiedades contidas no contrato, a Ericsson poderia instalar os telefones automáticos apenas quando bem quisesse num prazo de três anos. Veras questionou o que houve de errado com o contrato de Caruaru, já que ele teria verificado que a mesma empresa teria trabalhado de maneira correta em outras cidades, incluindo a cidade paraibana de Campina Grande, que possuía um porte semelhante ao de Caruaru na década de 1950. Revoltado diante desta impotente situação, o jornalista convocou os comerciantes e donos de indústrias, chamados por

²⁰¹ VANGUARDA, 4 de novembro de 1956, pg. 1

²⁰² VANGUARDA, 25 de dezembro de 1956, 2º caderno, pg.1

ele de “classes produtoras”, a exigir uma solução para o caso e que mostrassem sua importância para o progresso local. Veras ainda completou:

Seria ridículo para nós sermos possuidores de telefones automáticos apenas em 1960, quando somos uma cidade que evolui cotidianamente e que temos um comércio e uma indústria que engrandecem cada dia que passa. Não podemos prescindir deste meio de comunicação tão útil nos nossos dias especialmente quando já estamos em desembolso das respectivas quantias para a sua aquisição²⁰³.

A fala de Aristides Veras reforça ainda mais a ideia de que os principais interessados na instalação dos telefones automáticos era a elite local, uma seleta minoria que teria o acesso à esta conquista. Outro ponto que vale a pena ser observado é a tentativa em justificar o “direito” a esta aquisição que Caruaru teria baseado no seu atual progresso. Este movimento tão usado por outros cronistas e tomado como exemplo neste trabalho ao longo destes três capítulos, acabou se tornando um clichê dentro deste conjunto chamado de “corpo escrito” da cidade. Este corpo escrito é justamente um conjugado de ideias e produções discursivas elaboradas, neste caso, sobre Caruaru²⁰⁴. Este aglomerado de impressões sobre esta cidade do Agreste possuía, em boa parte dos casos, um ponto em comum: reforçar a ideia de cidade progressista, mesmo que a notícia ou reivindicação significasse exatamente uma contradição ao desenvolvimento. Neste caso esta incongruência pode ser verificada na ausência de uma rede telefônica de maior qualidade.

Após uma longa peleja que durou quase 3 anos, e depois de todos os esclarecimentos contratuais, a Ericsson iniciou suas obras em fevereiro de 1958, concluindo-as no final do referido ano. Mesmo assim, todo este imbróglio acabou deixando a elite caruaruense sem o mais moderno meio de comunicação existente na época, justamente no ano do centenário, que era considerado como de grande importância para a história da cidade, além de ter sido encarado como um fator de consolidação do progresso local.

A ausência dos telefones automáticos no ano do centenário foi mais uma ambiguidade dentro do sonho de progresso vivido por parte da população de Caruaru. A cidade desenvolvida que os cronistas enxergavam, estava também repleta de dissonâncias que deveriam ser eliminadas antes que este progresso fosse ameaçado, sob

²⁰³ VANGUARDA, 30 de junho de 1957, pg. 5

²⁰⁴ CERTEAU, Michel de. 2008. Op. Cit.

quaisquer aspectos - alguns deles trabalhados neste capítulo - como a população de indesejados que deveriam ser removidos; as crises estruturais na saúde local; as práticas ligadas ao mundo rural de deveriam ser esquecidas; e, por fim, a ausência de uma inovação tecnológica que, de certa forma, excluía Caruaru do rol das cidades pertencentes ao universo da modernização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Historiador Michel de Certeau foi um intelectual que pensou a cidade em boa parte dos seus estudos, analisando não apenas o espaço concreto composto por prédios, ruas e avenidas, mas também as relações e interpretações que os transeuntes desenvolvem com este espaço, formando uma “escrita da cidade através dos passos.” Foi este tipo de abordagem que tentei empreender ao escrever uma história de Caruaru; tentar perceber como uma parte da população se relacionava com o espaço urbano e quais os seus desejos e impressões sobre ele. Este relacionamento envolvendo alguns habitantes e o espaço citadino deixou marcas impressas nos jornais, leis e livros da época. A partir destas marcas desenvolvi esta narrativa.

A vista da ilha de Manhattan é panorâmica logo no início do texto “Caminhadas pela cidade”²⁰⁵. Certeau leva o leitor até o 110º andar do World Trade Center, onde de lá é possível observar com o olhar de Ícaro os arranha-céus, o Central Park, parte do Harlem, entre outras peças que compõem a cidade. Não por acaso o historiador parte do alto em seu texto. De cima, nós que observamos a cidades, somos apenas voyeurs, estamos arrebatados do complexo que estamos imbricados. A visão é aparentemente totalizante, mas ainda é apenas uma visão. Se limitar a observar de cima, segundo o autor, remete a um caráter ficcional do saber; para praticar a cidade é necessário descer.

Na rua, entre construções, muros e outros espaços, é que se fala e se lê a cidade. Esse “falar” é desenvolvido através dos jogos dos passos, que acabam por moldar espaços. Estas caminhadas acabam produzindo os lugares, dando aos pedestres o poder de compor efetivamente a cidade. Certeau elaborou esta metáfora entre o caminhar e o falar: o pedestre ao circular pelas ruas está desenvolvendo um espaço de enunciação. Andar está para a cidade assim como a fala está para a língua. Nessa perspectiva, só é possível arregimentar um conjunto de escritas ou discursos sobre a cidade estando inserido no seu seio, vivenciando o seu contexto. Falar da cidade é também se localizar no seu espaço²⁰⁶. Neste sentido, este trabalho se constituiu a partir de alguns destes caminhantes e de como as suas caminhadas produziram enunciações diversas sobre Caruaru: sonhos, reclames, expectativas. Foi a partir daí que busquei perceber como

²⁰⁵ Texto presente em: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008

²⁰⁶ O autor discute a importância do lugar social do historiador em: CERTEAU, Michel de. Operação Historiográfica, In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

essa cidade do interior de Pernambuco passou a ser enunciada por seus praticantes nos anos 1950.

É importante salientar que o historiador francês propõe noções muito claras de lugar e de espaço. Para ele, é na primeira categoria que se distribuem elementos nas relações de coexistência, onde impera a lei do próprio, onde as coisas se estabelecem nos seus “devidos lugares”. Um lugar implica nas configurações de posições, numa geometria estática²⁰⁷.

Já o espaço é um lugar praticado, é composto por um conjunto de operações carregadas de sentido próprio. A rua projetada pelo urbanista (lugar) é praticada e transformada em espaço pelos pedestres. Para Certeau:

O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas²⁰⁸.

Ou seja, diferentemente do lugar, o espaço não possui uma característica única ou estática. O mesmo lugar poder representar espaços diferentes de acordo com quem o pratica. Uma mesma praça pode ser um espaço de sociabilidade, de encontros, ou simplesmente de passagem.

Certeau também estabelece um paralelo direto entre urbanistas e linguistas ao defender o espaço da cidade como portador de uma retórica dotada também de interdições e regras a serem cumpridas a partir do que é imposto pela geometria dos urbanistas, como por exemplo, uma rua sem saída ou placas que sinalizam como e por onde devemos seguir:

Vou acrescentar que o espaço geométrico dos urbanistas e dos arquitetos parece valer como o “sentido próprio” construído pelos gramáticos e pelos linguistas visando dispor de um nível normal e normativo ao qual se podem referir os desvios e variações do “figurado”²⁰⁹.

Aqui o “sentido próprio” que Certeau se refere é justamente o fixo, as posições estáticas impostas pelo lugar. Essas posições predefinidas podem reverberar nas variações do “figurado”, ou seja, nas formas como os pedestres irão moldar e dar

²⁰⁷ CERTEAU, Michel de. Op. Cit. p. 200

²⁰⁸ CERTEAU, Michel de. Op. Cit. p. 202

²⁰⁹ CERTEAU, Michel de. Op. Cit. p. 180

sentido aos seus percursos. Estas imposições geram também censuras, como o muro que não deve ser atravessado, a placa de contramão, horários em que o livre acesso é interdito. Assim, vimos que alguns grupos – como os jornalistas, políticos, comerciantes - que tentavam estabelecer um sentido próprio a Caruaru geravam com este movimento, interdições e censura para aqueles que não compartilhavam da mesma interpretação do espaço defendida por eles. Sob esta perspectiva observamos que mendigos, moleques e prostitutas sofreram tentativas de censura das suas enunciações, seus passos pelas ruas de Caruaru passaram a sofrer um rígido controle por parte daqueles que quiseram impor um modelo de cidade considerada progressista para aquela época.

Certeau em seus textos sobre cidades/espacos estabelece paralelos entre urbanistas e linguistas e como o ato de “praticar espacos” tem a ver com a construção de enunciados. Outros autores de diversas áreas também abordam a cidade analisando o seu espaco como (re)produtor de linguagens, como algo que pode ser lido e escrito. Dentro deste leque de intelectuais elegi, no intuito de melhor exemplificar esta relação, a linguista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Lucrécia D’Aléssio Ferrara. A autora pensa a cidade como um texto não-verbal que se insere no espaco onde é escrito, transformando o próprio espaco em linguagem, majoritariamente não-verbal. Este é um texto que se grava no espaco, neste caso, a cidade.

Segundo Ferrara, existe certa dificuldade em definir o texto não-verbal pela enorme variedade de signos que se aglomeram sem convenções: traços, cores, tamanhos, texturas, sons, palavras, entre outros. Ela ainda completa que o texto não-verbal não substitui o verbal, mas convive com ele. As palavras podem apenas fazer parte deste conjunto de signos que compõem o não-verbal.

Sobre a cidade como espaco privilegiado da leitura não-verbal, e seus métodos de leitura, D’Aléssio nos fala:

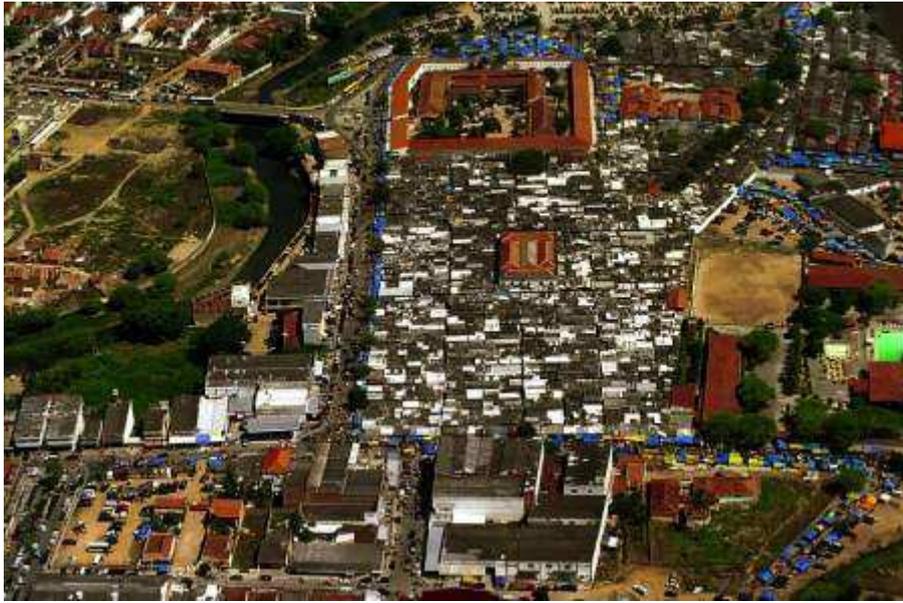
(...) o primeiro procedimento, a primeira chave de leitura da cidade enquanto espaco não-verbal é a recomposição, isto é, acionar os signos com o fim de afetar os sentidos. Um reengendrar do espaco urbano para flagrar formas, volumes, movimentos. Um esquadrihar citadino para dar relevo aos elementos, tomadas fotográficas, instantâneos, uma exploração visual.²¹⁰

²¹⁰ FERRARA, Lucrécia D’ Alessio. **Ver a Cidade: Cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.

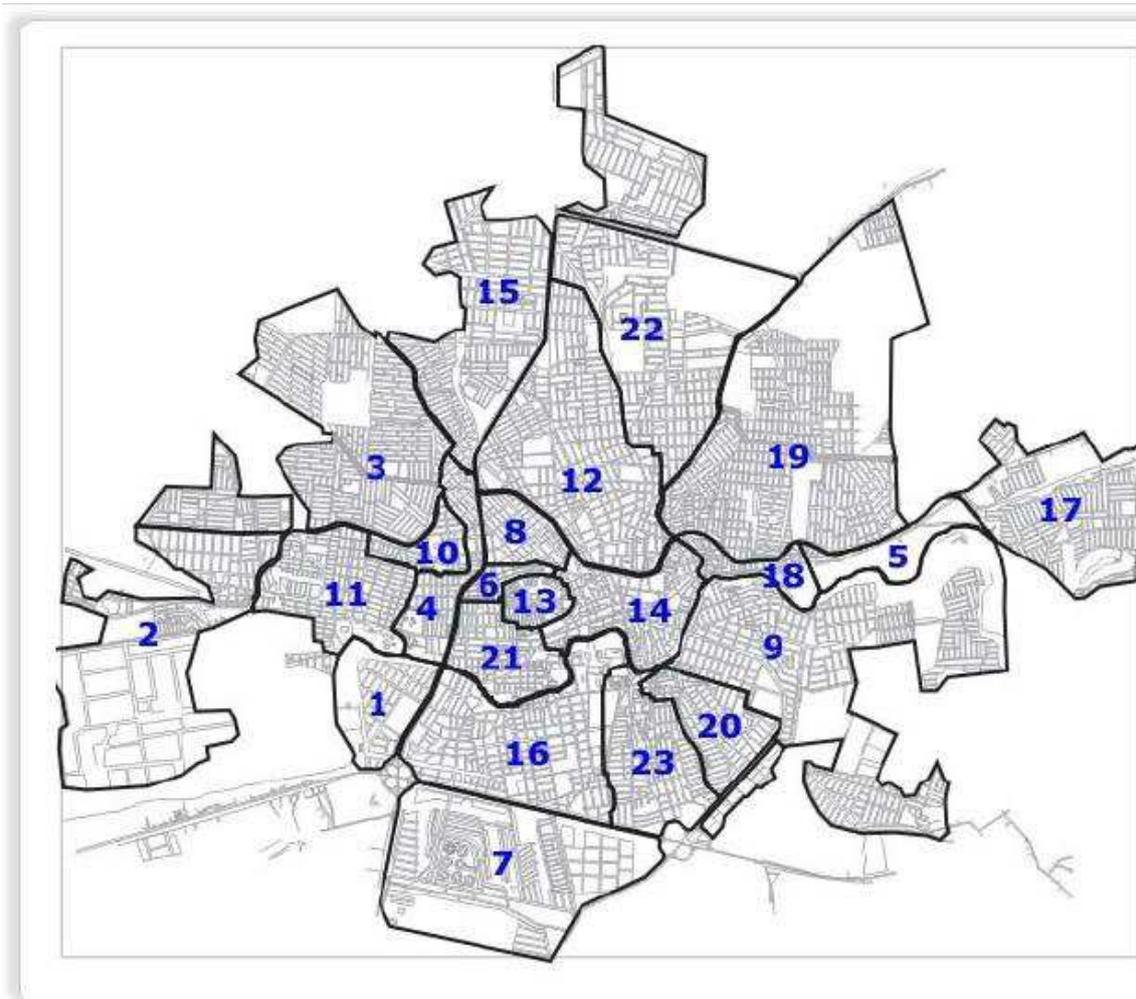
Compreendendo que a cidade é construída, vivenciada e falada a partir da relação estabelecida entre seus habitantes e o que se entende por lugar – que acaba gestando o espaço - e ainda entendendo as possibilidades de uma leitura não verbal da cidade, estudei Caruaru da década de 1950 inserida no contexto de uma comemoração. Esta festa acabou afetando os sentidos daqueles que compunham a cidade, instigando os olhares para a adesão a novos signos ligados ao desenvolvimento urbano. O centenário foi um agente provocador de desejos e de uma forma quase renovada de se ler a cidade.

ANEXOS

Anexo A: Local do antigo posto de monta, hoje dá espaço à feira de Caruaru



Anexo B: Mapa dos bairros de Caruaru



- | | | |
|------------------------|---|--------------------|
| 1 – Agamenon Magalhães | 9 – Indianópolis | 17 – Rendeiras |
| 2 – Alto do Moura | 10 – João Mota | 18 – Riachão |
| 3 – Boa Vista | 11 – Kennedy | 19 – Salgado |
| 4 – Caiuca | 12 – Maurício de Nassau | 20 – Santa Rosa |
| 5 – Cedro | 13 – Morro do Bom Jesus | 21 – São Francisco |
| 6 – Centenário | 14 – N ^a S ^a das Dores / Centro | 22 – Universitário |
| 7 – Cidade Alta | 15 – Nova Caruaru | 23 – Vassoural |
| 8 – Divinópolis | 16 – Petrópolis | |

FONTES

1.1 Fontes impressas

Periódicos:

Vanguarda – Anos 1955, 1956, 1957 e 1958

A Defesa – Ano 1957

O Ditador – Ano 1956

Revistas:

Caruaru Hoje, 2007

Caruaru 150 anos, 2006

Livro:

LIMA, Rosalindo da Costa & CAMPELO, Zacarias. **Fatos históricos e pitorescos de Caruaru**. Recife: [s.i.e.], 1957.

Documentos oficiais:

CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Projeto de Lei Nº 87 de 26 de julho de 1947

CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Projeto de Lei Nº 516 de 30 de maio de 1956

CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Projeto de Lei Nº 590 de 25 de fevereiro de 1957

CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Projeto de Lei Nº 608 de 11 de maio de 1957

CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Projeto de Lei Nº 615 de 13 de junho de 1957

CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Projeto de Lei Nº 673 de 28 de fevereiro de 1958

2.1 Sites Consultados

http://www.riogrande.com.br/rio_grande_do_sul_a_chegada_dos_telefones_automatlicos-o3133.html

<https://sites.google.com/site/telefonescomtempo/telefones-automatlicos-analogicos-com-marcador>

<http://m.g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2013/12/cresce-numero-de-homicidios-em-relacao-ao-ano-passado-em-caruaru.html>

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=748192>

<http://web.archive.org/web/20061030083644/http://www.highfidelityreview.com/features/surround2003/holman.asp>

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanoDeMetas>

<http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=institucional>

<http://www.fafica.com/portal/index.php?pagina=canais&id=25>

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. Festas religiosas no rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. In: **Revista Estudos Históricos**, Vol. 7 n° 14, 1994.

AGRA, Giscard Farias. **A URBS doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935**. Campina Grande, 2005

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste: e outras artes**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. Conferência - Ritual de Aurora e de Crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiro e multiplicado ou as antinomias da memória. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 33, n. 65, 2013 .

ADILSON FILHO, José. **A Cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belo Jardimense**. Recife: COMUNIGRAF, 2009.

ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. Becos e Casebre na Parahyba do Norte: na mira da ordem sanitária In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. (Org.). **Cidades e Experiências Modernas**. Campina Grande: EDUFCEG, 2010.

BARBALHO, Nelson. **Meu povinho de Caruaru**. Recife: CEPE, 1980.

_____. **Caruaru de vila a cidade**. Recife: CEPE, 1980.

_____. **Caruaru do Cel. João Guilherme: visão histórica e social 1909 a 1912**. Recife: CEPE, 1981.

BARRAL, Gilberto Luiz Lima. **Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília**. Soc. estado., Brasília, v.27, n.3, Dec. 2012.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BEZERRA, Agnaldo Fagundes. **Caminhantes de Caruaru**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 1980.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CARONE, Edgard. **A República Liberal II: Evolução Política (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985.

CERTEAU, Michel de. & GIARD, Luce. Espaços Privados, In: CERTEAU, Michel de. Et al. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2011

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Operação Historiográfica, In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERRARA, Lucrécia D' Alessio. **Ver a Cidade: Cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: SENAC, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio De Janeiro: Graal, 2009.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. Campinas: Papirus, 2006.

GARCIA, Afrânio. & PALMEIRA, Moacir. Rastros de Casas-Grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. Et. al. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSBOWM, Eric J. **A Era os Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **História e Memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 27, n. 53, 2007

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002

MAYOL, Pierre. “O Bairro”, in: CERTEAU, Michel de. Et al. **A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELLO, João Manuel Cardoso de, e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna, In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 559-658.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist. [online]**. 2007, vol.27, n.53, pp. 11-23. ISSN 1806-9347. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002>.

_____. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. **An. mus. paul.**, São Paulo , v. 2, n. 1, 1994 .

_____. Muito além do Espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n° 16, 1995

RAGO, L. M. . Foucault e o zoológico do rei. In: Veiga Neto, A; Albuquerque, D.M.; Souza Filho, A.. (Org.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, v. 2000

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 2007.

SANTOS, José Veridiano. **Falas da cidade: um estudo sobre as estratégias discursivas que constituíram historicamente a cidade de Caruaru-PE (1950-1970)**. Recife: O autor, 2006.

SANTOS, José Veridiano dos; FERREIRA, Josué E. (Orgs.). **Caruaru, 150 anos: produção histórico-literária e seus escritores**. Caruaru: FAFICA, 2008.

SCHUSTER, Sven. História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2013.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio, In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil Vol. 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, George Pereira da. & TEIXEIRA, Geysel Anne Silva. **Fábrica Caroá: história e memória**. Caruaru: edição dos autores, 2011.

SILVA, Gustavo H. **O Articulista do Progresso: Aristides Veras e o seu sonho de modernidade para Caruaru da década de 1950**. Campina Grande, 2009.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História**. v. 22, nº 44, São Paulo, 2002. pp. 425-438

SILVA, José Daniel da. **“Festas boas” de Caruaru-PE : da Conceição à capital do forró(1950-1985)**. Recife: O Autor, 2010.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental, In: VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SOUSA, Fábio G. R. B. de. **Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. Vivências, violências e ressentimentos: os pobres em Campina Grande (1945-1965) In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.). **Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras**. Teresina: EDUFPI; Imperatriz: Ética, 2010.